



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL (PPGDR)**

ROBERSON PEREIRA DA SILVA

**AS IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REALIDADE
SOCIOTERRITORIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS PRACHATA E
CARRAPICHÉ, ESPERANTINA – TO.**

**Palmas, TO
2025**

Roberson Pereira da Silva

As implicações das políticas públicas na realidade socioterritorial das comunidades quilombolas Prachata e Carrapiché, Esperantina – TO.

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional, nível de Mestrado, da Universidade Federal do Tocantins/Campus Palmas, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira.
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Rejane Cleide Medeiros de Almeida.

**Palmas, TO
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586i Silva, Roberson Pereira da.

As implicações das políticas públicas na realidade socioterritorial das comunidades quilombolas Prachata e Carrapiché, Esperantina – TO.. / Roberson Pereira da Silva. – Palmas, TO, 2025.

159 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional, 2025.

Orientador: Dr. Nilton Marques de Oliveira

Coorientador: Dr.^a Rejane Cleide Medeiros de Almeida

1. Territorialidades. 2. Políticas públicas. 3. Quilombolas. 4. Desenvolvimento regional e/ou local. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Roberson Pereira da Silva

As implicações das políticas públicas na realidade socioterritorial das comunidades quilombolas Prachata e Carrapiché, Esperantina – TO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR-UFT. Foi avaliado para a obtenção do título de Mestre (a) em 04 de Julho de 2025 e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 04/07/2025

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **NILTON MARQUES DE OLIVEIRA**
Data: 12/08/2025 16:07:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Nilton Marques Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Tocantins–UFT

Documento assinado digitalmente
 **REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA**
Data: 12/08/2025 17:13:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Rejane Cleide Medeiros de Almeida (**Co-Orientadora**)
Universidade Federal do Norte do Tocantins–UFNT

Documento assinado digitalmente
 **VINICIUS SOUZA RIBEIRO**
Data: 13/08/2025 16:01:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Vinícius Souza Ribeiro
Universidade Federal do Tocantins–UFT

Documento assinado digitalmente
 **MIGUEL PACÍFICO FILHO**
Data: 12/08/2025 16:33:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho
Universidade Federal do Norte do Tocantins–UFNT

“Ser Quilombola”

**Ser Quilombola é ter orgulho
É assumir o pouco que tem
Assumir o cabelo torrado
E a pele negra também
Ser Quilombola é ter coragem
E amor no coração.**

**Ser Quilombola é não ter medo
De racismo ou exclusão
É olhar olho no olho
É assumir a sua identidade,
Respeitando as diferenças
No campo e na cidade.**

**Ser quilombola não é vergonha
Ser quilombola não é defeito
Ser quilombola é não ter medo
De lutar por seus direitos
Isso não se resume
No simples ato de falar, às vezes é necessário
Até mesmo se calar.**

**Não adianta pele clara
Ou vermelho coração
Descendente de africano
Não se pode negar não**

(SOUSA, 2016, p. 13).

Para Honra e Glória do Senhor “O criador”. A
Cristo Jesus, Maria Santíssima. A minha Mãe
Maria Concebida e Meus Irmãos, a meu Pai
Acelino (In-memory), a minha amada esposa
Wagna Lindemberg e meus filhos amados a
quem procuro, sobretudo inspirar na busca
pelo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Mestre e Orientador Nilton Marques de Oliveira por acreditar em mim, em meu potencial. A minha Coorientadora, Rejane Cleide Medeiros de Almeida, que foi minha professora na Graduação em Ciências Sociais, na Especialização e hoje me felicita com sua incomensurável contribuição na realização desse sonho. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela Bolsa de pós-graduação. Aos amigos que levarei para toda vida, Francisco, Isabela e João Pedro pelo amparo, carinho e respeito. Ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional pela minha qualificação, aos professores e colegas de mestrado pela paciência. A minha esposa Wagna Lindemberg Costa Lucas, pelo apoio incondicional nessa jornada, uma aventura louca em meio às adversidades na aposta por um futuro inclusivo para as minorias cuja “invisíveis” precisa de acessibilidade e qualidade de vida.

Em especial as Comunidades remanescentes de quilombolas no município de Esperantina, Tocantins, A família Carrapiché em nome de seus líderes Antônio e Raquel Carrapiché, Dona Rosa Carrapiché pelo alimento e Dona Edite Carrapiché pela receptividade. Agradeço a família Prachata em nome de seus líderes Cleudiane Prachata, Jhon Prachata e Poliana Prachata pelo apoio e cooperação, a Dona Luzinete Prachata e o Senhor Francisco Prachata, Senhor Bonfim Pracha e outros pelo acolhimento, por compartilhar suas vivências, medos e necessidades, assim como a prospecção de dias melhores. E a todos os interlocutores da pesquisa.

Afirmo, aquele que teme não luta, não prospecta, não eterniza.

“A grandeza da conquista está na determinação com que encaramos nossos objetivos”
(Wagna Lindemberg C. Lucas).

RESUMO

Esse trabalho é fruto de pesquisa realizada junto a duas comunidades “Quilombolas” no município de Esperantina, última cidade ao norte do estado do Tocantins. Este trabalho de dissertação buscou analisar o território, as territorialidades e de forma específica os problemas que estas enfrentam no que tange ao acesso destas comunidades as políticas públicas de primeira necessidade. Para tanto, utilizou-se de ferramentas metodológicas de pesquisa como: História Oral, com base em autores como Branco (2020), Meihy (2002) e outros assim como Thompson (2002), Halbwachs (2004) e outros que versam sobre a memória individual e coletiva. Foram adotados os procedimentos estabelecidos com as seguintes etapas: 1) levantamento bibliográfico e documental; 2) trabalho de campo com entrevistas semiestruturadas 3) análise dos dados coletados, 4) produção técnica e científica. A proposta foi aprovada pelo Comitê de Ética da universidade Federal do Tocantins (CAAE: 85220624.0.0000.5519) com assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para um melhor entendimento do contexto regional, foi realizada uma análise sócio-histórica, sobre a região norte do estado do Tocantins denominada região do Bico do Papagaio, por meio de ampla revisão bibliográfica sobre a área de estudo com diferentes olhares e perspectivas de autores que versam e estudam sobre o Tocantins, a Região Norte o Bico do Papagaio e o Brasil, que abordam de forma direta e indireta o território estudado. Nos primeiros capítulos, aborda o percurso histórico em duas perspectivas que corroboram com nosso olhar sobre o processo de migração, ocupação e surgimento da região Biquense, por meio do processo de ocupação do sul do Maranhão e o surgimento de Boa Vista do Tocantins (A Boa Vista do Padre João) e os processos de emancipação da região norte de Goiás em outra ótica classificada como visão sulista. Mais a frente versa-se sobre o negro no Brasil e sua chegada a essa região norte de Goiás (Goyazes) e sua importância na formação da sociedade Tocantinense. Apresentando dados populacionais e as principais cidades negras no norte Goiano, que implicou no surgimento das comunidades negras no Tocantins ao qual este trabalho apresenta sobre estas e sua localização geográfica. Por fim, este trabalho apresenta as comunidades Carrapiché e Prachata em Esperantina, Tocantins com suas características, localização territorial e contexto histórico de ocupação e suas dificuldades no acesso as políticas públicas. Quanto à análise dos dados obtidos durante as etapas da pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa, buscando sempre compreender as mudanças ocorridas na territorialidade das comunidades pesquisadas, a partir de aspectos culturais, sociais e econômicos. Como resultado a pesquisa apontou fragilidade das comunidades no acesso às políticas públicas no reconhecimento de área, acesso à moradia, transporte público, educação e saúde de qualidade, que denota de análise comparativa com outras comunidades a fim de compreender a realidade das comunidades negras com relação ao acesso as políticas públicas no Brasil.

Palavras-chave: Territorialidades; Políticas públicas; Quilombolas; Desenvolvimento regional e/ou local.

ABSTRACT

This work is the result of research conducted with two Quilombola communities in the municipality of Esperantina, the northernmost city in the state of Tocantins. This dissertation sought to analyze the territory, its territorialities, and specifically the problems these communities face regarding access to basic public policies. To this end, research methodological tools were used, such as Oral History, based on authors such as Branco (2020), Meihy (2002), and others, as well as Thompson (2002), Halbwachs (2004), and others who address individual and collective memory. The established procedures were adopted with the following steps: 1) bibliographic and documentary survey; 2) fieldwork with semi-structured interviews; 3) analysis of the collected data; 4) technical and scientific production. The proposal was approved by the Ethics Committee of the Federal University of Tocantins (CAAE: 85220624.0.0000.5519) with the signing of a Free and Informed Consent Form (TCLE). To better understand the regional context, a sociohistorical analysis was conducted of the northern region of the state of Tocantins, known as the Bico do Papagaio region. This analysis involved a comprehensive literature review of the study area, incorporating different perspectives and perspectives from authors who study Tocantins, the Northern Region, Bico do Papagaio, and Brazil, and who directly and indirectly address the studied territory. The first chapters address the historical trajectory from two perspectives that corroborate our understanding of the migration, occupation, and emergence of the Bico do Papagaio region, through the occupation of southern Maranhão and the emergence of Boa Vista do Tocantins (Boa Vista do Padre João), and the emancipation processes of northern Goiás from another perspective, classified as a southern perspective. Further on, we discuss Black people in Brazil and their arrival in this northern region of Goiás (Goyazes) and their importance in the formation of Tocantins society. Population data and the main Black cities in northern Goiás are presented, which led to the emergence of Black communities in Tocantins, which this work discusses and their geographic location. Finally, this work presents the Carrapiché and Prachata communities in Esperantina, Tocantins, with their characteristics, territorial location, historical context of occupation, and their difficulties in accessing public policies. Regarding the analysis of the data obtained during the research stages, a qualitative approach was used, always seeking to understand the changes occurring in the territoriality of the communities studied, based on cultural, social, and economic aspects. As a result, the research highlighted the communities' fragility in accessing public policies regarding land recognition, access to housing, public transportation, education, and quality healthcare. This indicates a comparative analysis with other communities in order to understand the reality of Black communities regarding access to public policies in Brazil.

Key-words: Territorialities; Public policies; Quilombolas; Regional and/or local development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de Localização do município de Esperantina, Tocantins, lócus da pesquisa.....	28
Figura 2- Representação dos 25 municípios da Região do Bico do Papagaio	29
Figura 3- Gráfico com a população residente entre 1991 e 2022.....	30
Figura 4- Microrregião do Bico 1991.....	38
Figura 5- IDHM de 1980.....	38
Figura 6- Do Fator Renda Entre 2000 E 2010.....	39
Figura 7- IDH região do Bico do Papagaio 2000 e 2010.....	40
Figura 8- Etnia Apinayê13, na Região do Bico do Papagaio.....	55
Figura 9- Mapa Carta do Estado de Goyaz – 1902	59
Figura 10- Construção da Rodovia Belém-Brasília	66
Figura 11- Criação do Tocantins.....	68
Figura 12- Localização geográfica do Brasil e do estado do Tocantins.....	69
Figura 13- Evolução Populacional do Tocantins	71
Figura 14- Mapa das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Tocantins.....	86
Figura 15- Comunidade Carrapiché.....	87
Figura 16- Roça de toco em Esperantina - TO.....	88
Figura 17- Comunidade e a casa de dona Maria Edite Alves de Souza.....	90
Figura 18- Mapa: Território da comunidade Prachata no rio Tocantins.....	91
Figura 19- Mapa das comunidades remanescentes em Esperantina - Tocantins, microrregião do Bico do Papagaio.....	94
Figura 20- Castanheira na Ilha do Prachata.....	96
Figura 21- Antônio Carrapiché e Virgília França de Oliveira.....	98
Figura 22- Dona Edite Alves de Souza filha de Antônio Mendes da Silva.....	100
Figura 23- Mapa do território da comunidade Carrapiché.....	102
Figura 24- Casa rustica coberta de palha e paredes de barro na comunidade.....	106
Figura 25- Casa rustica coberta de palha e paredes de tábua na comunidade.....	106
Figura 26- Imagem do Mastro usado nos festejos.....	109
Figura 27- Local da Festa, ao fundo da igreja local.....	109
Figura 28- Travessia de Canoa – Ilha Prachata.....	110
Figura 29 - Caminhada através da mata, Ilha dos Prachata.....	111
Figura 30 - Barracão com materiais de pesca e casa de farrinha.....	112
Figura 31- Barracão da comunidade na Ilha Prachata vista de longe.....	113
Figura 32- Barracão da comunidade na Ilha Prachata vista de dentro.....	113
Figura 33- Rua São Luiz.....	114
Figura 34- Família Prachata.....	114
Figura 35- Imagem aérea da Comunidade Carrapiché	126
Figura 36- Unidade educacional Pedra de Amolar.....	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Com as principais características da (HO), segundo Branco (2020.....	25
Quadro 2- População Residente por Cor ou Raça - 1991, 2000, 2010 e 2022.	31
Quadro 3- Número de Eleitores Inscritos e Aptos, por grau de instrução e sexo – 2024.....	31
Quadro 4- Indicadores de Esperantina nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	32
Quadro 5- com emendas destinadas ao município de Esperantina – Tocantins, (dez/2022 a Jul/2024).....	34
Quadro 6- Transferências Constitucionais, em reais - 2019 a 2023	35
Quadro 7 - Das unidades educacionais do município de Esperantina – Tocantins.....	36
Quadro 8 - Povoados no percurso histórico.....	63
Quadro 9 - Marcos Históricos da origem do Tocantins.....	72
Quadro 10 - Censo de 1825.....	79
Quadro 11 - Censo de 1832.....	79
Quadro 12 - População feminina da comarca do Norte, 1832.....	80
Quadro 13 - Comunidades Remanescentes de Quilombo no Tocantins até 2024.....	84
Quadro 14 - Abaixo árvore genealógica da família Prachata.....	93
Quadro 15 - Abaixo árvore genealógica da família Carrapiché.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPGDR	Programa de pós-graduação em desenvolvimento regional
UFT	Universidade federal do Tocantins
HO	História Oral
SEPLAN	Secretaria Estadual de Planejamento e Orçamento
COEQTO	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
TO	Tocantins
AL	Assembleia Legislativa
CONORTE	Comissão de Estudos dos Problemas do Norte
CENOG	Casa do Estudante do Norte Goiano
TOBASA	Empresa de Beneficiamento de Coco Babaçu

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Problema de pesquisa.....	16
1.2	Objetivos.....	18
1.2.1	Objetivo Geral.....	18
1.2.2	Objetivos Específicos.....	18
2	METODOLOGIA.....	20
2.1	A História Oral (HO) Como Fundamento Teórico Metodológico.....	20
2.2	Escolha dos interlocutores e interlocutores da pesquisa.....	27
2.3	Caracterização da pesquisa: Esperantina no norte do Tocantins.....	29
2.4	Contexto Socioeconômico Da Região Biquense.....	37
3	CONCEPÇÕES SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO, TERRITÓRIALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	42
3.1	O conceito de Política pública a luz da teoria clássica e moderna.....	47
4	PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL E MIGRAÇÃO NO NORTE DO TOCANTINS.....	52
4.1	Boa Vista do Tocantins, e o (Re)surgimento no contexto de suas revoltas.....	56
4.2	O Conflito e seus desdobramentos.....	62
5	O TOCANTINS – Colonização e (Re)surgimento.....	63
5.1	Análise histórica e povoamento.....	63
5.2	Nasce o Tocantins.....	67
6	O NEGRO NO TOCANTINS: da escravidão às comunidades negras tradicionais.....	73
6.2	O negro no processo de povoamento do Norte de Goyaz	77
6.3	Comunidades negras no Tocantins e na nova cartografia.....	81
6.4	Comunidades remanescentes na região do Bico do Papagaio.....	86
7	COMUNIDADES REMANESCENTE DE QUILOMBOLAS CARRAPICHÉ E PRACHATA NA HISTÓRIA E O MOMENTO ATUAL.....	87
7.1	Processo de formação social e associativa das comunidades.....	87
7.2	Contexto Histórico das comunidades Carrapiché e Prachata no Bico do Papagaio.....	93
7.3	O território imaterial das comunidades Carrapiché e Prachata: processo de reconhecimento.....	101
7.4	A Comunidade Quilombola Carrapiché e Prachata na Atualidade.....	105
8	COMUNIDADES REMANESCENTE DE QUILOMBO - CARRAPICHÉ E PRACHATA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	116
8.1	As Comunidades Carrapiché e Prachata no âmbito das políticas Públicas.....	116
8.1.1	Comunidade Prachata.....	116
8.1.2	Comunidade Carrapiché.....	125
8.2	Identidade e reconhecimento das comunidades Carrapiché e Prachata no contexto da educação.....	133
8.3	Uma análise da estrutura em saúde no município de Esperantina – Tocantins sobre a ótica das políticas públicas.....	138
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERÊNCIAS.....	143
	ANEXOS.....	152

1 INTRODUÇÃO

Este estudo busca compreender a formação territorial das comunidades quilombolas Carrapiché e Prachata, no município de Esperantina/Tocantins e as políticas públicas que chegam a estas comunidades¹.

Como referencial teórico para esta pesquisa se constitui por autores que analisam e discutem questões sobre território e territorialidade, políticas Públicas. Além de quilombo e quilombolas, comunidades remanescentes. Autores que versam sobre a região do Bico do Papagaio, suas territorialidades e o seu contexto histórico, econômico e social, observado as fontes oficiais como o IBGE e outras fontes e materiais desenvolvidos a partir da perspectiva do Território do Bico do Papagaio.

Portanto, foi de fundamental importância à revisão dos estudos já desenvolvidos por diversos autores que muitos contribuíram para o enriquecimento dos debates sobre o tema do território, da territorialidade e do espaço, em especial, Milton Santos (2005), Claude Raffestin (1993) Souza (2001), Paul Little (2004), Rogério Haesbaert (2004; 2007; 2007a; 2009), Marcos Aurélio Saquet (2006; 2007; 2008; 2009; 2010), Bernaredo Mançano Fernandes (2007; 2008), dentre outros para melhor compreensão do conceito e suas variações como territorialidades e espaço.

E para falar de reconhecimento trago Axel Honneth (2003) entre outros autores que discutem temática territorial, além de textos e recortes sobre o território e a política territorial. Assim como a compreensão sobre o conceito de cultura e homem em Clifford Geertz (2008) e outras obras que nessa ótica corroboram com a sua ideia sobre o conceito.

Para tratar sobre Quilombos; comunidades tradicionais (remanescentes) de quilombolas como base de análise, Rita Domingues-Lopes, R. C. (2008, 2010, 2017, 2020), Eliane O'Dwyer (2002), Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008), na perspectiva de compreender os sujeitos à luz da antropologia.

O olhar sobre a História Oral com base nas histórias de vidas utilizar-se-á de fundamentos por interlocutores e autores que discutem a memória no caso de Michael Pollak

¹ Projeto de Pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Tocantins - Número do Parecer: 7.436.730. CAAE: 85220624.0.0000.5519.

(1992), Samantha Viana Castelo Branco (2020), José Carlos Meihy (2002), Maurice Halbwachs² (2004).

Ao tratar-se de políticas públicas, observam-se as contribuições de autores como Jürgen Habermas (2003), Elenaldo Celso Teixeira (2002), Celina Souza (2003) e Hanna Arendt, (1990, 2002, 2001) entre outros. Tornam-se fundamentais, ao trazerem luz para entender questões e consequências das novas esferas públicas, que passaram a se constituir na nova sociedade, marcada por profundas mudanças de comportamento. Jürgen Habermas (2003), uma das principais referências nos estudos sobre esfera pública, analisa que esta se localiza entre o Estado e a sociedade, o que nos permite entender o inevitável impacto que a comunicação organizacional provoca na comunicação pública e vice-versa. Lima (2012, p.50 *apud* Rua 1998) destaca a política como a base das relações de poder em uma perspectiva do estado, que não considera a base para a sua consolidação. Gerando conflitos, para o autor, a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos.

As questões sobre a realidade social das comunidades tradicionais estão no interior da compreensão de como vivem as comunidades Carrapiché e Prachata da microrregião do Bico do Papagaio³, no município de Esperantina. Este se situa no limite norte do Estado do Tocantins, cerca de 700 km da capital, Palmas, via BR-226, na confluência dos rios Tocantins e Araguaia.

Nesse sentido, observa-se a compreensão da realidade das comunidades que lutam contra forças que se contrapõem à sua organização e que poderíamos classificar como fatores determinados como “endógenos ou exógenos” (Ferreira de Lima, 2022). Essas forças existem dentro e fora, ações que caracterizam essa cultura, como um conjunto de elementos intrínsecos que revela uma construção ideológica, simbólica, que cria uma ideia do “fazer” coletivo. Aqui se consegue visualizar um rito e/ou hábitos no labor diário, nas atividades cotidianas simples como cozinhar e tomar banho, uma rede de significados organizadamente, sistematizada e construída. São padrões de comportamentos coletivos, demonstrados em uma

² Maurice Halbwachs (1873-1954) foi um sociólogo francês que revolucionou a compreensão da memória, especialmente a memória coletiva. Ele argumentou que a memória individual é sempre influenciada pelo contexto social e pelos grupos a que pertencemos, e que a memória é um processo dinâmico de reconstrução do passado.

³ Optei em denominar assim para uma melhor compreensão do contexto e da região supramencionada no extremo norte do estado do Tocantins.

ação individual, uma prática coletiva, simbolicamente construída e apresentada e/ou executada na ação individual.

Para tanto, essa compreensão de consciência coletiva do todo e das partes não tão somente da cultura de forma macro, mas, das diferentes formas ou culturas como diversidade. Apropria-se, neste, a ideia de cultura, conforme Geertz (1989), em uma perspectiva de compreensão da cultura a partir dos símbolos, “essencialmente semióticos”. Estabelecem um diálogo com questões locais como: as lutas pela terra e os conflitos políticos, e comunidades tradicionais como os quilombolas.

Como entendimento sobre o conceito de Quilombo Domingues-Lopes (2020), ressalta que por volta de 1740, Portugal, D. João V, em resposta ao Conselho Ultramarino, definiu quilombo como: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões nele. Para "Domingues-Lopes apud Moura, (1981), Quilombos, termo que expressa o alicerce de resistência negra e consiste em grupos que desenvolvem práticas cotidianas a partir de experiências vividas e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo (Oliveira; D’Abadia, 2015a, p. 269).

Para tanto, percebe-se que esse é um conceito histórico-jurídico que remonta ao período colonial e que permaneceu durante o período imperial com a política de repressão aos quilombolas. Sendo que este até hoje se associa a interpretação de “lugar de escravos fugidos” Domingues-Lopes (2020). Para a autora, os quilombolas (Comunidades Remanescentes) representam a imensa diversidade sociocultural do Brasil, no qual é acompanhada de uma das grandes questões fundiárias. Isso em uma região que se consolidou economicamente com as bases da pecuária e agricultura e de modo especial no extrativismo. Dessa maneira há uma fonte de renda praticada por várias famílias na região, por gerações, sendo o extrativismo da coleta do coco babaçu, exercido por mulheres, chamada de quebradeiras de coco babaçu.

Mulheres que vivem da quebra do coco babaçu, muitas delas vivem na zona rural utilizam da coleta do coco babaçu para alimentar suas famílias, quebram, comercializam e realizam o aproveitamento próprio da extração do óleo para consumo. Desde a década de 1990, o carvão feito a partir da casca do coco babaçu ou do coco inteiro é vendido pela associação das mulheres quebradeiras de coco do Bico do Papagaio (ASMUBIP) quanto para atravessadores ou ainda para a empresa TOBASA Bioindustrial em Tocantinópolis. A palmeira pode chegar a 20 metros de altura. Os frutos (coco babaçu) dão em cachos e as folhas podem ser usadas para fabricar telhados e paredes de casas, cestos, abano e outros objetos artesanais (Domingues-Lopes, 2020, p.79). Poderia ser um dos motivos que atraiu

peessoas negras fugidas do regime escravocrata para região, além do isolamento e vastidão de riquezas naturais que facilitariam a sua prosperidade.

A presente proposta justifica-se na necessidade de possibilitar visibilidade às questões relacionadas aos quilombos no Tocantins, neste caso, Prachata e Carrapiché. Pautando a sua condição de vida, o seu território e sua cultura, em especial a relação com a região e sua assistência por políticas públicas.

Um segundo ponto importante é o fato de eu estar diretamente conectado com o território estudado, pois pertenço à região em questão, onde participei ativamente dos movimentos sociais e de juventude. Desde a minha formação de secundarista até a superior, que nos permitiu compreender as questões sociais e ampliar à luz de teorias e pesquisas que nos impulsionaram a este novo momento.

1.1 Problema de pesquisa

É sabido que a população negra no Brasil, após a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, sofreu com a ausência do Estado e foram relegadas à pobreza, ao esquecimento e à invisibilidade. Tanto por parte das autoridades públicas quanto da sociedade, na sua maioria branca, agravado, sem sombra de dúvidas, pelo preconceito. Por muito tempo, negros e negras ex-escravizados criaram suas próprias estratégias de sobrevivências, onde muitos buscaram refúgios para o seu sustento e preservação de sua cultura ancestral. Uma delas migração como a exemplo dos ex-escravos e seus descendentes diretos ou indiretos do Vale do Paraíba para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, após o período abolicionista, como apresentado por Carlos Eduardo Coutinho da Costa (2015).

Onde “durante muitos anos a migração no pós-abolição foi compreendida como um processo de “perda” por parte dos ex-cativos”, Costa (2015). Como resultado teria o surgimento de favelas e guetos que compunham a periferia de grandes cidades. Segundo o autor pesquisadores da Jamaica, Cuba e Estados Unidos, após o fim da escravidão, libertos e seus descendentes migraram no intuito de experimentar a liberdade⁴. Nesse senti observa-se a similaridade no contexto em questão. A fuga de negros (as) cativos no Brasil colonial e ainda

⁴ SCOTT, Rebecca. Defining the boundaries of freedom in the world of cane: Cuba, Brazil, and Louisiana after emancipation. *The American Historical Review*, v. 99, n. 1, p. 70-102, Feb. 1994.; FONER, Eric. O significado da liberdade. *Revista Brasileira de História*, v. 8, p. 14, 1988; GROSSMAN, James R. *Land of hope*: Chicago, black southerners, and the great migration, op. cit., p. 21.

durante o Império Brasileiro (1822 e 1889) criaram espaços simbólicos de luta e autoafirmação, os Quilombos e seus quilombolas que mais a frente seus descendentes ainda em luta por reconhecimento.

Observando o processo de “segregação e a favelização” no Brasil isso durante o processo de liberação de mão de obra ou como expresso por Costa (2015) a expulsão, de ex-cativos das fazendas do interior de São Paulo que traz uma amalgamar de fatores negativos para as comunidades negras incluídas o processo de formação da sociedade brasileira e da industrialização do Brasil.

Nesse sentido percebe-se o processo de migração em que de varias formas, seja no período escravagista ou no pós-abolição, trás consigo a formação de espaços urbanos ou rurais em que estejam ocupados ou foram ocupados por pessoas negras, há hoje uma gama de remanescentes por todo o Brasil, segundo o Censo de (2022) mostrou que no Brasil há 8.441 localidades quilombolas, 24% delas no Maranhão. Ou seja, Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios, IBGE (2022). Porém, a Fundação Cultural Palmares só certificou cerca de 3.854 comunidades quilombolas no Brasil. No Tocantins são 52 comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares sendo que 09 delas na região norte do Estado e 04 delas na região do Bico do Papagaio.

Da mesma forma, sobre a existência de quatro comunidades na microrregião, uma em Araguatins, e três e Esperantina, comunidades estas de povos remanescentes que com o passar do tempo, devido às suas necessidades começaram a ser vistos unicamente como mais uma comunidade de área rural, e não como o que realmente são: remanescentes de escravizados, negros fugidos ou trazidos a esta região para uso como mão de obra de trabalho, como estão vivendo e sendo assistidos em suas necessidades?

Portanto, cabe aqui observando a trajetória histórica e social do povo negro no Brasil, reconhecendo sua natureza e importância social e histórica, e percebendo sua presença no Tocantins e em especial na micro região no Bico do Papagaio, levantam-se questionamentos sobre a situação de social, econômica e cultural dessas comunidades em especial as comunidades Carrapiché e Prachata no município de Esperantina última cidade no extremo norte do Tocantins, se estas estão sendo assistidas em suas especificidades pelo poder público.

Nesse sentido considera como problema da pesquisa: compreender como se deu a formação destas comunidades “quilombolas” Carrapiché e Prachata, no município de Esperantina, Tocantins, no Bico do Papagaio. E como estas comunidades quilombolas são assistidas no que tange às políticas públicas, como acesso à saúde, o social, a educação, a moradia e o transporte e outros bens de primeira necessidade?

1.1.1 Delimitação de Escopo

Com a presente dissertação, buscou-se analisar a formação territorial das comunidades quilombolas Carrapiché e Prachata, no município de Esperantina, Tocantins, assim como compreender os problemas que essas comunidades enfrentam no que tange ao acesso aos bens públicos.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a formação territorial das comunidades quilombolas Carrapiché e Prachata, no município de Esperantina/Tocantins e como ocorre o atendimento das políticas públicas à comunidade.

1.2.2 Objetivos Específicos

- 1 Compreender a formação histórica do território do Bico do Papagaio e das comunidades Quilombolas Carrapiché e Prachata no município de Esperantina,
- 2 Analisar as vozes dos interlocutores das comunidades Quilombolas, Carrapiché e Prachata, sobre o fortalecimento da sua Identidade.
- 3 Compreender a formação territorial das comunidades quilombolas Carrapiché e Prachata.
- 4 Compreender sobre as políticas públicas no atendimento das Comunidades Quilombolas Prachata e Carrapiché do território do Bico do Papagaio, especificamente em Esperantina-TO.

1.3 Justificativa

A relevância dessa pesquisa buscou compreender a realidade social das comunidades quilombolas Carrapiché e Prachata, cumpre ressaltar a dívida histórica com a sociedade negra brasileira, desde os primeiros negros trazidos ao Brasil no período de colonização, cujos remanescentes de ex-escravizados, residem e resistem no estado do Tocantins, Pará e Maranhão, berço de grandes fazendas e de senhores que escravizaram homens e mulheres. Cabe ressaltar que esta pesquisa compreende um olhar na perspectiva da minha própria história, a partir da região do Bico do Papagaio. Região esta que desde a minha infância, há identificação com este contexto social, político e histórico. A escolha dessa temática se

fortalece na busca de identificar as imaterialidades contidas no território das comunidades Prachata e Carrapiché. Nossa trajetória seja enquanto militante do movimento estudantil secundarista e/ou universitário, ou de associação, instituto e/ou atuação no serviço público e a vivência com os movimentos sociais da região me oportunizaram presenciar fatos que podem ser potencializados no sentido de a pesquisa oportunizar visibilidade das questões das políticas públicas que as comunidades têm acesso.

Esse contexto oportunizou conhecer de perto e conviver com lideranças e moradores das comunidades Carrapiché e Prachata. Além disso, essa pesquisa pode contribuir com as instituições que promovem políticas públicas e o “desenvolvimento”, local e/ou regional. Podendo estes reparar injustiças, como o não acesso ao que lhes é mais básico, constituindo assim o cumprimento de ações públicas preconizadas na legislação federal.

Portanto, a relevância dessa pesquisa no contexto desta comunidade as torna significativas frente à discussão de acesso aos bens públicos.

1.4 Estrutura Da Dissertação

Esta dissertação está estruturada em sete capítulos mais uma introdução.

Sendo o Capítulo 1 – A introdução, que explicita o problema da pesquisa, justificativa, os objetivos gerais e objetivos específicos assim como a metodologia.

Por conseguinte, a estrutura do trabalho, na qual a pesquisa se orienta.

No capítulo 2, METODOLOGIA - A História Oral (Ho) Como Fundamento Teórico Metodológico .

No capítulo 3, apresenta as concepções sobre o conceito de território, territorialidades e políticas públicas.

No capítulo 4 apresenta o processo de formação territorial e migração no Norte do Tocantins.

No capítulo 5, contexto histórico do Tocantins, sua colonização e o seu (re)ssurgimento.

No, capítulo 6 Apresenta as questões relacionadas ao negro no Tocantins: da escravidão às comunidades quilombolas.

Nos capítulos 7 e 8, analisa as vozes dos atores das comunidades quilombolas Carrapiché e Prachata, quanto à sua formação territorial, e ao acesso às políticas públicas, e por fim, às Considerações Finais - Traz os resultados alcançados e apresenta as recomendações da pesquisa, além de apresentar as referências.

E, logo após apresenta-se os apêndices.

2 METODOLOGIA

2.1. A História Oral (Ho) Como Fundamento Teórico Metodológico.

A presente proposta visa à realização de uma pesquisa qualitativa, numa perspectiva interdisciplinar, abalizada em diversas fontes e em autores que discutem essa temática. Considerando que devido à falta de políticas públicas, onde essas comunidades sofrem um processo de (des)territorialização. Ao realizar entrevistas com membros da comunidade buscou-se compreender esses processos de reconstrução da cultura e suas territorialidades, como as experiências da comunidade. É importante ressaltar que a presente comunidade foi escolhida por se tratar de comunidades remanescentes de quilombos, que se localizam na zona rural de uma região de fronteira e de confluência de dois grandes rios o rio Araguaia e o rio Tocantins.

Como a história nos mostra a época da abolição, foi um momento em que os escravizados já lutavam contra o sistema escravocrata de diversas formas. As Fugas de homens e mulheres que se opunham ao trabalho forçado, a sujeição e morte. Para tanto, a história nos reserva elementos importantes como a resiliência e autodeterminação destas pessoas.

A metodologia aqui empregada para a elaboração deste trabalho dissertativo consistiu-se em pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e o uso da história oral temática, com técnicas de história de vida, esta pesquisa é de caráter qualitativo, e não comparativo tendo em vista que carecerem de observação, sendo que são duas comunidades que ocupam a margem do mesmo rio e se localizam no território do mesmo município, nesse carece observar: sobre as mudanças ocorridas na territorialidade das comunidades a partir de aspectos culturais, a compreensão territorial das Comunidades Remanescentes de Quilombo. Haverá uma pesquisa bibliográfica e documental que servirão de base para a sustentação teórica do trabalho, que se caracteriza pela investigação de obras pertinentes ao tema de estudo.

Nesse contexto, observou-se que, para atender aos objetivos desta pesquisa precisou-se ir ao encontro da resposta ao problema levantado, foram estabelecidos critérios de comparação entre as linhas de pensamento dos autores e análise crítica das argumentações, assim como análise de conceitos e categorias. A história oral foi utilizada como ferramenta de levantamento de dados, a fim de, registrar as informações das referidas comunidades, e tratar dos temas referentes às relações entre o processo de territorialização, e desterritorialização além de reterritorialização; e discussão sobre a formação do território e territorialidade destas

comunidades, assim como a chegada de grileiros e também de como as mudanças são percebidas pela Comunidade.

O método empregado na pesquisa de campo foi à história oral temática, no qual permitiu apontar como a comunidade percebe as mudanças na territorialidade, à ação do poder público e outros. A adoção da história oral se dá em razão do respeito às particularidades e histórias de vida de homens e mulheres da comunidade, no qual serão ouvidas. A pesquisa de campo foi realizada mediante participação em reuniões e a produção de entrevistas semiestruturadas com os moradores das comunidades Prachata e Carrapiché, lideranças, escolhidas por sua representatividade (liderança), e ancestralidade (mais antigos) e os mais jovens.

História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. (Branco 2020 p.12 apud Alberti 2008, p155). Por sua maior proximidade metodológica, assim como boa referência em soluções encontradas em outras áreas do conhecimento, que exigem uma maior clareza nas informações, tendo como suas tipologias, como segue definidas por Branco (2020).

De acordo Samantha Viana Castelo Branco⁵ (2020) “[...] é mister ressaltar que a História Oral, na literatura acerca do assunto, já foi classificada como método, técnica e também como uma teoria. Para Samantha Viana Castelo Branco (2020) utores como José Carlos Meihy (2002) apontam a existência de três tipos de História Oral: (a) História Oral de Vida; (b) História Oral Temática; (c) Tradição Oral.

Quanto à pesquisa e a “fonte oral” podem-se acrescentar uma dimensão viva, que por sua vez, observando a realidade social, pode trazer novas perspectivas à historiografia, nesse caso o pesquisador, muitas vezes, necessita de registros variados, estes não somente os escritos. Lembrando que a sociedade moderna vive em um novo contexto social hoje, graças à modernidade tecnológica, vive em plena era da informação difundida pelos meios de

⁵ Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho. Jornalista e advogada. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Professora do Departamento de Comunicação Social (DCS) e do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Chefe da Unidade de Comunicação Social do Hospital Universitário da UFPI (HU-UFPI). E-mail: samanthacastelo@gmail.com Cidade: Pelotas.

comunicação como o rádio, a televisão, o telefone e Internet, nos quais a oralidade se destaca nesse processo difusor da informação. E para compreender melhor esse processo cabe destacar análises e pensamentos diversos sobre a (HO) e sua aplicabilidade. E recorrer à bibliografia, de autores como Alberti (1990, 2005), Joutard (1999; 2006), Meihy (2002; 2006), Portelli (2001; 2016) e Thompson (2002), Pollak (1992), Branco (2020), entre outros se faz necessários à compreensão de concepções etnográficas⁶.

Percebe-se a importância do uso da História Oral como metodologia de pesquisa, para Paul Thompson,

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (Thompson, 1992, p.17).

Do ponto de vista de Alberti (1989), com relação à história Oral, enfatiza o seu emprego metodológico e sua importância também como método de análise sobre a memória dos interlocutores, assim para ele:

[...] a história oral somente pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (Alberti, 1989, p.4).

Para tanto, a História Oral torna-se, então, ferramenta metodológica importante no contexto dessa pesquisa que resgate fatos ocorridos e resgatados através de pesquisa que buscam remontar o passado, proporcionando levantar elementos fundamentais para a compreensão da realidade social, seus anseios e luta para a preservação de territórios, como os das comunidades quilombolas Prachata e Carrapiché, no município de Esperantina, Tocantins.

Portanto percebe-se a importância da História Oral como ferramenta desta pesquisa por haver a necessidade de utilização de ferramentas que focam, especialmente nas possibilidades de manifestações e fontes que normalmente são excluídas de relatos oficiais. A presente ferramenta metodológica age como elemento que nos permita acessar fatos e analisa-

⁶ [...] é uma pesquisa que estuda pessoas a partir de uma análise profunda sobre os comportamentos, as crenças, os costumes e outras características da comunidade. Ou seja: a pesquisa etnográfica estuda os padrões mais previsíveis das percepções e dos comportamentos na sua rotina diária das pessoas.

los, fazendo justiça a personagens e manifestações da cultura de uma comunidade ou de um povo, de acordo com Guedes-Pinto (2002):

A HO preocupa-se, fundamentalmente, em criar diversas possibilidades de manifestação para aqueles excluídos da história oficial, tanto a "tradicional" quanto à contemporânea, e que não possuem formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais. (Guedes-Pinto, 2002, p.92)

A história reflete a vivência, o modo de vida, como eterniza personagens. Ela foca-se na memória humana e na sua capacidade de trazer à memória o passado enquanto testemunha do “vivido”. Do que se passou, proporcionando um resgate através do rememorar que traz com si momentos, hábitos e constroem vivências, elementos essenciais para a leitura da realidade social em que está o indivíduo inserido, pode-se entender a memória como uma presença do passado. Assim, para como diz o autor Maurice Halbwachs (2004), toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Assim, Halbwachs estabeleceu uma “clivagem entre a memória coletiva, pensada como uma reconstrução social, e a história escrita, por ele considerada, sob os cânones tradicionais, objetiva” (Oliveira, 2013 p.135). Portanto,

A memória coletiva é parte de tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes (POLLAK, 1989, p. 7).

No que diz respeito à memória conforme Edgard Leite de Oliveira (2013) compreende a vivência em vários grupos desde a infância no qual estaria na base da formação de uma memória autobiográfica, pessoal. De acordo como Halbwachs, são as percepções acrescentadas pela memória histórica:

...os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, que eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo. (Halbwachs, 2004, p.73).

Le Goff nos lembra de que os gregos antigos fizeram da Memória uma deusa (Mnemosine⁷), mãe de nove musas inspiradoras das chamadas artes liberais, entre elas a história (Clio), a dança (Terpsícore), a astronomia (Urânia) e a eloquência (Calíope) (Matos,

⁷ É a personificação da memória (na Mitologia Grega). Ela é uma das Titãs, filha de Urano (Céu) e Gaia (Terra), e mãe das nove Musas, fruto de sua união com Zeus. Mnemosine é frequentemente associada à memória individual e coletiva, sendo considerada a fonte da linguagem e da escrita, elementos cruciais para a cultura grega.

Senna. 2011 p.96). Destacando como fundamental esta metodologia, Queiroz (2006) afirma que:

História Oral é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variadas formas, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma cultura. (Queiroz, 1988, p. 19).

Partindo deste ponto de vista, observa-se como necessário compreende-se a temática da história, contada, da mesma forma observa-se como é fundamental entender sobre a arte de contar histórias, ressaltando a importância e a visão no contexto da história de vida.

[...] ao situar percursos epistemológicos da pesquisa com história de vida ou narrativas de formação. [...] apresenta diferentes tipificações e entradas construídas como prática de investigação/formação com histórias de vida nas ciências Sociais, destacando a heterogeneidade em torno da temática e dos percursos desta abordagem de pesquisa como constituída de diferentes campos disciplinares (Souza, 2006 p.22).

Nesse sentido, a História Oral é definida como a “arte da escuta” (Portelli, 2016), no contexto histórico a [História Oral] surge após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Branco (2020), esse surgimento foi devido: (a) aos avanços tecnológicos relacionados à captação, distribuição e armazenamento de áudios e imagens; (b) o desejo dos historiadores em registrar as vivências de pessoas como combatentes e sobreviventes perante a guerra (Branco, 2020 apud Meihy, 2002).

[...] o primeiro fator, vale lembrar que o rádio, durante o segundo conflito mundial, exerceu papel fundamental, devido a sua instantaneidade, tanto no que se refere ao uso militar, como também como meio informativo e, ainda, como recurso para concretizar estratégias de persuasão. Nesse sentido, o aprimoramento de técnicas e tecnologias que permitissem a realização de entrevistas jornalísticas e a difusão de informações foi essencial para o surgimento da HO. Acerca do segundo fator, é necessária a compreensão de que uma guerra de grandes proporções envolve inéditos e ricos elementos históricos, os quais despertaram nos pesquisadores a intenção de registrá-los. As narrativas dos sobreviventes, preservam-se as memórias que poderiam ser revisitadas como alerta para a necessidade de união dos povos e adoção de medidas que evitassem a ocorrência de um novo conflito com semelhantes consequências. (Branco, 2020 p.10)

Conforme a perspectiva de Meihy (2002) e Braco (2020) quando a expressão sobre o termo “História Oral” apresenta como sua oficialização por Allan Nevis na Universidade de Columbia–New York City–difundindo-se nos Estados Unidos e posteriormente na Europa e no México, tendo com facilidade a aquisição de vários “adeptos em diferentes áreas, dentre as quais Antropologia, História, Ciência Política e Sociologia.” (Branco, 2020), quanto ao método;

Paul Thompson, a quem se atribui a introdução do método na Universidade de Essex, na Inglaterra, para coleta de depoimentos de “pessoas comuns”. Entende que o então uso de aparatos tecnológicos para registros dessas falas pode ser considerada uma novidade, mas que a história oral em si é tão antiga como a própria história (Branco, 2020 *apud* Thompson, 2002).

No Brasil a referida metodologia foi introduzida na década de 1970 na Universidade de São Paulo (USP) e o Programa de História Oral (CHO) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)–Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Branco, (2020). Abraçados especialmente, para Alberti (1990), em estudos nas áreas da História, Sociologia e Antropologia. E com o interesse constante pela metodologia, criou-se em 1994, A Associação Brasileira de História Oral, com membros de todas as regiões do Brasil. Em 1996 se criou a Associação Internacional de História Oral como congressos bianuais, além de ampliação dos debates, estudos e resultados em torno da produção e da metodologia. No entanto, cabe ressaltar que a História Oral (HO) no âmbito da literatura foi, conforme Branco (2020), como método, técnica e teoria. Assim como na atualidade é adequado ser considerada uma “metodologia de pesquisa”.

Branco (2020) considera que, autores como Meihy (2002) apontam a existência de três tipos de História Oral: (a) História Oral de Vida; (b) História Oral Temática; (c) Tradição Oral. A primeira, em conformidade com a autora, se distingue tanto da biografia quanto da autobiografia, onde a figura do pesquisador não é necessária. A segunda busca, especificamente, fatos e detalhes que interessa exclusivamente a pesquisa, no caso de “[...] detalhes da vida do narrador e as experiências pessoais adquirem interesse à medida que revelam aspectos vinculados à temática central” (Branco, 2020, p.12). A terceira por, portanto, traz elementos como o foco central na visão de mundo de comunidades que têm valores por “estruturas mentais [...] que se manifestam pelo folclore e pela transmissão geracional”. (Branco, 2020, p.12).

Quadro 1 - Com as principais características da (HO), conforme Branco (2020), há diferentes ações metodológicas dos três tipos de História Oral. Trazemos o quadro abaixo, adaptado de Meihy (2002).

História Oral de Vida	História Oral Temática	Tradição Oral
- Sujeito primordial: depoente (narrador). - Valorização do relato ou da	- A atuação do pesquisador/entrevistador é mais explícita e fica	- Tem como ênfase a visão de mundo de comunidades que têm valores filtrados por

versão apresentada pelo narrador. - A entrevista é realizada com base em tópicos ou perguntas amplas, para permitir a abordagem de experiências pessoais do entrevistado, segundo a sua vontade. - O pesquisador/entrevistador não contesta a narrativa.	evidenciada na pesquisa. - O pesquisador tem um papel ativo, inclusive sendo a ele possibilitada a contestação. - A entrevista é utilizada pelo pesquisador mais como um documento para a busca de esclarecimentos acerca de uma temática central, previamente selecionada. - Centra-se em um assunto específico e restabelecido, objetivando-se narrativa do entrevistado vinculada a esse acontecimento. - Detalhes da vida pessoal do narrador adquirem interesse somente se vinculados à temática central.	estruturas mentais asseguradas em referências do passado remoto. - Perpassa questões que se manifestam pelo folclore e pela transmissão geracional. - A narrativa do entrevistado adquire caráter mais coletivo que individual. - A entrevista deve ser realizada com pessoas que sejam depositárias das tradições de tribos, comunidades, clãs ou outros grupos.
--	--	--

Fonte: Adaptado de Meihy (2002).

Na perspectiva escolhemos a História Oral: como ferramenta porque esta busca “compreender as transformações ou mudanças que ocorrem na sociedade, em um grupo social ou mesmo no modo de vida das pessoas”. Permitindo assim, o “entendimento de valores culturais, espirituais e sociais cultivados por um agrupamento humano”, (Branco, 2020 p.13). Na mesma obra no pensamento de Philippe Joutard (1999, p. 151) este elenca originalmente, três motivos que proporcionam o fazer da História Oral – a) “*Escuchar la voz de los excluidos*”; (b) “*Sacar a la luz las realidades indestructíveis*”; (c) “*Dar testimonios de las situaciones de sufrimiento extremo*”. Ou seja, o objetivo dessa ferramenta é proporcionar o desenvolvimento da pesquisa em um campo onde não há uma materialidade em dados e

relatos documentais em um contexto oficial e, ao mesmo tempo, dá voz aos excluídos, àqueles cujo não possuem.

Portanto, ressalta-se aqui o porquê e importância metodológica da História Oral para a construção desta pesquisa a partir de elementos constitutivos das Comunidades Remanescente de Quilombolas Carrapiché e Prachata que participam desta pesquisa.

2.2. Escolha dos interlocutores e interlocutores da pesquisa

Foram selecionados dez (10) interlocutores de cada Comunidade Remanescente de Quilombos, sendo dez (10) Carrapiché, sendo quatro (04) homens e oito (08) mulheres, sendo três Jovens estudantes (18 a 65 anos). Dentre os homens, dois (02) são descendentes de Carrapichés e os outros são o genro de Antônio Carrapiché e o esposo de uma neta de Carrapiché, que foi identificado na pesquisa como liderança comunitária da comunidade e presidente da associação quilombola Carrapiché. Ele é quem representa a comunidade nas reuniões da associação de pescadores, e demais eventos para os quais são solicitados. Da comunidade Prachata foram selecionadas (10) interlocutores da Comunidade Prachata sendo estes (05) do sexo masculino, entre estes um que reside hoje no estado em Fortaleza – CE e (05) do Sexo Feminino, entre estes a liderança e presidenta da Comunidade Prachata. Além destes, foram selecionados dois membros da Secretaria Municipal de Saúde e dois membros (Professores da rede estadual) no do Município de Esperantina.

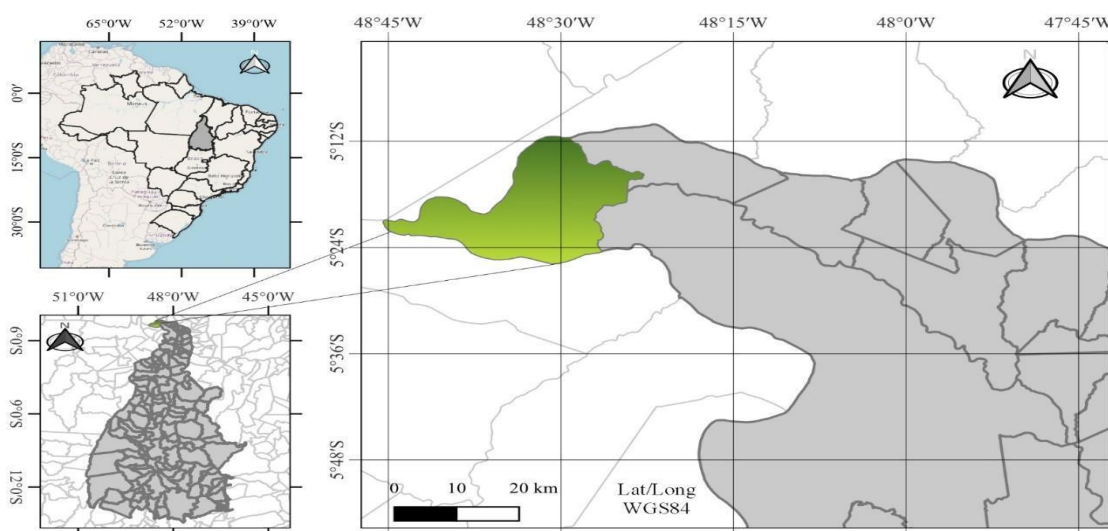
Foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com os membros das duas comunidades, assim como seus líderes representantes, presidentes das associações que representam a comunidade. Para que as entrevistas, que se deram coletivamente, com a participação de todos os interlocutores autorizaram a pesquisa por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo-lhes a utilização do nome e da sua imagem, porém por se tratar de temas sensíveis em alguns pontos vamos resguardar suas identidades. Serão denominados os membros da família Carrapiché, de Entrevistado Carrapiché 01, Entrevistado Carrapiché 02, Entrevistado Carrapiché 03, Entrevistado Carrapiché 04, Entrevistado 05, Entrevistado Carrapiché 06, Entrevistado Carrapiché 07, Entrevistado Carrapiché 08, Entrevistado 09 Genro de Carrapiché e Entrevistado Carrapiché 10 Liderança. Representantes da Secretaria de Saúde Entrevistado S.S 01, 02, Setor da Educação Pública, Entrevistado 01 e 02. Conforme roteiro das entrevistas foi construído um Diário de anotações de campo e visitas no período de 18 a 20 de dezembro

de 2024, e de entrevistas do período de 18, a 19, 20 e 24 de março e 30 de abril do corrente ano, período que se conclui a pesquisa.

2.3 Caracterização da pesquisa: Esperantina no norte do Tocantins.

O município de Esperantina fica situado no limite norte do Estado do Tocantins, no “Bico do Papagaio” na confluência dos rios Tocantins e Araguaia. O município está inserido no bioma Amazônia, na região denominada Bico do Papagaio, médio Tocantins. Em 2022, a população era de 7.530 habitantes e a densidade demográfica era de 14,88 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). A Figura 1 apresenta a localização do município de Esperantina – TO, a mesma se encontra localizada na região do Bico do Papagaio.

Figura 1: Localização do município de Esperantina, Tocantins, lócus da pesquisa.



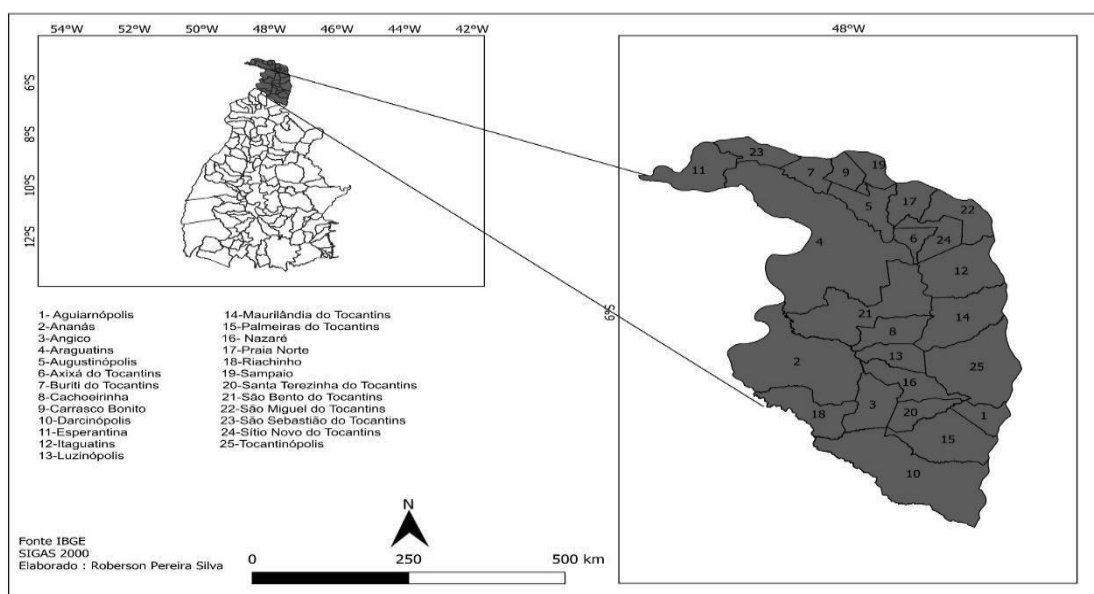
Fonte: IBGE (2020), elaborado pelo autor.

O Bico do Papagaio possui, de acordo com o (IBGE, 2022), 223.786 habitantes, isso conforme o último censo demográfico. Tendo a cidade de Araguatins como a mais populosa com 31.918 habitantes, seguido por Tocantinópolis com 22.615 habitantes e Augustinópolis com 17.484 habitantes. Da mesma forma, os menores municípios da região do Bico são: Cachoeirinha com 1.961 habitantes, Santa Terezinha com 2.406 habitantes e Luzinópolis com 2.717 habitantes.

Os municípios do Bico do Papagaio estão em uma área de transição entre o cerrado e a floresta amazônica. Possui uma área de 15.993,20 Km² que corresponde a 5,74% do território total do Tocantins. É uma região de fronteira, pois em sua mesorregião estão os estados do Pará a noroeste e o Maranhão a nordeste.

A região do Bico do Papagaio localizada no extremo norte do Estado do Tocantins, a mesma ficou nacionalmente conhecida pelos vários conflitos sociais ocorridos nas décadas de 1970, 1980 e 1990, a exemplo da Guerrilha do Araguaia, e a morte de Padre Josímo⁸. Este território compõe-se atualmente de 25 municípios, nessa nova configuração. As Cidades de Wanderlândia e Xambioá estão no Bico e não contam como parte do território. A Figura 2 apresenta a Região do Bico do Papagaio e seus 25 municípios.

Figura 2 - Representação dos 25 municípios da Região do Bico do Papagaio



Fonte: IBGE (2020), elaborado pelo autor.

O município de Esperantina - Tocantins é formado por duas áreas territoriais distintas, a zona urbana, com uma sede municipal, e zona rural, essa última contempla os Assentamentos: P.A Esperantina, P.A Tobasa, P.A Araguaia, P.A Boa Esperança, P.A Lago Preto, P.A Mulatos, P.A Bico do Papagaio, P.A Tocantins, P.A Portela, P.A Restinga, P.A Pontão, P.A Lago da Umbaúba e Povoados Pedra Grande, Vila a Tocantins e São Francisco, propriedades rurais e Comunidade Quilombola Prachata, Quilombola Castanheira do Ciríaco e Comunidade Quilombola Carrapiché e Comunidade Prachata, Ilha dos Prachata.

Com relação aos aglomerados urbanos e zona rural temos um atípico para um município de pequeno porte, que seria o crescimento da Vila Tocantins, que hoje mais parece

⁸ Josímo Morais Tavares, foi um sacerdote católico brasileiro, coordenador da Comissão Pastoral da Terra. Foi assassinado a mando de fazendeiros da microrregião do Bico do Papagaio em 10 de maio de 1986 por defender os trabalhadores rurais da região. (Silva, 2015)

outra cidade pequena, tendo praticamente o mesmo tamanho da sede do município, caracterizando dois aglomerados urbanos distintos em um mesmo território.

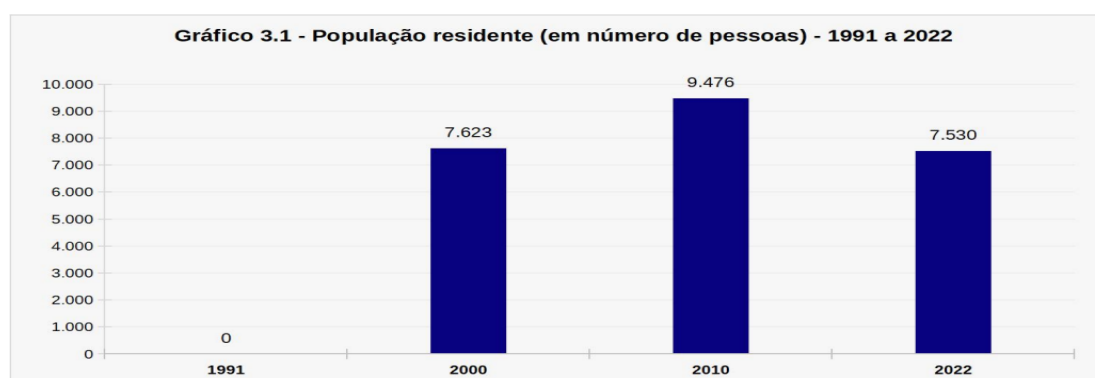
O município de Esperantina está localizado na região do Bico do Papagaio, extremo norte do estado, a 680 km de distância da capital (SEPLAN, 2024) o município foi politicamente emancipado em 10 de fevereiro de 1991, por Lei Estadual n.º 251/91. O processo de povoamento começou por volta de 1974, quando chegaram a esta região. Felipe da Silva Ribeiro e Vitoriano da Silva Ribeiro fixaram residência à margem da Lagoa da Cota, rodeada de terras férteis, devolutas do Estado de Goiás.

Devido a sua condição geográfica, natureza abundante e terras férteis, rica em caça, pesca e próspera para a agricultura, atraiu moradores de outras regiões como, Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Bahia, (SEPLAN, 2024). Com a prosperidade, o município de Esperantina passa a ser chamado de Centro do Pedro Sousa, em 1980. Após o desmembramento oficial do município de Sebastião do Tocantins, Esperantina teve como primeiro prefeito o Sr. Leomar Alves dos Santos (Gestão 1993 a 1996).

O município faz limites ao Norte: Estado do Pará, São Sebastião do Tocantins e Estado do Maranhão, ao sul: Estado do Pará, Leste: São Sebastião do Tocantins e Araguatins e ao oeste: Estado do Pará. Sua área territorial é de 506 (KM²). É uma região banhada pelos rios Araguaia de um lado e Tocantins de outro. Possui um Bioma Amazônico, de grandes fazendas, populações ribeirinhas e povos tradicionais. O IDHM do município é relativamente baixo, 0.570 (2010), a taxa de mortalidade infantil está em 25,42 óbitos por mil nascidos vivos, e um PIB per capita de 10.525,18 (2021).

Com relação ao índice populacional, o município chegou em 2010 com 9.476 habitantes, entretanto, hoje possui uma média de 7.530 habitantes conforme o (IBGE, 2022). Abaixo gráfico com a população residente entre 1991 e 2022.

Figura 03 - Gráfico com a população residente entre 1991 e 2022.



Fonte: SEPLAN, 2024.

Com relação aos aspectos demográficos, de acordo com a SEPLAN (2024) a população urbana é atualmente de 5.821 habitantes e a população rural de 1.709 habitantes. Com relação às características étnicas da população residente no que tange a Cor ou Raça - 1991, 2000, 2010 e 2022. Temos a seguinte configuração abaixo população residente de acordo aos critérios de cor/raça.

Quadro 2: População Residente por Cor ou Raça - 1991, 2000, 2010 e 2022.

População Residente	1991	2000	2010	2022
Branca	-	1.477	1.123	1.269
Pardo	-	5.503	7.199	4.697
Preta	-	581	990	1.505
Indígena	-	46	2	33
Amarela	-	8	162	26
Sem declaração	-	10	-	-

Fonte: SENPLAN/IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos Demográficos.

Como percebemos os autodeclarados negros e pardos representam a maioria da população. Que aumentou significativamente em 2022 esse fator pode ser entendido como um processo de ressignificação no autoconhecimento devido à ação dos movimentos sociais e instituições de ensino e outras na região.

Segundo dados do governo do estado, as populações masculinas e femininas se equiparam, com 3.851 (sexo masculino) 3.749 (sexo feminino). Quanto ao número de eleitores inscritos e aptos a votarem, temos um total de 6.621 eleitores (52,0% homens e 48,0% mulheres) de acordo com a SEPLAN (2024). No que concerne ao grau de instrução deste eleitorado temos representado abaixo o quadro informado quanto à instrução dos eleitores do Município de Esperantina.

Quadro 3: Número de Eleitores Inscritos e Aptos, por grau de instrução e sexo – 2024.

Faixa Etária	Número de eleitores, por sexo.			Participação (%)		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Analfabeto	378	313	691	54,7%	45,3%	10,4%
Lê e escreve	519	386	905	57,3%	42,7%	13,7%
Ensino fundamental incompleto	971	748	1.719	56,5%	43,5%	26,0%
Ensino fundamental completo	158	132	290	54,5%	45,5%	4,4%
Ensino médio incompleto	650	598	1.248	52,1%	47,9%	18,8%
Ensino médio completo	622	722	1.344	46,3%	53,7%	20,3%
Ensino superior	41	64	105	39,0%	61,0%	1,6%

incompleto						
Ensino superior completo	106	213	319	33,2%	66,8%	4,8%
Total	3.445	3.176	6.621	52,0%	48,0%	100,0%

Fonte: Adaptado de SEPLAN-TO – 2024.

Como apresentado no quadro acima, quanto ao grau de instrução dos eleitores, nota-se que 26,0% não completaram o fundamental, sendo em sua maioria homens, assim como chama a atenção para o ensino médio e superior, em sua maioria são mulheres. Mostrando que as mulheres de Esperantina possuem mais instrução nos níveis médio e superior do que os homens.

2.3.1. Indicadores econômicos e sociais

Com relação aos indicadores sociais, o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) dos anos de 1991, 2000 e 2010, apresenta índices relativamente baixos. O IDH-M Educação, e renda até 2010 é um exemplo. Porém, o IDH-M Longevidade 2010 é alto. Podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 4 - Indicadores de Esperantina nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Cód. do Município	Nome do Município	IDH91	IDH2000	IDH2010	INDred.91	IDHren00	IDHred.10	População
1707405	Esperantina	0,189	0,357	0,57	0,357	0,408	0,495	7.530

Fonte: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Conforme dados da SEPLAN (2024) em 2010, das 2.252 as famílias de Esperantina 44% destas possuíam um rendimento mensal familiar até 1/4 do salário mínimo (Pobreza Extrema), e 75% viviam com até meio salário mínimo (Pobreza Absoluta) e 95% viviam com até 1 Salário Mínimo situação de (Pobreza⁹). Lembrando que esses dados são de 2010.

Conforme a SEPLAN o Número e Valor médio pago às Famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família em 2023, das 1.575 o valor (R\$) médio pago a essas famílias é de R\$ 696,6. Como uma política pública de suporte aos mais carentes que não possuem renda per capita superior a R\$ 218,00 reais por pessoa na família beneficiada. Nesse sentido cabe ressaltar que as políticas públicas de estado (como as do programa bolsa família) chegam

⁹ Nota: O IPEA define a condição de pobreza extrema quando o rendimento médio mensal per capita for de até um quarto do salário mínimo; pobreza absoluta quando o rendimento médio mensal per capita for de até meio salário mínimo e de pobreza quando o rendimento médio mensal per capita for até um salário mínimo.

também às comunidades remanescentes de quilombolas, porém não por sua condição étnica e sim por serem vistos de igual forma a qualquer cidadão brasileiro, e galgo dos mesmos direitos.

No que tange a assistência social, cabe compreender o programa Bolsa Família como política pública, criada com o objetivo contribuir para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras em situação de miséria, como ação para alívio imediato de sua situação de pobreza e da fome. Além disso, também buscava estimular e garantir um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo pelos serviços de saúde e também educação a fim de superar indicadores ainda dramáticos, que marcavam as trajetórias educacionais das crianças mais pobres: nesse caso os altos índices de evasão e repetência assim como defasagem idade-série. Pretendia este, contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza (Brasil, 2013).

Com relação aos indicadores econômicos, o seu PIB per capita é de 10.525,18 (IBGE, 2021/SEPLAN, 2024). Tendo como setores fortes a agricultura e pecuária de corte, serviços e a administração pública. Quanto ao número de empresas, o microempreendedor Individual saiu de (87) em 2023 para (196) em (224), as microempresas de (41) em 2023 para (82) em 2024 e as empresas de pequeno porte saíram de cinco (05) em 2023 para (14) em 2024, representando um crescimento significativo tendo em vista ao município.

Na produção agrícola o destaque está para a produção de mandioca como uma produção em 2023 de 508 toneladas, além desta temos a produção de Arroz (em casca), banana (cachos), feijão (em grãos), Melancia, milho (em grão). Além de uma pecuária forte com um rebanho de 27.978 cabeças de gado conforme dados do (IBGE/SEPLAN, 2024)

Entre os principais produtos de origem animal destaca a produção de Leite de vaca 1.611 (litros/mil) em 2023. Na pesca os principais tipos de peixe¹⁰ comercializados são o tambacú e tambaqui com uma produção em 2023 que ultrapassa as duas toneladas, sendo o peixe parte integrante do cardápio e consumo da população local. Para fortalecer e incentivar essa produção foi concedido financiamentos a cooperativas e produtores do campo R\$4.810.731,00 em 2023, abaixo do valor de 2022 que foi de R\$ 5.876.046,00 segundo dados do BACEN – Banco Central e SEPLAN-TO.

¹⁰ Outros peixes incluem: Curimatã, Curimatá, Jatuarana, Piabanha, Piracanjuba, Lambari, Matrinxã, Tilápia, Traíra, Trairão, Tucunaré e outros peixes. (SEPLAN, 2024)

2.3.2. Administração Pública

No tocante a administração pública as transferências constitucionais representam os investimentos públicos, e caracteriza-se como política pública, por tanto cabe ressaltar aqui a sua especificidade. Conforme expresso por Teixeira (2002 p.2) “são diretrizes, princípios norteadores... nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos)” como a própria ação orçamentária diz estas são transferências constitucionais e para tanto estão em “por norma” descritas em seus princípios norteadores de aplicação. Abaixo quadro com o demonstrativo destas transferências para o município.

As transferências por emenda podem destacar as dos anos de (dez/2022 a Jul/2024) chamando a atenção para baixa captação de recursos. Apenas três emendas foram captadas em 2024 e três em 2023, sete em 2022. Com destaque para as emendas individuais.

Quadro 5 - Com emendas destinadas ao município de Esperantina – Tocantins, (dez/2022 a Jul/2024).

NOME ENTE	CÓD SIAFI	ANO	MÊS	NOME FAVORECIDO	NOME EMENDA	TRANSFE RÊNCIA ESPECIAL	VALOR R\$
Esperantina	181	2024	Julho	MUNICÍPIO	Emenda Individual	Sim	1.000.000,00
Esperantina	181	2024	Maio	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Emenda Individual	Não	200.000,00
Esperantina	181	2024	Maio	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Emenda Individual	Não	100.000,00
Esperantina	181	2023	Novembro	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Emenda Individual	Não	400.000,00
Esperantina	181	2023	Agosto	MUNICÍPIO	Emenda Individual	Sim	500.000,00
Esperantina	181	2023	Março	MUNICÍPIO	Emenda Individual	Sim	350.000,00
Esperantina	181	2022	Dezembro	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Emenda de Bancada	Não	131.881,00

Fonte: Tesouro Nacional, 2025.

Conforme observado, houve um aumento das receitas do município tendo em vista a sua adaptação aos gastos orçamentários e aplicação dos recursos. Quando a receita estadual

cabe destacar o imposto sobre mercadorias e serviços - ICMS¹¹ e o imposto sobre veículos automotores - IPVA. Em 2023 o município teve uma receita de R\$ 1.481.563,00 de ICMS, e R\$217.787,00 de IPVA. Cabe aqui ressaltar que conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA¹²) está orçado para 2025 um total de R\$54.256.842,13. Dividido conforme os seguintes fundos orçamentários do município. Prefeitura – R\$25.552.611,98; Fundo Municipal de Saúde – R\$8.200.769,34; Fundo Municipal de Assistência Social – R\$299.741,31; Fundo Municipal de Educação R\$20.303.719,50.

Quadro 6 - Transferências Constitucionais, em reais - 2019 a 2023¹³.

Tipo de Transferência	2019	2020	2021	2022	2023
Total	17.786.074	17.676.134	22.641.106	27.438.241	27.957.003
FPM	8.063.460	7.713.245	10.258.707	12.947.697	13.398.412
ITR	1.363	882	1.787	642	3.560
CIDE ¹⁴	30.052	25.294	16.631	25.838	5.169
FUNDEB	9.691.198	9.936.714	12.363.982	14.464.064	14.549.861

Fonte: Tesouro Nacional/ adaptado a partir de SEPLAN-TO, 2024. E complementado.

2.3.3. Caracterização dos recursos relacionados à Educação do município.

Conforme os dados do Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação em 2024, as Transferências de Recursos do FUNDEB (Imposto e Transferências) de acordo o relatório do sistema de informações sobre orçamentos públicos em educação – SIOPE o município recebeu R\$15.175.669,16. Recursos investidos obrigatoriamente em Remuneração dos Profissionais da Educação Básica, Ensino Fundamental, Ensino Infantil (creche e pré-escola)

¹¹ Nota: Arrecadação geral de ICMS é a soma dos valores de ICMS de todos os municípios, bem como os valores correspondentes a substituição tributária: combustível, comunicação, energia, municípios a classificar e substituição tributária, (SENPLAN, 2024).

¹² Lei nº. 325/2024. Esperantina/TO, 11 de dezembro de 2024.

¹³ FPM - Fundo de Participação dos Municípios; ITR - Imposto Territorial Rural; LC - Lei Complementar; FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; FEX (Auxílio para Fomento das Exportações) é um crédito repassado para complementar os recursos da Lei Kandir. A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) destinada ao FUNDEF. A partir de 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB, (SENPLAN, 2024).

¹⁴ Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. A CIDE é um tributo de competência exclusiva da União, previsto no artigo 149 da Constituição Federal.

em sua integralidade foram aplicados de acordo com o relatório das informações prestadas ao FNDE.

No que consiste a educação, o município conta com uma estrutura pública na zona rural e urbana. Conforme os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) houve uma queda no número de matrículas em escolas públicas da rede municipal e estadual no município em 2023 em relação aos anos anteriores. O Exemplo é que em 2018 tinha-se 3.195 alunos matriculados, sendo que 1.126 em escolas da rede estadual e 2.069 nas do município. Esse número caiu para 2.604 em 2023 (E. estado 882, E. Município 1.722).

Quanto ao número de matrículas em 2023, de acordo o INEP/SEPLAN (2024) e das 2.604 matrículas na rede estão divididos da seguinte forma: creche (226), Pré-Escolar (287), Ensino Fundamental (1.515), Ensino Médio (515), Educação Profissional e EJA (0) e a Educação Especial (61)¹⁵.

O município conta com (9) Creches, 14 escolas, sendo (11) do município e (3) do estado. Sendo 03 na zona Urbana e 10 na zona rural, conforme informações da secretaria municipal de educação (2025). Quanto aos aparelhos públicos, nota-se a má estrutura das malhas viárias do município, e estrutura pública como praças e prédios públicos. De acordo com dados do FNDE/MEC e dados colhidos no Plano Municipal de Saúde (2022-2025), abaixo estão às unidades escolares da rede pública no município de Esperantina e o total de alunos.

Quadro 7 - Das unidades educacionais do município de Esperantina – Tocantins.

INEP	ESCOLAS	QTD. TOTAL EDUCANDOS
17001935	ESC EST DR ULISSES GUIMARÃES	383
17039932	COLÉGIO EST JOAQUINA MARIA DA SILVA	359
17041279	ESC MUL D PEDRO I	374
17041309	ESC MUL COELHO NETO	38
17041317	ESCOLA MUNICIPAL MARIA HELENA DE JESUS MOURA	32
17041333	ESC MUL PEDRA GRANDE	23
17041341	ESC MUL NOVA UNIÃO	423
17041368	ESCOLA MUNICIPAL BOAS NOVAS	504
17041376	ESC MUL JOSE DE SOUSA MILHOMEM	33
17042429	ESC MUL DOM MARIANO	119

¹⁵ Notas: (1) Incluso Ensino Médio Propedêutico, Curso Técnico Integrado à Educação Profissional e Ensino Médio Normal Superior. (2) Incluso Escolarização Integrada, Concomitante e Subsequente. (3) EJA - Educação de Jovens e Adultos (4) Estabelecimentos Exclusivos ao atendimento a pessoas Especiais (SENPLAN, 2024).

17045096	ESCOLA MUNICIPAL PEDRA DE AMOLAR	20
17045274	ESCOLA MUL SILVINO RODRIGUES DA COSTA	121
17049563	ESCOLA MUNICIPAL PINGO D'ÁGUA	85
17054796	ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO BICO DO PAPAGAIO PADRE JOSIMO	193
17056233	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PASSINHO DA CRIANÇA	206
Total	15	2.913

Fonte: Produzido pelo autor/base de dados MEC/Plano Municipal de Saúde de Esperantina 2022 a 2025.

2.4 Contexto Socioeconômico Da Região Biquense

Os municípios do bico compõem a Amazônia Legal, estão na zona de confluência do Araguaia-Tocantins, na parte setentrional do estado, sendo uma área de transição entre o cerrado e a floresta amazônica. Possui uma área de 15.993,20 Km² que corresponde a 5,74% do Território total do Tocantins. É uma região de fronteira, pois em sua mesorregião estão os estados do Pará a noroeste e o Maranhão a nordeste.

O território do Bico do Papagaio possui, de acordo o (IBGE,2022) 223.786 habitantes, conforme o último censo demográfico. Tendo a cidade de Araguatins como a mais populosa com 31.918 habitantes, seguido por Tocantinópolis com 22.615 habitantes e Augustinópolis com 17.484 habitantes. Da mesma forma, os menores municípios da região do Bico são: Cachoeirinha com 1.961 habitantes, Santa Terezinha com 2.406 habitantes e Luzinópolis com 2.717 habitantes. Observa-se um avanço no crescimento populacional da região em consideração ao mensurados anteriormente em pesquisas acadêmicas sobre o território, afirma-se, que:

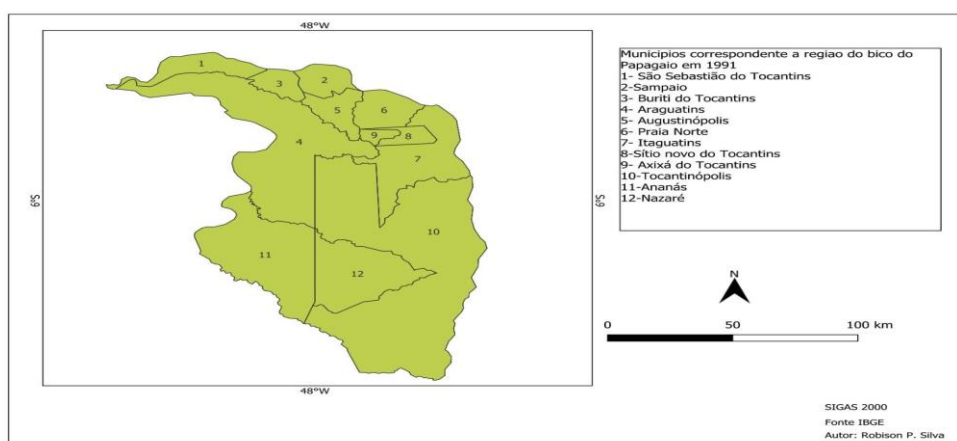
No Censo Populacional de 2010, registrou-se uma população de 196.367 habitantes, para a Microrregião do Bico do Papagaio, que representa 14% do total do Estado. A densidade demográfica de 12,45 hab/km², enquanto a do Estado é de 4,98hab/km² e do Brasil 22,40 hab/km² (IBGE,2010). Para Oliveira, Strassburg e Crestani (2014), no Tocantins, há uma grande dispersão da população, afirmam também, que a Microrregião do Bico do Papagaio foi palco dos maiores conflitos de terra do País. Já que, no Tocantins, os conflitos agrários deram-se nos seguintes municípios: Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, Sampaio, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins. (Silva, Oliveira, Alves, 2021, p.202).

E segue,

A população da região totaliza, segundo o IBGE 2010, 196.367 habitantes, distribuídos em uma área de 15.852,60 Km². Representa 14,19% da população do Estado, o qual é de 1.383.445 habitantes. Esse índice aumentou em 2013 segundo a estimativa do IBGE, chegando o estado a ter 1.478.164 habitantes em todo o estado, sendo 207.366 só no território do bico. (Silva, 2015 p.30)

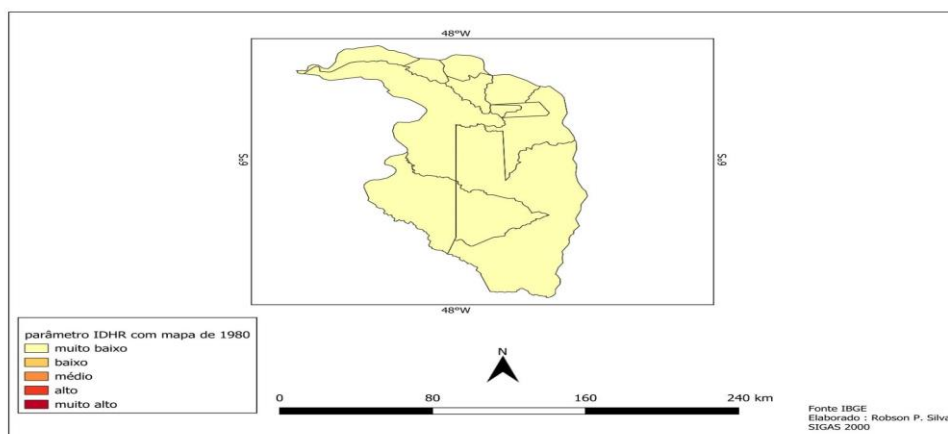
Observa-se sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e IDHM Renda do Tocantins e dos Municípios do Bico do Papagaio – entre 1991 e 2010. Na Figura 4 - apresenta o Mapa da Região do Bico na Configuração de 1980/1990.

Figura 4 – Microrregião do Bico 1991



Elaborado pelo autor

Figura 5 - IDHM de 1980.



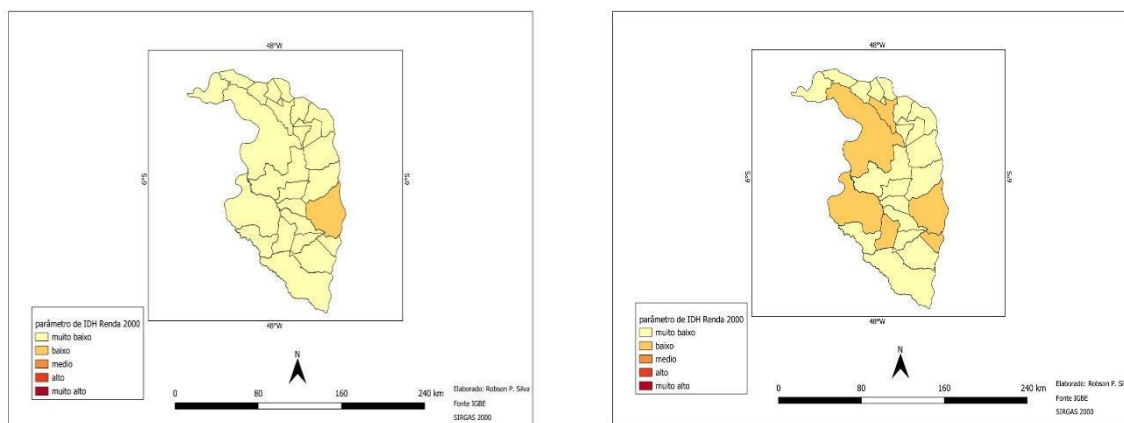
Fonte: Elaborado pelo autor

Na Figura 4 e 5 percebe-se o território em uma configuração histórica dos anos de 1980 a 1990, onde o território contava com somente 12 municípios, o índice de desenvolvimento humano municipal para a época. Observa-se que por legislações posteriores o território histórico geográfico sobre alterações chegando a atual configuração.

Da mesma forma, percebe-se que os índices variam o menor índice em Araguatins (0,258) e o maior em Tocantinópolis (0,387) isso na década de 1980 a 1990. Nesse contexto

não se mensura o fator renda, este no qual se percebe Tocantinópolis como a maior renda produzida (0,506) e a menor em Sampaio (0,328). Na Figura 6 apresenta,

Figura 6 - Análise Do Fator Renda Entre 2000 E 2010.



Fonte: Elaboração própria

Aqui observa-se na análise dos anos 2000 e 2010, uma crescente evolução do cenário onde a principal cidade do Bico, no caso Tocantinópolis, apresenta uma maior concentração de renda. Saindo de (0,555) no ano 2000 para (0,634) nos anos 2010. Com Aguiarnópolis (0,618); Ananás (0,621); Araguatins (0,604); Augustinópolis (0,614).

Nesse contexto percebe-se a evolução dos IDHM e Renda entre os anos de 1991 a 2000 e para consolidar o estado com uma política pública que deu certo, ao observam-se os índices de 2000 a 2010. Assim como a população regional em 2024 que espelha múltiplas realidades. E para melhor apresentar a região mensura-se sobre os dados do IDH entre os anos de 2000 e 2010. E compreende-se que no território há índices relativos ao contexto regional que denotam características de desenvolvimento.

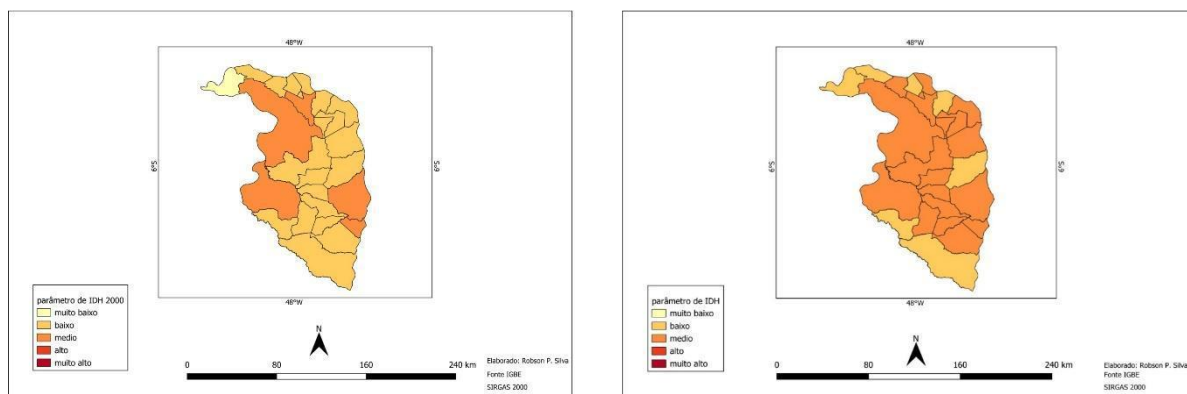
Pois qualidade de vida é sinônimo de desenvolvimento humano. Onde no contexto regional Tocantinópolis se destaca com um IDH que vai de (0,542) em 2000 para (0,681) em 2010. Onde o próprio estado do Tocantins apresenta índices de (0,525) em 2000 e (0,699) em 2010.

Os Índices representativos do investimento feito em cidades mais próximas à capital e a maior da região norte que é Araguaína. Ressaltando a sua importância desse olhar sobre o contexto regional e de Tocantinópolis com referência para os demais.

Observando as características de mensurações que classificam o território de forma mais negativa do que positiva. Nesse contexto, percebemos que os índices mostram a evolução da região, com cidades que melhoram seu IDH consecutivamente o reflexo em

fatores de qualidade de vida. Na Figura abaixo apresenta o IDH região do Bico do Papagaio 2000 e 2010.

Figura 7 - IDH região do Bico do Papagaio 2000 e 2010.



Fonte: Elaborado pelo autor

Na opinião de Nilton Marques de Oliveira (2021), em sua análise considerando os indicadores de Desenvolvimento Regional (IDR) da região do Bico do Papagaio, onde esta análise visa classificar os municípios pólos, intermediários e retardatários. Este IDR teve um olhar econômico e social, medindo por meio de dados secundários a evolução e dinamismo dos municípios na temporalidade de 2000 a 2010, percebe-se a mensuração ou classificação do território em uma análise primária com dados secundários. Lembrando que esta análise não imprime uma realidade social, nem apresenta fatores de desenvolvimento, sendo somente indicadores. Porém, se observarmos e analisarmos os indicadores de uma forma mais detalhada e com foco na evolução do território, percebemos que não houve retração no quesito do crescimento econômico, populacional, qualidade de vida, acessibilidade e outros fatores que caracterizam o espaço analisado.

Não se desconsidera o ponto de vista em questão para a análise regional no quesito econômico. Porém, não considera fatores como o espaço, a cultura, as relações de poder, como fatores de desenvolvimento, assim como não percebem os estereótipos construídos ao longo do tempo. A lente acadêmico-científica, cujo olhar está pautado somente nos pontos de conflitos temporais, desconhecendo a cultura local, a formação social, e as relações econômicas. Assim como o modo de vida das pessoas, os investimentos públicos, etc. não se considera que a região foi a primeira no estado em receber uma indústria de bio-extração, a

TOBASA/SA¹⁶. Esta foi considerada o maior investimento industrial da região, este empreendimento por sua vez alimenta a luta e a resistência à modernização e exclusão social, pelos segmentos sociais, na microrregião do Bico do papagaio, esta empresa Bioindustrial (TOBASA), implantada no município de Tocantinópolis - TO. Esta empresa produz vários subprodutos do babaçu¹⁷, dentre eles o óleo, o sabão, compensado feito de mesocarpo e carvão ativado.

Para elucidar melhor sobre a região, abaixo o contexto histórico regional com as suas principais características de ocupação e regionalização.

¹⁶ TOBASA BIOINDUSTRIAL DE BABAÇU S/A é uma empresa brasileira, pioneira no desenvolvimento de tecnologias e processos para o extrativismo florestal e o aproveitamento integral do coco de babaçu, a qual gera “economia circular” e “soluções sustentáveis” para diversos setores da indústria. A Companhia contempla em seu parque industrial – com 175.000 m² de área total – a maior fábrica de carvão ativado de coco da América Latina (Fonte: Tobasa S/A <https://www.tobasa.com.br/empresa>).

¹⁷ O coco de babaçu é oriundo de uma palmeira nativa da região norte do Brasil, ocupando elevadas extensões de terras com coberturas florestais, sendo um recurso renovável de imenso potencial energético e de geração de produtos químicos. Além desses indicadores agroflorestais, o babaçu apresenta elevada importância ecológica, social e política como produto extrativo, envolvendo uma infinidade de famílias extrativistas nos estados do Tocantins, Maranhão e Piauí (Fonte: Tobasa S/A <https://www.tobasa.com.br/empresa>).

3 CONCEPÇÕES SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO, TERRITÓRIALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Com o passar do tempo, foi dada importância e aplicação do conceito em outras categorias de análise geográfica (em particular da categoria espaço e região), de acordo com Ferreira (2014), de algum modo levou a um “arrefecimento das discussões sobre território” que somente ganharia novo impulso a partir da década de 1960–1970 (Saquet, 2007; 2010) no processo de renovação do pensamento geográfico. A partir de então é que o conceito de território renasce de forma renovada e sistemática, contemplando a noção de dinamismo, contradições, relações de poder, identidades, redes de circulação e comunicação (Ferreira, 2014).

Pode-se afirmar que na atualidade há um debate em torno do conceito de território, assim como outros conceitos similares como: territorialidade e territorialização assumem uma importância que não se pode descartar seu uso. E essa importância exige que o conceito seja (re) visitado constantemente, para uma melhor compreensão do mesmo e no caso para a presente pesquisa. Pois remete aos processos de reordenamento do espaço geográfico e suas múltiplas dimensões (política, econômica, simbólica e cultural).

Embora a discussão em torno do conceito de território permeia as concepções geográficas, tendo sua raiz na Geografia Política Clássica. A multiplicidade do conceito e sua aplicação e definição, particularmente no campo da ciência geográfica, cuja tradição dos estudos territoriais tem se condicionado a um constante processo de redefinição deste conceito: valorizando sua multiplicidade e aspectos definidores com as relações sociais cotidianas, multiescalaridade, poder, para uma interpretação dos fenômenos geográficos e contemporâneos.

E mesmo assim, apesar de tradição no âmbito da Geografia, e nos últimos anos, amplo debate no seio de diversas áreas das ciências humanas, em torno da origem e utilização do termo “território” compreende-se que o seu emprego nas ciências humanas não advém dos estudos geográficos (Haesbaert, 2004; Saquet, 2010) e sua utilização se originando no campo das ciências da natureza, em especial da Biologia e da Zoologia, isso a partir dos estudos ligados à Etologia¹⁸. Observando a Geografia de Friedrich Ratzel¹⁹ (1844–1904) na obra O

¹⁸ Etologia é a parte da ciência que estuda o comportamento dos animais (incluindo os seres humanos);

Espaço Vital [Lebensraum] ("Política Geográfica" (Politische Geographie, 1897) um dos precursores na abordagem de território; associa à ideia de “espaço vital” ²⁰, enquanto elemento fundamental no processo de “desenvolvimento” das Nações no contexto do expansionismo imperialista europeu do final do século XIX, (Ferreira, 2014).

Assim, percebe-se que o conceito de território traz de certa forma uma apropriação política que se define no seio das discussões, e nos conflitos relacionados ao campo. Outro elemento de discussão importante apresentado por Fernandes (2008) é justamente essa discussão política de território, considerando a noção de espaço para dar base a seu discurso. Fernandes (2008) destaca que o espaço nada mais é do que:

[...] a materialização da existência humana” (Fernandes. 2008, p.3) é à base da construção das relações; seja social ou cultural, ou propriamente de poder, é o espaço que faz o homem. O homem se reconhece no seu espaço, através da tomada de consciência, dos conflitos relacionados à sua denominação enquanto “posseiro” e consecutivamente a luta pelo seu reconhecimento numa lógica capitalista e estatal enquanto parte do território (Silva, 2015, p. 19)

Nesse contexto observa-se que torno do debate do que é o movimento social, Bernardo Mançano Fernandes (2005; 2008) propõe novas formas analíticas para pensar os movimentos sociais na perspectiva da geografia, traz neste para o debate os conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, a partir de sua categoria de análise geográfica, o espaço. Cujas lógicas são de que todo movimento social que produz espaço no contexto de sua organização social. E partindo da concepção elaborada por Henri Lefebvre no livro “A produção do espaço”, e ao dizer que “o espaço social é a materialização da existência humana”. Seria apropriado dizer que existe uma diferença entre espaço e território.

O espaço é a concepção material do território, onde “o território é compreendido como espaço de uma nação, delimitado e regulado” (Saquet, Silva, 2008). Contudo, podemos dizer que território por sua vez seria um conjunto de elementos, considerando a cultura, as relações sociais e as relações de poder, reunidos em um determinado espaço. Fernandes (2008), vai chamar a atenção do fato pelo qual “O espaço é organizado socialmente, com

¹⁹ Segundo Duarte (2023) Ele foi um Geógrafo alemão comumente analisado sob uma perspectiva estigmatizada. O autor deixou um legado de tendências, em muitos casos polêmicas, tanto científicas quanto políticas. Atualmente é quase impossível pensar no autor sem o rótulo de determinista ambiental (Duarte, 2023 p.04)

²⁰ Desenvolvido por Friedrich Ratzel, O "Espaço Vital" (Lebensraum em alemão), um conceito central na geografia política que descreve o espaço como um local necessário para a expansão e o crescimento de um povo ou uma nação. Segundo ele o planeta terra é limitado em sua superfície, portanto, compreende limites para o suporte de vida humana.

formas e funções definidas historicamente, pois se trata da morada do homem e do lugar de vida que precisa ser constantemente reorganizado” (Saquet, Silva, 2008).

Milton Santos (2005) destaca que “para uns, o território viria antes do espaço. Para outros, o contrário é que é verdadeiro”. Para o autor, o território é “a extensão apropriada e usada”, ou seja, o espaço onde ficam as casas, as plantações, as cidades, povoados, etc. Já o espaço, para Fernandes (2008), é um conjunto indissociável de objetos e ações, “que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais” (Fernandes. 2008 p.3). Espaço e Território estão imbricados indissociavelmente e representados basicamente pelas relações de poder existentes, pois “as transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção desse mesmo espaço” (Fernandes. 2008). Assim, o conceito de território é usado como instrumento de controle político e social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio.

Para Fernandes (2008), existem dois tipos de território: “territórios materiais e imateriais”: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e/ou ideologia. Nesse sentido,

[...] consideramos três tipos de territórios materiais: o primeiro território é formado pelo país, estados e municípios; o segundo território é formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedades privadas não capitalistas; o terceiro território formado por diferentes espaços controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos, sendo produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território (Fernandes. 2008 p.8).

Paul E. Little (2004) expressa que a renovação da teoria sobre território, onde este é fruto de aspectos imateriais, de territorialidades no que diz respeito a antropologia, tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Definindo territorialidade como sendo “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland” (Little, 2004, p.253). Sendo assim a força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de lutas por aquilo que seja impossível de se concretizar, portanto, a resistência, concepções históricas que fazem surgir diretamente de processos sociais e políticos. Portanto, a

necessidade de abordagens históricas para compreender o contexto em que, de acordo com Little (2004), foi definido e/ou reafirmado.

Nesse aspecto, observamos a visão do autor sobre a territorialidade como multiplicidade de expressões estas, que produzem tipos distintos de territórios, ou seja, é a partir da territorialidade que se produz o território, é a partir de suas particularidades socioculturais. Onde metodologicamente a análise antropológica necessita da etnografia para a compreensão dos diversos contextos de territórios. Para tanto, o autor se utiliza de um conceito: “**cosmografia**” (Little, 2001), usado para compreender sobre as concepções em particular das nuances e leituras da realidade do território. Onde o território, segundo o autor “torna-se um elemento unificador do grupo”. Portanto, a cosmografia é descrita como;

[...] os saberes ambientais, ideologias e identidades-coletivamente criados e historicamente situados-que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (Little, 2004, p.254).

Para Raffestin (1993), o território e o espaço não são equivalentes, pois, o espaço vem antes do território. Sendo assim, “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático (ator que realiza um programa) em qualquer nível (Raffestin, 1993, 143). Ou seja, ressaltando a conduta imaterial do indivíduo. A ação humana, contraindo suas relações, constrói sua territorialidade, que organiza territórios. E estes estão materializados na ação humana. Cabendo-nos, analisar e buscar compreender esse cenário com lentes que nos permitam visualizar a realidade em questão.

Nesse sentido, quando o autor se apropria da noção de “espaço”, seja ele de forma concreta ou abstrata, o ator ‘territorializa’ o espaço” (Raffestin, 1993, p.143). Sendo que essa apropriação no qual o autor se refere, é marcada por: relações de poder, sendo um aspecto fundamental para a compreensão do território, exercido por pessoas ou grupos, sem o qual não se define o território. Nesse caso, o poder, assim, é relacional, ao ser inerente às relações sociais. Desse modo, se o poder está entre as relações e se o espaço é anterior ao território, conclui-se Raffestin (1993) que “o espaço” é a “prisão original” e o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p.144).

Saquet (2010) traz um olhar sobre o pensamento de Raffestin, onde na sua compreensão do conceito de espaço, expõe que: Raffestin concebe o espaço como substrato, um palco, pré-existente ao território, reduzindo o entendimento do “espaço” à natureza e aos recursos naturais. Saquet (2010) sublinha que “o espaço não é somente palco, receptor de

ações, substrato [...] ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, ao serem indissociáveis” (Saquet, 2010, p. 77).

Nesse sentido, vê-se como oportuno frisar que, não é incomum que o conceito de território seja eventualmente confundido com o de espaço. Todavia, entende-se que é evidente as diferenciações entre “espaço e território”. Isto porque eles não são sinônimos. Sendo que “o território é uma construção histórica (social) e partir das relações de poder, sendo que este (concreto e simbólico) envolve, concomitantemente, a sociedade e o espaço geográfico”, esse que também é de alguma forma, natureza (Haesbaert, Limonad, 2007, p. 42). Para tanto, Haesbaert (2007, p.22) adverte que:

[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, ao estar intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Nesse contexto, ao perceber a dimensão que investiga a natureza da realidade e da existência, do território, Haesbaert (2007) sustenta que a territorialidade não é somente “algo abstrato”, não se reduz ao caráter de abstração analítica, e epistemológica.

Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural. O território ao qual se refira não esteja concretamente manifesto—como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente (Haesbaert, 2007, p. 23).

Portanto, compreender esse pensamento se faz necessário para considerar, que dentre outros, “os lugares” local onde a territorialidade se desenvolve, esta que assim como os ritmos que a ela implica, são considerados os aspectos e da dinâmica “interna e externa” que está ligada a territorialidade conforme afirma Raffestin (1993). Nesse sentido, Souza (2001, p.99), corrobora com Raffestin que, “a territorialidade tem a ver com certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre entre seres humanos mediatizada pelo espaço”. (Assim, percebe-se que Saquet, 2006; 2010) aponta a territorialidade entendendo-a como uma dimensão subjetiva das relações diárias. Onde as nossas relações sociais cotidianas na vida social, em sociedade, suas tramas, trabalho, família, Igreja, na rua, na escola ou em uma empresa, há concretas relações, territorialidades, que se constituem como o “território de vida”, social, cultural, política de cada pessoa ou grupo social em um determinado lugar.

Para Saquet (2010):

[...] a territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os

territórios também o são, revelando a complexidade social, e, ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (Saquet, 2010, p. 129).

Portanto, complementa o autor:

[...] compreendemos a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (Saquet, 2009, p. 8).

Desse modo, para este autor, as territorialidades são, simultaneamente, resultados, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território. Não existem territorialidades sem territórios Haesbaert (2007a, p. 27) afirma que devemos sempre tomar cuidado e esclarecer de qual territorialidade estamos falando.

Enquanto para Santos (2007), a territorialidade não provém do simples fato de viver num lugar, mas da “comunhão que mantemos com ele”. Ou seja, quando nos referimos a território nessa concepção segue-se nesse as concepções conforme Santos (2007), citando Heidtmann (2008, p. 43) a de que “o território sem vida é meramente um espaço físico recortado geograficamente para delimitar algo, mas as ações existentes nele remetem-se à territorialidade”.

A seguir discutiremos o conceito de políticas públicas como entendimento de que as comunidades Prachata e Carrapiché, estando em territórios de vivências necessitam de políticas públicas para uma melhor qualidade de vida. Assim é que ao abordar-se este conceito busca-se compreender a sua relação com territórios e territorialidades.

3.1 O Conceito de políticas públicas a luz da teoria clássica e moderna.

Para compreender melhor o que é política pública, precisa-se de causas e efeitos entender a sua gênese—a *política*; o conceito de política é o primeiro passo para que se compreenda sua funcionalidade e as concepções do conceito de Política e suas variantes. De acordo com Bobbio (2004),

(Política): Derivado do adjetivo originado de polis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, consecutivamente, o que é urbano, civil, público, e conseqüentemente o que social, o termo Política (...) entendida como forma de atividade ou práxis humanas. Está estritamente ligado a poder. Este tem sido tradicionalmente definido como “consiste nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem” (Hobbes) ou, analogamente, como, “conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados” (Russell) (Bobbio, 2004 p. 954–955).

Nesse sentido, como compreendemos o conceito de política sob a luz das ciências sociais? Podemos nos remeter às concepções arendtiana de que ação política é sinônima de liberdade. Lembrando que o domínio totalitário, as ações de dominação e outros são inerentes ao próprio processo político, porém visto avessamente às concepções acerca da natureza da política.

Podemos até perceber uma determinada ação enquanto “política totalitária” (Arendt, 1990, p.514), ou concepções que tragam ideias de uma “liberdade da política” (Arendt, 2001, p.195), assim a “A política baseia-se no fato da pluralidade dos homens” e ela trata da convivência entre os diferentes. Não tão somente uma concepção partidarista atual como posta nas democracias modernas, com suas campanhas e regras eleitorais.

Nesse contexto, partindo do pressuposto no pensamento de Hannah Arendt (2001), a política não é domínio, e não se baseia na distinção entre governantes e governados, ou em mera violência. A ação de comum acordo, e/ou a ação em conjunto, como um reflexo da “condição plural” do homem cujo fim é em si, nesse sentido a “verdadeira política”, ao se confundir “aquilo que seria o fim da política com a política em si” (Arendt, 2002, p.25). Para Rua (2009),

O termo “política”, no inglês, politics, faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder (ou seja, visam a influenciar o comportamento das pessoas) e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas Rua (2009, p. 18).

Portanto, entende-se que a política é à base de construção das sociedades, e as sociedades precisam de ações políticas para beneficiar o todo, de modo a suprir a necessidade da população. Podemos supor que essas ações são consideradas **políticas públicas**. Rua (2009, p. 20), afirma que “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”.

(Teixeira (2002), s apresenta-nos que mesmo que a política seja um conjunto de ações que emana do estado, conforme Teixeira (2002),).

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, ao representarem opções e orientações dos que ocupam cargos (Teixeira, 2002, p. 2).

Desse modo, percebe-se concepções e análise sobre o Estado como promotor e provedor de ações que garantam a melhoria da qualidade de vida da população. Nesse sentido, as políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, que envolve a distribuição e redistribuição de poder. (Teixeira, 2002, p.2). Onde o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais, além de observar a sua participação através da implementação de projetos e ações. Essas propostas vinculadas a uma ideologia que confunde os papéis sociais nesse caso (lideranças, agentes políticos), estão plenamente definidas, nesse caso é o Estado o agente responsável pela promoção da igualdade entre homens e mulheres, assim como o garantidor de direitos como a vida e a propriedade.

Conforme os expressos no Art. 6º da CRFB/88, nos termos: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (CRFB,1998 Art.6º).

A política pública nesse contexto compreende-se como; “um conjunto de intervenções e ações do Estado orientadas para a geração de impactos nas relações sociais, sendo as mais conhecidas às políticas de educação, saúde, assistência social, transporte e habitação, entre outros” (Santos, 2008, p.03).

Ao contrário do que se pensa, a garantia da autonomia dos proprietários na tomada de decisões no que diz respeito ao projeto de “desenvolvimento desses territórios” é realmente distante. Dessa maneira o pequeno produtor tem a posse da terra, porém não tem autonomia financeira para desenvolver suas atividades.

Dessa maneira que fica nítida a ação reducionista do Estado propõe em sua perspectiva neoliberal, onde as execuções dos projetos desenvolvimentistas são trabalhadas e/ou pensadas, condensadamente. Levando sempre em consideração o papel patriarcalista do estado moderno, que vive sobre uma linha ultrapassada quando se trata da política de desenvolvimento. E acabam sendo garantidos, interesses externos voltados unicamente a uma lógica capitalista de produção nos territórios. As ações do Estado refletem diretamente sobre os ombros dos camponeses, dessa maneira podemos observar que:

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses

diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia” (Teixeira, 2002 p.2).

Assim, esta é representada mente a ação última que garante ao indivíduo acesso aos benefícios do aparato estatal. Sejam, benefícios públicos como obras, acesso à saúde, educação, a transporte público de qualidade e outros, como acesso à terra e moradias. O Estado na administração como, Rua (2009) apresenta sobre a ação exercida entre a “coerção e a política” onde a coerção consiste na ação de reprimir, de refrear. E a política corresponde à força exercida pelo Estado. A soberania do Estado é o que legitima sua ação política, e nesse caso a uma diferença entre a “política pública e a decisão política” (Rua, 2009, p.19).

No caso, a primeira: política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. E a segunda: Decisão política corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando—em maior ou menor grau—uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.

Portanto, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Nesse sentido, temos conflitos entre pessoas e grupos sociais que almejam acesso a determinadas políticas como a posse e/ou o reconhecimento como pertencente ao determinado território, constituído de (in)materialidades.

Com a mudança na perspectiva dos novos movimentos sociais, e a queda da política e econômica do Socialismo, “o reconhecimento” é discutido, analisado à luz de teorias por três autores centrais. Estes trabalham, cada um a seu modo, o tema do reconhecimento social—o filósofo Charles Taylor, o sociólogo Axel Honneth e a cientista política Nancy Fraser, (Mattos, 2004 p.255)

Como boa parte dos trabalhos de teoria crítica que vêm sendo desenvolvidos atualmente, os de Nancy Fraser e Axel Honneth são fortemente marcados pela obra de Jürgen Habermas, cuja influência é decisiva em boa parte das questões em disputa no debate entre eles sobre redistribuição e reconhecimento (Bressiani, 2011 p.338).

Para tanto, Axel Honneth é o atual representante da tradição da teoria crítica da escola de Frankfurt. Nesse sentido, ele sustenta que a teoria habermasiana de que a sociedade precisa ser criticada do ponto de vista do horizonte da dimensão de intersubjetividade social, na qual as instituições estão inseridas (Sobottka, 2008).

Observando a leitura de Fraser sobre a teoria de honneth do reconhecimento, enquanto uma das principais representantes das teorias culturalistas, assim como Charles Taylor, acredita ser na cultura a origem de todas as injustiças sociais.

Onde no caso, o conceito honnethiano de “reconhecimento” não remete diretamente à cultura, mas às expectativas morais de comportamento sustentadas pelos sujeitos frente a seus parceiros de interação. Para tanto, Honneth, na modernidade, afirma que os sujeitos formam, por meio de processos de interação social, concepções morais de comportamento em três diferentes perspectivas de Reconhecimento: a partir do amor, do respeito e a da estima. Quando rompidas, podem gerar um sentimento de “desrespeito e injustiça”. Quando compartilhado por vários atores, esse sentimento pode, por sua vez, desencadear um conflito social, entendido por ele como uma luta por reconhecimento, (Bressiani, 2011, p.334).

Honneth reconstrói os conflitos sociais como lutas morais por reconhecimento, porque é a experiência de injustiça ou de desrespeito; atrelada a expectativa de reconhecimento, que os desencadeia (Honneth, 2003, p.262–263). Nesse contexto não se aproxima da ideia de cultura como em Fraser, mas as concepções relacionadas ao conjunto de injustiças sociais a partir do conceito de reconhecimento. Ou seja, uma tendência real à emancipação do sujeito.

4 PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL E MIGRAÇÃO NO NORTE DO TOCANTINS.

“Nem o medo me detém.” (Pe. Josimo)

Ao reportar sobre a formação histórica do Bico do Papagaio, o recorte sempre vem relacionado às concepções históricas já conhecidas como as descritas por Giraldin (2004). É pertinente compreender que o território (do Tocantins) é fruto de políticas nacionais e de ações exploratórias tanto da coroa portuguesa, quanto de outras coroas como a francesa, assim como as bandeiras em busca de ouro.

Para Rosy Oliveira (2004) e sua obra a “Invenção do Tocantins” – o marco inicial da luta pela criação do Tocantins, segundo ela, se deu na instalação da Comarca do Norte por D. João VI em 1809 (18 de março de 1809). Que dividiu a província de Goyaz em duas unidades da federação: ficando ao norte (hoje Tocantins) intitulada de São João das Duas Barras, instalada a vila (sede) de mesmo nome, onde mais tarde seria São João da Palma. Tendo como Ouvidor Joaquim Theotônio Segurado que era português.

Em 1824 volta a ser incorporada a Goyaz, porém o movimento separatista que perdura enquanto cidades são edificadas, com disputas e conflitos agrários. A região se tornaria conhecida pelas disputas agrárias nas décadas de 1960 e 1980, assim como a luta das quebradeiras de coco babaçu, assim como da guerrilha do Araguaia (1974) e muitos outros movimentos e disputas pelo poder local, principalmente na Boa Vista (hoje Tocantinópolis) cujo povoamento data de 1808.

Com uma área de 278.420,7 km², situado no sudoeste da região norte do Brasil, limitando-se ao norte e leste com o estado do Maranhão, Piauí e Bahia, ao sul com o estado de Goiás, e a oeste com os estados de Mato Grosso e do Pará. Nasce grande com um árduo movimento de luta até 05 de outubro de 1988 com a criação do estado (implantado em 01 de janeiro de 1989). Lembrando que o estado já contava na época com 60 municípios instalados e 19 criados, mas não implantados e segundo os dados do IBGE com uma população de 920.116 em 1991 IBGE (1991).

Nesse sentido percebe-se que compreender a formação histórica do Bico do Papagaio, é necessário compreender o projeto de povoamento do Brasil colônia e Brasil Império, a partir dos primeiros povoamentos do Maranhão (do Sul) como Pastos Bons, Barra do Corda, Grajaú e Carolina. Consecutivamente o surgimento de Boa Vista em 1818 (Correia,

1977). E suas nuances onde o cenário de isolamento e distanciamento entre sul e norte de Goiás não permitiu que o povoamento começasse no contexto sul norte. Sendo que alguns sertanejos se abrigaram na planície do Rio Tocantins de (1818 a 1825), constituindo assim o território de Boa Vista do Tocantins²¹.

Lembrando que as primeiras cidades do Maranhão do Sul e Centro vieram de 11 anos antes da proclamação da Indecência. Por ordem do Rei de Portugal. Que manda desbravar a região central do Maranhão. E em 11 de março de 1811 – cria-se Vila de Nosso Senhor do Bonfim (Grajaú/MA). Após outras cidades como Carolina–MA na margem direita do rio Tocantins e cidade mais próxima de Boa Vista do Tocantins–GO, com quem detinham suas principais relações sociais e econômicas.

De acordo com Rodrigues, (2020) em 1891, Boa Vista do Tocantins já “era considerada umas das cidades mais populosas do extremo norte de Goiás”. Pousava as margens do Rio Tocantins, e mantinha um comércio fluvial fluente, estreitando relações sociais e econômicas com Maranhão e Pará, favorecendo assim a comercialização de produtos e a migração de sujeitos entre os estados. (Rodrigues, 2020 p.14)

De acordo, Gilcifran Miranda Andrade (2023) o processo de ocupação da microrregião do Bico do Papagaio se deu por meio da abertura de caminhos nas margens do Rio Tocantins pelos nordestinos que, gradualmente, foram criando os chamados “centros”, seguido da criação de gado, cultivo de roças e extração do babaçu. Para Palacín (1990, p. 11) foi devido à “decadência de Goiás, em consequência do colapso da mineração do ouro e outros, assim como a contraposição norte/sul passava a caracterizar um perfil socioeconômico assim a “[...] ruralização da vida e o abandono das cidades”.

Nesse contexto, se destacam as narrativas regionais dos conflitos conforme descritos por Luiz Palacín (1990) com as revoltas de Boa Vista, as disputas políticas e projetos emancipatórios que influenciaram a migração para o interior do território. Boa Vista do Tocantins passou a ser considerada Vila pela Resolução Provincial n.º 16, de 31 de julho 1852, e pela Resolução Provincial n.º 02, de 28 de julho de 1858, é elevada à categoria de cidade, se deparando com uma série de acontecimentos que ocorreram no norte da província de Goiás, envolvendo também as províncias do Maranhão e Grão-Pará (chamadas de revolução) (Rodrigues, 2020, p.13).

²¹ Atual Tocantinópolis (Situada à margem esquerda do rio Tocantins no Norte do estado a cerca de 530 km da Capital, Palmas).

O conflito contrapôs grupos oligarcas da região assim como o próprio clero que disputavam o domínio do poder político na esfera regional. Boa Vista se tornou o centro dos debates político, religioso e cultural da região de extremo Norte de Goiás, afirma Palacín (1990). Assim como a primeira revolta, a segunda também foi de cunho emancipacionista, pois tinha o objetivo de desvincular territórios para a formação de um novo estado. A Província do Grão-Pará, que à época era comumente chamada de Pará (do tupi-guarani, rio-mar ou rio grande), que foi uma unidade administrativa do final do período colonial e do período imperial brasileiro (período ibérico), originada das capitanias do Grão-Pará e do Rio Negro, que existiu de 1821 a 1889.

Os portugueses inicialmente chamaram o território de "Terra de Feliz Lusitânia", logo substituído por Grão-Pará, para finalmente se tornar somente Pará no ano de 1889.

O processo de ruptura política do Brasil com Portugal criou, na província do Grão-Pará, uma situação de indefinição. Em 1821, a capitania do Rio Negro foi elevada a província, como todas as outras capitanias. Porém, o Rio Negro não constou entre as províncias do Império na Constituição de 1824. Sua situação só seria definida em 1833, quando o Código Criminal o rebaixou ao estatuto jurídico de comarca subordinada à província paraense. A região só retomará sua autonomia em 1850, com a criação da província do Amazonas.

Percebe-se na narrativa histórica apresentada a importância do estudo do processo histórico para esclarecer sobre “a formação do tecido social” assim como “das redes” de interações e de comunicações no território”. Da mesma forma, debater-se sobre “desenvolvimento” em um território considerando o processo de ocupação (a luta pela terra) seguido da composição social, e da utilização dos recursos naturais (como o babaçu) e das atividades econômicas desenvolvidas (Miranda *et al*, 2023).

O território do Bico do Papagaio não surge somente com o nascimento do Tocantins, vem de muito antes da dissolução do Império, por isso, observa-se necessário compreender essa formação, pessoas que migraram ou fugiram de situações distintas e que se reconhecem no mesmo espaço. É necessário resgatar e valorizar essa história, pois “bico” ou “pontinha torta”, passou por diversos contextos até a presente configuração (Silva, 2015).

O Território no qual o acesso foi por duas vias: os rios (Araguaia e Tocantins) que ainda no século XIX se constituíram como principal via de acesso e ligação com Belém. Nesse sentido, destaca a autora Izarete da Silva de Oliveira, (2018) que a “ocupação do território é geradora de raízes e de identidade”. Ou seja, “Um grupo não pode mais ser compreendido sem seu território e a identidade social e cultural das pessoas”. (Oliveira, 2018. p.55).

Observa-se como fundamental importância compreender a formação do Bico do Papagaio pelo olhar das comunidades tradicionais, cujas gerações povoam o território, no caso dos Apinajé's, como retratado por Giraldin (2004), no qual destaca o grupo da família dos Timbira que ocupavam uma área que compreende a atual Filadélfia até Araguatins. Também estudado pelo antropólogo Curt Nimuendajú (1939) em sua obra “Os Apinayê” um estudo sobre os povos Apinajés, cujo propósito foi o de etnografar a vida desses indígenas e dos ameríndios mesmo sem considerar o contexto histórico local.

4.1 Boa Vista do Tocantins, e o (Re)surgimento no contexto de suas revoltas.

A Boa Vista do Tocantins, atual (Tocantinópolis) foi um município brasileiro localizado a cerca de 1.290 km da atual capital de Goiás. (Boa Vista), elevada à categoria de município, por lei provincial n.º 2 de 28 de julho de 1858. Seu processo de povoamento vem de antes de 1818. Boa Vista do Tocantins (Tocantinópolis) foi, conforme o olhar do historiador Raylinn Barros da Silva²³, considerada a mais proeminente cidade do Norte de Goiás. O pilar central que impulsionou o surgimento de outras cidades sendo porta de entrada para desbravadores em busca de riquezas e prosperidade, entre outros que ocasionou o surgimento de vários municípios na região que se estendia até Araguaína.

As principais questões sobre Boa Vista estão nas descritas nas obras de Palacín (1990) e Correia (1977) como as chamadas revoluções - primeira e segunda revolta de Boa Vista descritas em obra, assim:

A obra de Palacín, “Coronelismo no Extremo Norte de Goiás”, é um trabalho historiográfico, porém, por conter muitos elementos da memória local do período, utilizo como fonte. Contudo, esclareço que nesse processo procurei estabelecer um procedimento que considere o caráter específico desse trabalho. Nessa obra Palacín caracteriza a região e como se deu sua formação, considerando, elementos da imigração que constituíram a povoação do Norte de Goiás. Discorre ainda sobre as três “revoluções” considerando a organização administrativa, política e econômica baseada nos conflitos entre Igreja e chefes políticos. Em sua obra, a memorialista Aldenora Alves Correia apresenta Boa Vista a partir da personalidade mítica e mística do Padre João, constituindo esse personagem como um articulador das práticas sociais e de trabalho na região. (Marinho, 2013, p. 03)

²³ Doutorando e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, PPGH/UFG, Campus Goiânia. Especialista em Ensino de História e Licenciado em História pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Araguaína.

Essa contradição de pensamento nos remete a compreensão por autores como o memorialista Ignácio Xavier da Silva em sua obra “O Crime do Coronel Leitão²⁴” (Coronel Leitão que em 1880 mudou-se para Boa Vista do Tocantins, atuando nesta localidade em três funções: como intendente municipal; diretor do departamento dos indígenas; e juiz municipal de órfãos. Em 1890, assumiu a chefia da Coletoria Provincial de Goiás.

Devido a sua grande influência na região, em 1890 foi eleito deputado estadual constituinte pela província de Goiás, tendo assento na capital nacional, Rio de Janeiro. Em 1886 recebeu o título de coronel da Guarda Nacional. Palacín, (1990) Marinho, (2013) Silva, (1935).

Conforme Marinho (2013) “os conflitos e tensões que envolvem um crime vinculado às disputas políticas em torno da terra e do poder de mando na região de Boa Vista, norte de Goiás”, na busca de controle e poder sobre os trabalhadores sertanejos. Já o memorialista Leônidas G. Duarte, em sua obra “De São Vicente a Araguatins (1990)”, narra a história de São Vicente, atual Araguatins, que “foi atingido pelos horrores das revoltas boa-vistenses e palco de muitos entraves e tensões que envolveram os trabalhadores sertanejos”.

Nesse cenário percebe-se a figura particular de Carlos Gomes Leitão em 1891 nos movimentos separatistas desencadeariam a Primeira Revolta de Boa Vista. Suas ações inflamaram a região numa campanha para que declarasse a autonomia político-administrativa em relação a Goiás, o objetivo seria unificar os territórios do norte de Goiás e do Sul do Maranhão além do Grão-Pará, com vistas a formar o "estado de Boa Vista" (inicialmente sob o nome de província de Pastos Bons).

O principal argumento seria de que Boa Vista estaria muito distante da capital estadual, da época que era Vila Boa de Goiás, Palacín, (1990) Marinho, (2013) Silva, (1935), Correia (1977).

²⁴ Carlos Leitão era filho de Alexandre Germano Acácio Gomes e Judith Sampaio Fontenelli Leitão. Como político, fez sua carreira na região do Bico do Papagaio, iniciando-a em Carolina, onde atuou como vogal - à época cargo correspondente ao de vereador. Em 1880 mudou-se para Boa Vista do Tocantins, atuando nesta localidade em três funções: como intendente municipal; diretor do departamento dos índios; e juiz municipal de órfãos. Em 1890, assumiu a chefia da Coletoria Provincial de Goiás. Devido a sua grande influência na região, em 1890 foi eleito deputado estadual constituinte pela província de Goiás, tendo assento na capital nacional, Rio de Janeiro. Em 1886 recebeu o título de coronel da Guarda Nacional. Palacín, (1990) Marinho, (2013) Silva, (1935).

Por vezes denominada, como a Boa Vista do Padre João (João de Sousa Lima²⁵ citada por Luiz Palacin (1990). No Coronelismo no extremo norte de Goiás: O Padre João e as três revoluções de Boa Vista. Reforçada pelo mito de fundação da autora local Professora **Aldenora Alves Correia**, em Boa Vista do “Padre João”. 1977.

Reportadas como obras emblemáticas que dão duas visões sobre a mesma pessoa, (Padre João) como homem santo, político respeitado e o coronel de batina. Persondas narra fatos sobre a primeira das revoluções de Boa Vista.

Parsondas de Carvalho, ao rememorar Boa Vista, “recorta” dois grupos bem definidos: o composto por José Dias e o Tenente Coronel Francisco Maciel Perna, militares que se “revoltaram” contra o governo do Estado de Goiás. A defesa da vila, que era atacada por outro grupo, e o constituído por Carlos Gomes Leitão, tropas militares federais e toda sorte de “jagunços” com o apoio do Estado. Nesse rememorar sobre a revolta em Goiás, o Estado aparece, como aparecerá em suas narrativas sobre o Maranhão, como um órgão que envia militares e jagunços ao encalço dos que lhe fazem oposição. (Antunes De Medeiros, 2013, p.09)

De acordo com Palacín (1990) as revoluções estavam centradas na persona do coronel, muito nítido na persona de Pe. João de Sousa Lima, onde [...] os chefes locais e “coronéis” na maioria das vezes eram grandes proprietários de terra, o que afetava diretamente a política. Nessa época, Goiás tinha um território onde as relações sociais eram basicamente rurais (Marinho 2013). Ou seja, na sua visão Boa Vista era somente uma comunidade de características rurais. Analisando mais a fundo percebemos como um local constitutivo de relações sociais e políticas modernas com movimentos e ideias separatistas, não com Goiás, e sim relacionadas à criação de um estado separado, as mesmas que levando a primeira revolução de Boa Vista²⁶.

²⁵ Padre João de Sousa Lima (Tocantinópolis, 1869 - Tocantinópolis, 1947) foi um sacerdote católico e líder político brasileiro. Foi deputado estadual por Goiás em dois mandatos, sendo o primeiro entre 1901 e 1904 e o segundo entre 1909 e 1912. Fonte: Palacín, (1990) Marinho, (2013) Silva, (1935), Correia (1977).

²⁶ A primeira revolta de Boa Vista do Tocantins, por vezes denominada de primeira guerrilha do Tocantins, foi uma série de acontecimentos que ocorreram no norte do estado de Goyaz, envolvendo também o estado do Maranhão. As hostilidades se iniciaram em março de 1892, e só foram finalizadas após a mediação de autoridades maranhenses e do frei Gil de Vila Nova. O conflito envolveu grupos oligarcas locais, que se enfrentaram após a proclamação da república, pelo domínio do poder na esfera regional. A revolta também foi de cunho emancipacionista, pois tinha o objetivo de desvincular o norte de Goyaz da tutela de Vila Boa de Goyaz. Fonte: Palacín, (1990) Marinho, (2013) Silva, (1935).

O caso da criação da república do Grão-Pará, da mesma forma que se criada à república e Pastos Bons²⁷ e até mesmo a criação do estado de Boa Vista em virtude da sua proximidade cultural com o Maranhão e com Belém.

Para compreender-se melhor o cenário da época apresenta-se um mapa (Figura 9) Goiás elaborado por Francisco Ferreira dos Santos Azevedo em 1902. Que retrata a realidade da época e seu distanciamento das concepções separatistas perante Goiás.

Figura 9, imagem carta do Estado de Goyaz – 1902 – por: Francisco Ferreira dos Santos Azevedo.

²⁷ A República dos Pastos Bons foi um Estado não reconhecido instituído nas Regiões Nordeste e Norte do Brasil. Embora tenha sido por mais de três vezes declarado independente em relação ao Império do Brasil, nunca foi reconhecido por nenhuma entidade nacional. Pela proposta territorial, a República dos Pastos Bons, o posterior projeto estadual, seria constituído dos territórios do sul do Maranhão, sudeste do Grão-Pará, norte do Goiás e sul do Piauí. Com o advento da era republicana no Brasil, reformula-se, clamando pela formação do estado de Pastos Bons. Fonte: Palacín, (1990) Marinho, (2013) Silva, (1935).

metade do século XIX, essa ação só seria posta em prática com a construção da nova capital na década de 1930 (iniciou em 1933 e se estendeu até 1942).

Quando Palacín (1990) e outras fontes se reportam à segunda guerrilha do Tocantins, retrata como uma série de acontecimentos e fatos históricos que ocorreram no norte da província de Goiás, no qual tiveram como atores, líderes regionais das províncias do Goiás, Maranhão e Grão-Pará. Um conflito que iniciou em abril de 1907, finalizadas após um sangrento conflito que levou a morte de Leão Rodrigues de Miranda Leda (Leão Leda²⁸) em março de 1909, principal líder oligarca da região de Grajaú/MA. Essa revolta é considerada uma revolta local, onde a disputa de poder, entre elites rivais locais em caráter regional.

Nesse contexto, conforme os autores Palacín, (1990) Marinho, (2013) Silva, (1935), a relevância do fato está não só no conflito sangrento entre as partes, mas sim no caráter territorial dessa revolta. Que durou dois anos até a morte do Oligarca Leão Leda (1840-1909) para ser considerada finalizada. O conflito contrapôs grupos oligarcas da região, assim como, o próprio *clero* que disputavam o domínio do poder político na esfera regional. Nesse contexto, Boa Vista se tornou o centro dos debates político, religioso e cultural da região do extremo Norte de Goiás.

Assim como a primeira revolta, a segunda também foi de cunho emancipatório, tinha o objetivo de desvincular os territórios do Sul do Maranhão, Sul do Pará e extremo norte de Goiás para a formação de um novo estado. A **Província do Grão-Pará**, que à época era comumente chamada de Pará (do tupi-guarani, rio-mar ou rio grande) das capitanias do Grão-Pará e do Rio Negro. Que existiu de 1821 a 1889.

Os portugueses inicialmente chamaram o território de "**Terra de Feliz Lusitânia**", logo substituído por **Grão-Pará**, para finalmente se tornar somente Pará no ano de 1889. O processo de ruptura política do Brasil com Portugal criou, na província do Grão-Pará, uma situação de indefinição. Em 1821, a capitania do Rio Negro foi elevada a província, como todas as outras capitanias.

²⁸ Leão Rodrigues de Miranda Leda (Grajaú, 1840 — Conceição do Araguaia, 9 de março de 1909), também conhecido como Leão Leda, foi um proprietário rural e político liberal-republicano que viveu nas regiões do Alto Sertão do Mearim e no Bico do Papagaio. Como ativista político republicano, envolveu-se nos mais diversos conflitos armados no final do século XIX e início do século XX. Entre os conflitos que se envolveu estão registrados a "Guerra do Leda" e a Segunda Revolta de Boa Vista. (Marinho, 2013, Silva, 1935).

4.2 O Conflito e seus desdobramentos

No auge da borracha, houve um rápido crescimento devido à onda imigratória. Com isso, Leão, Leda e sua família acabam se instalando em **Boa Vista** como imigrantes anônimos, eles chegam ao ano de 1900. Para Palacín (1990) quando o padre João chega a Boa Vista após anos estudando e morando na capital de Goiás, ele logo percebe, com vocação para o mando. Rapidamente ele torna-se um líder carismático e também tradicional, pois, mesmo visto como uma boa pessoa possui um caráter autoritário e forte.

Luiz Palacin em sua obra “Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista” (1990) caracteriza a memorialista Aldenora Alves Correia, como biografia do padre João, e que a mesma não acertou sequência onde os fatos realmente aconteceram. Segundo o autor, a volta do padre João da Boa Vista não teve nada a ver com a família Leda e, sim, porque a população estava necessitando de um líder espiritual na cidade para acalmar os estragos da primeira revolução de Boa Vista. O padre João se elegeu para deputado três anos depois da luta contra Leão Leda. O Juiz Cantídio conseguiu uma trégua temporária entre Leão Leda e Padre João, más, com a quebra do acordo, eclode a segunda revolução de Boa Vista.

O historiador e professor Luiz Palacín (1990) caracteriza a ocupação da cidade de Boa Vista como uma estratégia ordeira e apaziguadora, mas, outras fontes indicam que houve mortes na tomada da cidade. Depois disso, as forças federativas da guarda nacional tiveram que intervir e chegaram a Porto Franco no dia 19 de julho. Assim, 70 revoltosos são presos.

Os revoltosos conseguiram o habeas corpus, para entrarem na cidade sem risco de serem presos. Após isso, Leão Leda retorna ao Maranhão, então ele manda apreender o carregamento de caucho e, assim, assina o próprio destino, morrendo em nove de março de 1909. Após a disputa entre Pedro Maquinista e líderes da revolução provocam a morte de João José, e Osório. O padre João passa do partido republicano para o democrata, se candidata a deputado e é eleito. Assim, ele apresenta dois projetos buscando o benefício da população de Boa Vista. Através de sua vitória, começa assim, a era padre João que vai do ano de 1913 a 1930. Em setembro de 1947, Padre João se retira para o interior em preparação para a celebração de seu aniversário de 50 anos de ordenação sacerdotal. E no dia 29 de setembro veio à notícia de seu falecimento.

5. O TOCANTINS – Colonização e (Re) surgimento

5.1 Análise histórica e povoamento

A história do Tocantins se confunde em duas direções opostas, a primeira se relaciona ao processo de emancipação realizado pelos “sulistas do Norte Goiano”, e outra como apresentado nos contextos dos nortistas do Norte Goiano. Os que viviam no extremo norte se identificavam com as convicções regionais pautadas nas relações culturais com o Maranhão e o Pará (Grão Pará), e os que viviam aos redores das minas de ouro dos arraiais impulsionados pela ação dos mineiros. Por volta das décadas de 1730 e 1740, ocorreram as descobertas auríferas no norte de Goiás e, por causa delas, a formação dos primeiros arraiais no território, onde hoje se situa o Estado do Tocantins. Com o fim da mineração alguns desapareceram e outros se transformaram em Vilas e depois Cidades. Abaixo quadro 8 adaptado com nome dos povoamentos que se tornaram cidades e ano que foram fundados, uns já extintos.

Quadros 8 – Povoados no percurso histórico

<i>Cidade atual - povoado</i>	<i>Época</i>
Natividade (São Luís)	1734
Arraias (Chapada dos Negros)	1734
Pontal	1738
Chapada da Natividade	1740
Conceição do Tocantins (Conceição do Norte)	1741
Almas (São Miguel)	1743
Monte do Carmo (Carmo)	1746
Porto Nacional (Porto Real e Porto Imperial)	1751
Dianópolis (Duro depois São José do Duro)	1751

Elaborado pelo autor

O processo de mineração ocasionou o povoamento e com isso os conflitos na comarca de Goiás (Guayazes). A partir da expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, em 1722. Trouxe uma gama de pessoas das mais diversas nacionalidades e lugares para explorarem o território. Porém, com isso, uma série de fatores endógenos, provocados pelas relações de poder, o choque cultural e a realidade social dos exploradores, Silva, R. C. (2013).

Nesse contexto, as minas de Goiás eram jurisdicionadas à capitania de São Paulo na condição de intendência, com a Capital em Vila Boa e sob a administração de Bartolomeu Bueno da Silva (O Anhanguera filho), a quem foi atribuído o cargo de superintendente das

minas, visando “representar e manter a ordem legal e instaurar o arcabouço tributário”, Palacin (1979, p. 33).

Com a decadência da mineração a partir de 1778, a situação declinou na região, criando conflitos sociais e de interesse, onde uns queriam ficar por não ter para onde ir e outros voltarem para suas terras. De acordo com Temes Gomes Parente (2003) “no final do século XVIII e início do XIX, a situação de profunda depressão se agravou, principalmente em algumas áreas de difícil acesso, causando o esvaziamento de arraiais e o despovoamento dos sertões”, Parente (2003, p.85).

De acordo o longo período histórico na região com a subjugação dos Indígenas e exploração dos negros (escravizados). Compreende-se esse processo foi construído obedecendo a uma ordem ascendente de marcha rumo ao norte. De acordo com Giraldi (2004, p.110) “Antes da chegada dos povos não indígenas a partir do século XVIII, a região entre os rios Araguaia e Tocantins que hoje forma o Estado do Tocantins era povoada por diversos povos indígenas” que foram expulsos, mortos ou migraram para outras regiões.

A busca dos europeus por escravos indígenas, ouro e diamante na região de Goiás datam das primeiras décadas do século XVIII, Jamerson (2002). Com a descoberta do ouro na região dos Goyazes ocorreu migração de povos de outras regiões brasileiras. O processo de escravização dos indígenas não deu muito certo, assim como os aldeamentos.

De 1726 a 1778 com a corrida do ouro nas “arraias” do Norte, “Assim como ocorreu em todas as regiões povoadas pela mineração, para Goiás ocorreram populações de todos os lugares da colônia e muitas pessoas da própria metrópole”. Atraídos pelo minério se deslocaram em busca de riquezas e trouxeram consigo o negro, Parente (2007, p.58). Para o alavancar da economia local e prosperidade da colônia e dos mineiros a “economia colonial, a mineração teve como elemento fundamental o trabalho escravo”, Apolinário (2004, p.138). Pois a utilização de homens e mulheres negros era comum na sociedade mineradora, após usados também da produção agrícola.

O período de produção aurífero não foi longo, indo até 1822, “com a decadência da mineração e o esvaziamento dos arraiais houve um aumento generalizado na pobreza na região, o isolamento geográfico também contribuiu para essa realidade” Fanhani (2016). Nesse período se inicia a exploração agrícola ainda como subsistência, pois “Não existindo outras atividades produtivas que pudessem dar sustentação à economia do norte de Goiás, Feitosa (2011, p.25)”.

Sendo um desses produtos era o gado, tanto para consumo quanto matéria-prima de valor, principalmente devido à expansão da fronteira agrícola promovido principalmente pela

“facilidade na ocupação de grandes extensões de terras pelos criadores, pois não havendo títulos de propriedade e estímulo à legalização, a posse de excesso de terra se tornava atrativa e ao mesmo tempo era uma fonte de poder econômico e político (Fanhani, 2016 apud Feitosa, 2011).

Com o fim da mineração ocorreu o esvaziamento das vilas que somado aos constantes ataques de indígenas aos povoados e fazendas da região, quando muitos criadores perderam não só rebanhos como também suas fazendas, fez com que a pecuária no Norte entrasse num período de declínio. No Sul houve a crescente migração vinda de São Paulo e Minas Gerais para áreas de Santa Cruz, Catalão, Rio Verde e Jataí, levados pela falta de terras e lutas políticas, houve aumento no desenvolvimento da pecuária, (Fanhani, 2016, p. 27).

Conforme, Jameson Jr, (2002, p.225), “durante o século XIX Goiás fez a transição de uma economia baseada na mineração para outras de raízes em atividades pastoris e, secundariamente, agrícolas”. Nesse sentido, segundo ele, problemas de comunicação dificultaram a participação de Goiás na economia nacional antes de 1890, pois a ferrovia só chegaria ao século XX e por conta disso poucos imigrantes e investimentos entraram na província.

De acordo com Aquino (2004) um dos principais marcos para a redefinição territorial e econômica do Norte Goiano, se deu nas origens da Belém Brasília construída no final dos anos 1950 e início da década 1960. Seus contornos vieram bem antes com “marcha para o Oeste” plano de ampliação das fronteiras agrícolas, criando as colônias agrícolas nacionais (1941). O estado de Goiás contou com uma (CANG) em Ceres-GO que fora dirigida pelo Engenheiro-agrônomo, Beranardo Sayão de Carvalho Araújo, este que mais tarde durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) viabilizaria e acompanharia a construção da Belém Brasília (BR-153).

Conforme Aquino (2004), a construção da Belém Brasília representou um marco histórico para os pais, por mobilizarem pessoas e esforços conjuntos de nações estrangeiras. Contou com um enorme comboio de máquinas importadas dos Estados Unidos, aproveitando trechos de estradas e acessos estaduais abertos graças à gestão de Bernardo Sayão enquanto vice-governador de Goiás no início dos anos 50, nessa época já se tinha um primeiro trecho aberto de Ceres a Alvorada, hoje Tocantins.

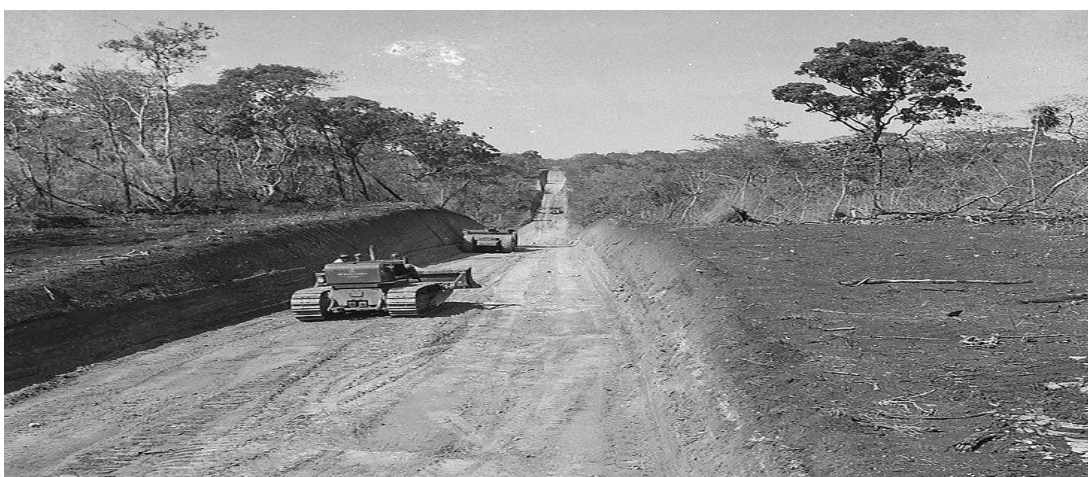
Nesse sentido, a Rodovia Bernardo Sayão seria a primeira ligação de transporte terrestre entre o Centro-Sul do país e a Amazônia. Foram construídas simultaneamente com a nova Capital Federal, ambas as construções fazem parte do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, a rodovia foi considerada de grande importância estratégica para a

integração nacional, principalmente como elo com o extremo norte de Goiás, Sul do Maranhão e Norte do Pará.

Com a construção da rodovia começa o processo de povoamento da região às margens desta, onde se destacam Gurupi, Paraíso do Tocantins e Araguaína. É importante salientar que a rodovia Bernardo Sayão, integra os trechos da BR-153, entre Anápolis-GO e Wanderlândia/TO, assim como a BR-226, entre Wanderlândia e Estreito/MA, e a BR-010, entre Estreito e Belém. BR-14 foi o primeiro nome oficial a identificar a “Rodovia Bernardo Sayão”.

A Figura abaixo apresenta a construção da rodovia construída, a fim de garantir o acesso e a inclusão social e o escoamento da produção. Como acentua Pádua, a situação de abandono das fronteiras geográficas do Centro-Oeste e da Amazônia transformou-se em um “espectro geopolítico” que rondou o Estado brasileiro ao longo do século XX, especialmente após a Revolução de 30 (Pádua, 2000).

Figura 10: Construção da Rodovia Belém-Brasília



Fonte: Acervo Público, TO/2025.

Cabe ressaltar que, a Rodovia Bernardo Sayão, ela vem homenagear o precursor e gerente da obra nomeado por Juscelino Kubitschek. O decreto 47.763 de 02/02/1960 oficializou o nome da rodovia, devido à fatalidade ocorrida durante as obras. Onde ao término da obra faltando 15 dias para que ambas as frentes (do Norte e do Sul) se encontrassem, próximo de Açailândia/MA. O Engenheiro Agrônomo, Bernardo Sayão de Carvalho Araújo, fora atingido por uma árvore e chegou a óbito. Falecendo em 15 de janeiro de 1959, sendo sepultado em Brasília.

Conforme Fanhani (2016) “no ano de 1961 foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Codeco, o norte Goiano passou a receber estímulos

ligados à infraestrutura e financiamentos diretos ao produtor rural. O objetivo era estimular o desenvolvimento da região amazônica como um todo”.

O cenário, de discussão política sobre a região amazônica, do segundo Governo Vargas (1951-1954) e Governo Dutra (1946-1950) favoreceu a implementação da rodovia no governo de governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), autorizada pelo Congresso Nacional em 1958, Andrade (2015).

5.2 Nasce o Tocantins

O estado do Tocantins foi criado pela lei 092/89, de 17 de novembro de 1989, que foi publicada na primeira Constituição do Estado do Tocantins–TO. Implantado em 01 de janeiro de 1989, entretanto, somente se tornou estado após a promulgação da Carta Magna de Tocantins em 05 de outubro de 1989. A sua capital provisória foi Miracema do Tocantins, em vinte de maio de 1989 foi lançada a pedra fundamental da nova capital - Palmas, nome escolhido em homenagem à capital da comarca de São João das Duas Barras (Palma), que foi instalada em 01 de janeiro de 1990. Abaixo, imagem de registros históricos de momentos da votação e da fusão de emendas de autoria do parlamentar constituinte José Wilson Siqueira Campos, que culminou na promulgação da nova Constituição Brasileira e na criação do Estado do Tocantins (AL-TO, 2017).

Por ação da Conorte, apresentou à Assembleia Constituinte uma emenda popular com cerca de 80 mil assinaturas, e do Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins, fortaleceu a causa. De acordo Silva (1999) "O povo nortense quer o Estado do Tocantins. E o povo é o juiz supremo. Não há como contestá-lo", reconhecia o governador de Goiás na época, Henrique Santilo. (SILVA, 1999, p.237)

Figura 11 – Criação do Tocantins

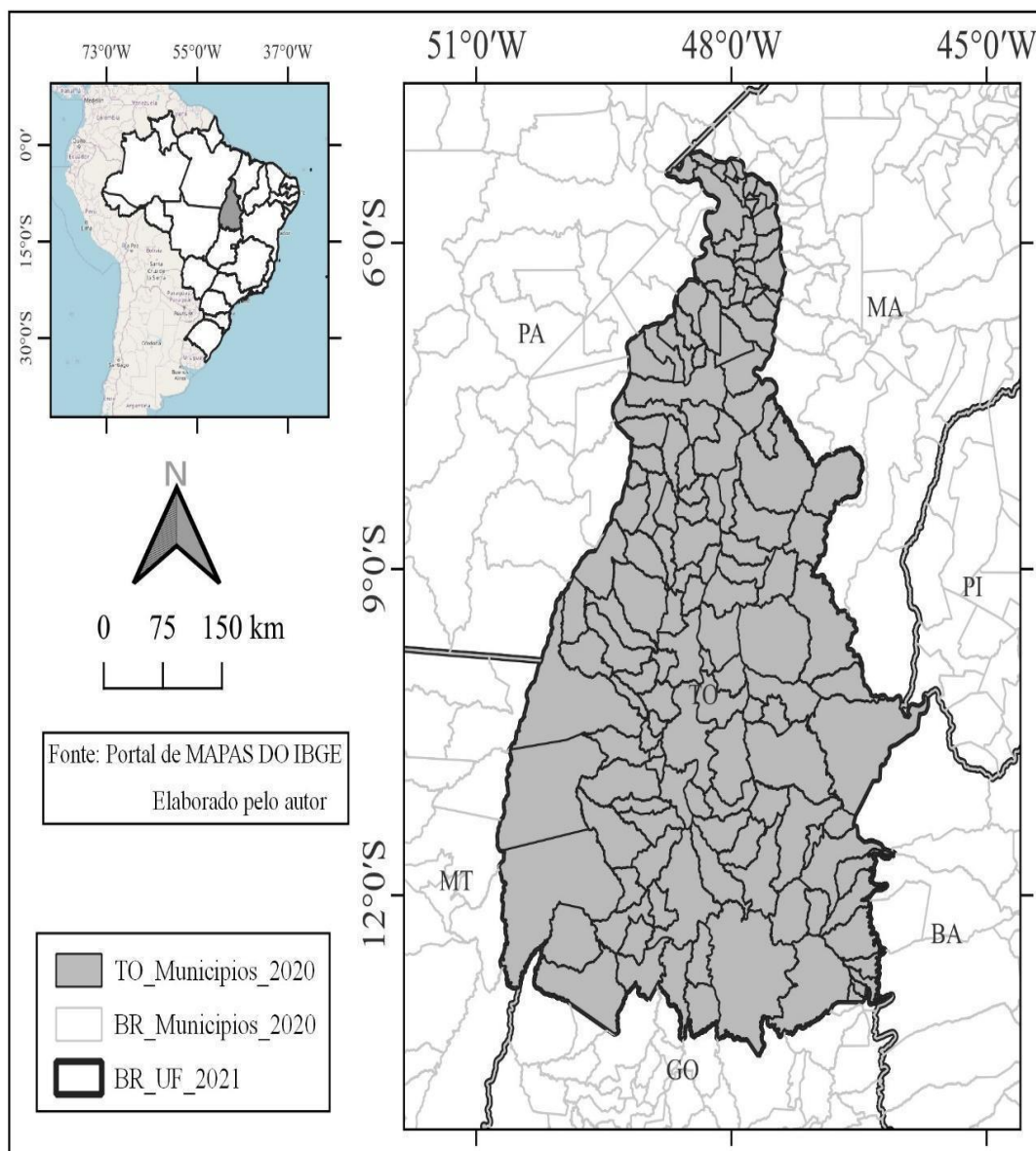


Fonte: (AL-TO, 2017).

Do ponto de vista da geopolítica, o Tocantins faz parte da região Norte do país. O Novo estado possui uma área territorial de 277.620.914 km², que corresponde a 44% do território de Goiás, e 3,26% do território nacional, assim como 7,19% da região Norte e 5,41% da Amazônia Legal, com uma densidade demográfica de 4,98 habitantes/km², e uma população de 909.335 habitantes no ano de 1989 (IBGE, 2003; Nascimento, 2004, Domingues-Lopes, 2008).

Possuindo no ato de sua criação 60 municípios instalados e mais 19 municípios criados pelo governo de Goiás (na época Henrique Antônio Santillo). Dois destes 19 municípios foram instalados em 01/01/1989: São Valério de Natividade e Aliança do Tocantins. Hoje o estado conta com 139 municípios, muitos criados até 1997 por ação da assembleia legislativa do estado.

Figura 12 - Localização geográfica do Brasil e do estado do Tocantins



Fonte: Elaborado por Sousa 2024.

A primeira eleição foi realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás em 15 de novembro de 1988. Sendo eleitos os ex-deputados federal e relator do projeto de criação do Tocantins José Wilson Siqueira Campos e o presidente do comitê pró-criação do Estado do Tocantins, o Magistrado Darci Martins Coelho de Tocantinópolis (1º/jan/1989 a 15/mar/1991)²⁹.

²⁹O Segundo Mandato ficou por conta de Moisés Nogueira Avelino (PARAÍSO) e Paulo Sidney Antunes (Araguaína) (15/mar/1991 A 1º/jan/1995). O terceiro e quarto mandatos são de José Wilson Siqueira Campos e Raimundo Nonato Pires Dos Santos (01/jan/1995 a 04/abril/1998) e José Wilson Siqueira Campos e João Lisboa

O jovem estado passou a integrar a região norte país, limitando-se com os estados de Goiás pelas “divisas” norte dos municípios de: São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, ao leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso (Nascimento, 2004; Marques de Oliveira; Piffer, 2016; Sousa, 2024). Possuindo limites com seis estados brasileiros, sendo eles: Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás e Mato Grosso (Nascimento, 2009).

De acordo com Sousa (2024) “a criação do estado de Tocantins foi aprovada somente em 27 de julho de 1988 pela Comissão de Sistematização e pelo Plenário da Assembleia Nacional Constituinte e legitimada no dia 05 de outubro de 1988”, a sua promulgação foi no artigo 13º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias as disposições finais para a criação do Estado da oitava Constituição Brasileira, após 194 anos de lutas, (Nascimento, 2004).

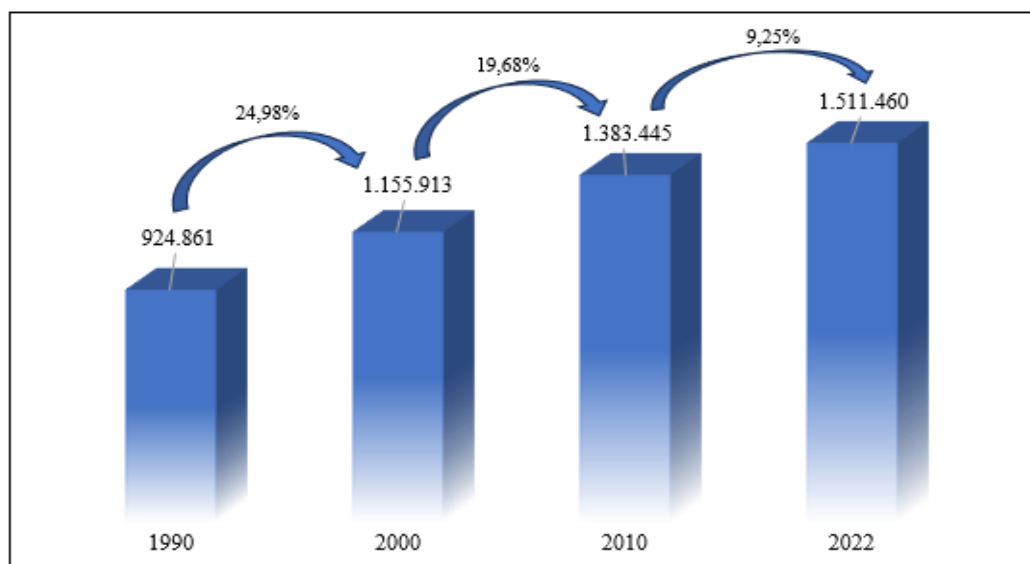
O Brasão de Armas do Estado é um escudo elíptico, preenchido na metade superior pela cor azul e carregado com a metade de um sol de ouro estilizado, do qual se observa cinco raios maiores e oito menores, limitados na linha divisória. Na metade inferior do escudo está uma asna azul, ladeada nos flancos direito e esquerdo de branco e no termo de amarelo-ouro. Este posto sob o escudo, uma lista azul com a inscrição "Estado do Tocantins" e a data "1º de janeiro de 1989", em letras brancas, fazendo referência à data de instalação do Estado. Como timbre, uma estrela de amarelo-ouro com uma borda azul, alçada pela expressão em tupi "CO YVY ORE RETAMA", que significa em português “Esta terra é nossa”, escrita em sobre listel em azul.

O estado está localizado ao sul do Paralelo 13, faz parte da Amazônia legal, possui hoje 139 municípios, e uma população de 1.511.460 de pessoas (IBGE, 2022), com uma densidade demográfica de 5,45 hab/km². Para Sousa (2024), com a implantação do estado em 1989, com a migração e oportunidades geradas, o Tocantins apresentou um crescimento

Da Cruz (1º/jan/1999 a 1º/jan/2003). Que ainda Governaria o Estado de 01/01/2011 a 04/04/2014 (José Wilson Siqueira Campos e João Oliveira). Governaram o Estado de 1º/jan/2003 a 1º/jan/2007: Marcelo Miranda e Raimundo Nonato Pires Dos Santos. De 1º/jan/2007 a 09/09/2009: Marcelo Miranda e Paulo Sidnei (Devido à Cassação do Mandato Pelo STE). De 09/09/2009 a 08/10/2009: Carlos Henrique Amorim (Gaguim) – (Em Regime Interino). De 09/10/2009 a 31/12/2010: Carlos Henrique Amorim se torna o primeiro Governador eleito por voto indireto, onde ocorreu apenas uma abstenção (deputado Toinho Andrade). de 04/05 a 31/12/2014: Sandoval Cardoso e Tom Lyra. de 31/12/2014 a 31/12/2018: Marcelo De Carvalho Miranda e Cláudia Lélis. De 19/04/2018 Até A Atualidade: Mauro Carlesse e Cláudia Lélis. Mauro Carlesse e Wanderlei Barbosa Castro de 01/01/2019 a 31/12/2022. Wanderlei Barbosa Castro e Laurez Da Rocha Moreira de 01/01/2023 a 31/12/2026.

populacional de 24,98% entre os anos 1990 e 2000. Da mesma forma, cresceu 19,68%, de 2000 a 2010, saindo de uma população de 924.861 para uma estimada 1.155.913. E de 2010 a 2022, cresceu 19,68%, (IBGE, 2022, Sousa, 2024).

Figura 13: Evolução Populacional do Tocantins



Fonte: Elaborado por Sousa (2024), com dados do IBGE, Censo Demográfico (2022)

Nesse contexto percebemos da mesma forma o crescimento econômico do estado, assim como suas rodovias, aparato estatal, investimentos públicos e privados tornaram o estado um estado como características que o tornam um potencial econômico pela sua logística, clima, relevo e localização demonstrado também pelo crescimento do seu PIB. Para Sousa, 2024 “PIB do Tocantins é composto pelos setores de Serviço, Agropecuária e Indústria, sendo o setor de serviços o principal responsável pela formação do PIB desse Estado”. De acordo com o autor,

A economia tocaninense apresenta a cada ano uma evolução no crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB), porém, no ano de 2021, sua representatividade, quando comparada com o PIB nacional, é de somente 0,58%. No âmbito da Amazônia Legal, essa participação corresponde a 5,61%, percentual que faz o estado do Tocantins ocupar a 6ª posição de maior PIB na Amazônia Legal em 2021. (Sousa, 2024 p.106)

Iniciando aí um momento de renovação das perspectivas para o “desenvolvimento” da região. Observando Fanhani (2016) que dissertou sobre os “Aspectos de formação histórica e sua influência no desenvolvimento do Tocantins” percebe que,

O desenvolvimento não pode ser entendido somente como um processo de acumulação e de aumento de produtividade, mas principalmente, como um caminho

para mudanças sociais e políticas no território. A constituição do território é tanto material como imaterial e dentro da imaterialidade de cada território é possível encontrar a história que deu origem a sua formação, Fanhani (2016, p.56).

Esse olhar sobre o processo de formação histórica nos traz elementos importantes que reflete a sua criação como uma política pública que deu certo, trazendo crescimento populacional, econômico e social para região que passou por um longo processo de constituição. Abaixo um quadro com os marcos históricos da origem do estado de Goiás (Goyazes) ao Tocantins (Comarca do Norte).

Quadro 9 - Marcos Históricos da origem do Tocantins.

Ano	Fato Histórico
1722	Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (filho do primeiro Anhanguera que esteve com o pai na região anos antes) a bandeira do Anhanguera saiu de São Paulo.
1725	Retorno de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (Filho) São Paulo, com provas de que havia ouro na região.
De 1726 a 1778	Corrida do Outro e exploração da região (encerrado em 1822)
De 1734 a 1751	Surgimento dos primeiros povoamentos
De 1804	Censo
1808	Chegada da Família Real ao Brasil
18 de março de 1809	A Criação da Comarca do Norte
1821 a 1824	O Movimento Separatista do Norte de Goiás
1873 e 1879 (Período imperial)	Apresentação do deputado goiano e escritor Visconde de Taunay à Câmara Federal, a criação da Província de Boa Vista do Tocantins a ser formada com terras do norte goiano, com a capital em Boa Vista (Tocantinópolis) .
1889 até 1930	República Velha – Período de Isolamento
1870-1930	REVOLTAS DE BOA VISTA NORTE DE GOIÁS
1930 até 1945	Estado Novo: Durante o governo Getúlio Vargas a luta pela criação do Tocantins ganhou novos rumos, quando em 1940 o Coronel Aviador Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues defende a criação do Território Federal do Tocantins, com a capital em, Pedro Afonso ou Carolina.
1945 a 1964	Período de redemocratização: Feliciano Machado Braga organiza em 13 de maio de 1956 um documento conhecido como Manifesto Tocantinense a Nação.
Final dos anos 1950 e o início dos anos 1960	Construção da Belém-Brasília (BR -010)
1964-1985	Ditadura Militar – Esquecimento: Período marcado por conflitos agrários.
1967 e 1974	A Guerrilha do Araguaia
10 de maio de 1986	O padre Josimo Tavares, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), é assassinado com dois tiros dados pelas costas pelo pistoleiro Geraldo Rodrigues, em Imperatriz-MA.
05 de outubro de 1988	A criação do Estado do Tocantins
01 de janeiro de 1989	Instalação do Tocantins
15 de novembro de 1989	Primeira Eleição Estadual
01 de janeiro de 1990	Instalação da Capital Palmas (Criada em 20/05/1989)

Fonte: Elaborado por Roberson Pereira da Silva

6 O NEGRO NO TOCANTINS: da escravidão às comunidades negras tradicionais.

Até recentemente, o termo quilombo era de uso quase exclusivo de historiadores e demais especialistas que, por meio da documentação disponível ou inédita, procuravam construir novas abordagens e interpretações sobre o nosso passado como nação. (O'Dwyer, 2002, p. 13)

Neste capítulo, traz-se um olhar sobre as comunidades negras no Tocantins desde o período colonial, assim como uma reflexão sobre o conceito apresentado nessa proposta sobre comunidade remanescente de quilombo e outras denominações, ao qual se referem à população negra que vive em áreas rurais e urbanas. Essa perspectiva de análise vem de encontro à necessidade de explicitar a realidade social destas comunidades, assim como, chamar a atenção para a políticas públicas de acesso aos bens públicos destas comunidades a espelho das comunidades estudadas. Por fim, contextualizar e identificar as comunidades quilombolas no Tocantins e na região do Bico do Papagaio.

O objetivo deste capítulo é apresentar as comunidades quilombolas existentes no estado do Tocantins, em especial na região norte do estado, o “Bico do Papagaio”, com a discussão sobre as categorias quilombo e comunidade remanescente, assim como apresentar um viés histórico do processo de povoamento e escravidão nas minas do norte de Goiás. E, com isso, mostrar as comunidades que estão presentes em todo o estado do Tocantins.

6.1 Quilombo Como Categoria de Análise e as Comunidades Remanescentes no Tocantins

Quilombo ou remanescente de quilombo? As comunidades quilombolas vão se formar no processo de colonização no Brasil a partir do processo de formação social ainda na época da colonização, da mesma forma alinhando a proposta de (de)senvolvimento da colônia a partir da exploração de mão de obra escrava. Nesse período começa-se o processo de exploração da mão de obra escrava-humana no Brasil que durou cerca de 300 anos (de 1550-1888), nesse cenário nasce os ideais de lutas e reconhecimento, além da preservação de suas culturas africanas.

Essa luta que se podem caracterizar como resistência é a base de um resiliente processo constitutivo de comunidades que vieram a se constituírem, para combater o opressor no caso o “Estado” luso-Brasileiro que em seu contexto em relação ao mundo fora o último

Estado Nação das Américas a libertarem seus escravos (o processo de abolição da escravidão 1888).

Os quilombos não são comunidades homogêneas, são heterogêneas, ou seja, diferentes umas das outras. E surgem em contexto histórico anterior a abolição. Conforme Lopes (2020) esse processo formativo de um conceito se dá no período colonial. Onde há uma primeira definição de Quilombo.

Nesse sentido, recuaremos a 1740, quando o então rei de Portugal, D. João V, respondeu à consulta feita pelo Conselho Ultramarino, que definiu quilombo como sendo: “[...] toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões nele” (MOURA, 1981, p. 16), sendo assim um conceito histórico-jurídico. (Lopes, 2020 p.35)

Portanto, cria-se uma categoria de análise jurídica e histórica em torno da nomenclatura “*Quilombo*” onde para outro, seria um local de resistência, cultural, linguística, política e ideológica. Esses locais passariam mais adiante após a abolição e especificamente após 1988 no processo de redemocratização do país, recepcionou em seu texto constitucional em suas disposições gerais e transitórias as comunidades remanescentes destes *Quilombos*.

Para O’Dwyer (2002) seriam estes remanescentes de um grupo étnico racial formado por descendentes de escravizados fugitivos. Ou grupos que desenvolvem práticas cotidianas de **resistência** e reprodução de seus modos de vida. A partir da Constituição brasileira de 1988, o quilombo adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) O’Dwyer, 2002, p. 13). Desse modo percebe-se que tanto quilombo ou remanescente de quilombo, são terminologias utilizadas para conferir (direitos territoriais) que permitem, “através de várias aproximações, desenhar uma cartografia inédita na atualidade, reinventando novas figuras do social” (O’Dwyer, 2002, p. 13).

Por tanto, as classificações se tornam *temporal* (Antes, d’1888 e depois), pois a um corte na linha temporal que permitiu o próprio texto constitucional no art. 68 do ADCT da Constituição Federal de (1988) recepcionou a tese do direito da comunidade a posse a propriedades ocupadas geracionalmente. Constituindo os direitos fundiário e étnico, em um cenário no qual são desenvolvidas políticas públicas no novo contexto democrático brasileiro.

O principal objetivo seria garantir o acesso histórico aos direitos negados pelo Estado Brasileiro nos últimos 100 anos. E nesse sentido o artigo 68 remete a um direito étnico e não é tomado como ação afirmativa (Ferreira, 2010, p.06). A história nos é conhecida pelos fatos narrados por autores da época como Joaquim Nabuco, Castro Alves, Maria Firmina dos Reis e

outros grandes defensores da causa abolicionista, onde três deles eram negros, expoentes como Luís Gama, José do Patrocínio e André Rebouças.

Com a nova Constituição Federal (1988) debates em torno da terra de preto e sobre especificamente às ações relacionadas à reparação histórica sobrevida pelos negros e seus descendentes. Porém, no âmbito da política pública não podemos classificar no debate essa ação como uma ação afirmativa e sim como política de Estado, portanto no que se refere ao Art. 68 das (ADCT):

[...] pode-se tomar ações afirmativas como uma política aplicada “para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais” (GOMES, 2003: 27), e assim o direito prescrito pelo artigo em questão toma o caráter da reparação de caráter territorial no sentido da exclusão causada pela legislação fundiária do período colonial e pós-abolição, bem como pode tomar a denotação cultural e a questão da 'dívida histórica' (Ferreira, 2010 p.06).

A dívida histórica está intrinsecamente relacionada às fugas e às identidades negadas, onde não se permitiu a manutenção da cultura e preservação da identidade. Assim como as ações em relação ao negro após a abolição em 1888 até o processo de demarcação em 1988. Esse recorte temporal é fundamental para compreender sobre o racismo estrutural, da mesma forma, observar os porquês do Estado Brasileiro não inserir uma política de inserção do negro no mercado de trabalho, ou no acesso à educação, saúde outros.

Ação que acabou edificando um processo de exclusão e construção de um novo papel do negro na sociedade que passa de escarvo a marginal nas periferias das grandes metrópoles nacionais. Fortalecida em grande pela mídia que ajudou a construir um imaginário social em que a figura do negro é constantemente negada. Seja pelos Estados com suas políticas de embranquecimento³⁰ como a construção da figura do (Pardo) e o afastamento de ações de inserção do negro na educação e no mercado de trabalho. Gerando um *deficit* na estrutura populacional brasileira que culminou em um distanciamento econômico entre brancos e negra. E da mesma forma nas próprias políticas públicas que em grande maioria negava ações voltadas às comunidades negras nas periferias e em especial nas comunidades rurais.

³⁰ O embranquecimento racial foi uma ideologia amplamente aceita no Brasil, no final do século XIX, início do século XX. Na qual a elite dominante branca acreditava que o sangue do "branco" era superior ao da raça negra e que estes iriam desaparecer com o passar das gerações.

Há uma diferença entre *quilombos* e *comunidades quilombolas*. O quilombo possui uma característica – que é o de uma organização que se inicia com a chegada do primeiro negro ao Brasil até o final da escravidão no Brasil em 1888. E foi, uma ***organização social e política em que estes buscavam sua liberdade***, onde estas eram um centro de resistência ao sistema colonial, e, ao mesmo tempo, representava uma resiliência, pois se organizam ao ponto de dialogar com a sociedade colonial. Mantendo formas próprias de organização social, como casamento, agricultura, língua, etc. O Quilombo foi um espaço de ***resistência e resiliência*** em um período colonial, são pessoas que buscavam a sua liberdade.

Já as Comunidades quilombolas – são comunidades em espaços (contemporâneos) de resistência cultural e de propriedade da terra, tendo a terra como um bem coletivo. Pautando-se na geracionalidade³¹, sendo os costumes passados através das pessoas por vários canais, um deles a ***oralidade***. Para Lopes (2020) “os grupos que se veem e são reconhecidos como comunidades quilombolas hoje, não passaram por um único processo de formação tanto durante quanto após a escravidão” (Lopes, 2020, p.36). Ou seja, a noção de *reconhecimento* é fundamental para compreender, porque as comunidades existem assim a análise conceitual em Axel Honnet (2003) sobre o reconhecimento, que se compreende na forma de (amor, direito e estima) e percebe-se nas “três formas de reconhecimento que correspondem a três tipos de desrespeito, cuja experiência pode influir no surgimento de conflitos sociais (Honnet, 2003 p.24).

O Negar a sociedade negra, se nega uma série de fatores, como a miscigenação, o processo de aculturação e recepção de valores exteriores, um fato social completo e inegável analisado se de forma histórica, sociológica ou antropológica, ou até mesmo pelas ciências políticas, ao perceber a ação do estado e seu fundamento mais básico que é a garantia dos direitos fundamentais, e da subjetividade do sujeito, que “tratasse da pretensão dos indivíduos ao reconhecimento intersubjetivo de sua identidade” (Honnet, 2003 p.29). Observando que “o processo de *reconhecimento* de terras de comunidades remanescentes de quilombos esbarra em confrontos políticos e sociais, valendo ressaltar que remanescente “é categoria jurídica, que não abarca as singularidades da comunidade” (Ferreira, 2010, p.06).

6.2 O negro no processo de povoamento do Norte de Goyaz

³¹ Conforme LUCAS, W. L. C. (2022)

A proposição de uma “nova cartografia social”, enquanto orientadora de práticas de pesquisa, distingue-se do sentido corrente do vocábulo “cartografia” e não pode ser entendida como se circunscrevendo a uma descrição de cartas ou a um traçado de mapas e seus pontos cardeais com vistas à defesa ou à apropriação de um território. Ao contrário de qualquer significação única, dicionarizada e fechada, a ideia de “nova” visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas “experimentações” fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas. (Almeida, 2020p.157)

As comunidades negras no Brasil passaram por um processo formativo, constituído por fatores políticos e sociais. O fato de terem existido líderes negros no Brasil, como Zumbi e Dandara (Quilombo dos Palmares), e comunidades negras, cuja negada sua historicidade e seu espaço social e territorial. Ao passo que um século se passou e o Estado brasileiro nada fez para corrigir o déficit com esses brasileiros homens e mulheres negras, descendentes de africanos trazidos à força para o Brasil colonial para exploração de sua mão de obra, seja nas minas, ou nas fazendas de café e açúcar, distribuídos em todo o território da colônia, para as mais diversas atividades econômicas. E nesse contexto chegam da mesma forma ao norte de Goiás. Como expresso por Apolinário (2004) os homens e mulheres negros, do norte goiano e de toda a capitania de Goiás, violados pelos sistemas econômicos, metal e cultural da época.

O passo fundamental nesse novo processo de (des)cobrimto estão as comunidades negras no Tocantins. Antes comunidades negras no Norte de Goiás, advindas de um processo sangrento, de negação e que se caracterizava pelo terror da relação escravista. Estas expressas nas palavras de Apolinário (2004).

Enquanto negação da ordem escravista, os quilombos eram “realidades” que tiravam o fôlego dos administradores coloniais das minas de Goiás. As autoridades buscavam, a todo custo, livrar as terras auríferas das investidas de negros quilombolas. É no governo de D. Luís de Mascarenhas que, através das suas correspondências, percebe-se o quanto a presença dos quilombolas instigava o argumento governamental para a utilização da violência como medida de âmbito legal, em que o corpo açoitado e mutilado do escravo negro representaria não só uma medida punitiva, mas também pedagogia. Valia como lição para os que ousassem ir ao encontro da “liberdade”.

O escrivão da câmara de Vila Boa, Manoel dos Santos Caturro, certifica que, por provimento do governador e capitão-General da Capitania de São Paulo e Minas de sua repartição, D. Luís Mascarenhas do livro primeiro do registro das ordens regias, se acha um alvará em forma de lei de 07 de março de 1741, onde conta o seguinte: “porque sua majestade, que Deus guarde, ordena que os pretos que forem achados em quilombos sejam, pela primeira vez marcados em uma espádua e pela segunda, uma orelha cortada...”

O castigo imbuído do seu aspecto disciplinar permitia a continuidade do sistema escravista. Escrevendo ao rei D. José I, o governador e capitão-general D. Marcos de Noronha. Expõe a necessidade de se executarem leis mais severas contra os negros e mulatos. (Apolinário, 2004 158-159).

A barbárie retratada expõe o que foi a escravidão, nesse contexto contemplo nas palavras do então deputado Jose Bonifácio de Andrade e Silva em sua REPRESENTAÇÃO

Na *Assemblêa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, sobre a “Escravidura” dirigida à *Assemblêa pela Província de S. Paulo* (publicado em 1840), “o traficante de carne humana, o introdutor da barbárie no meio da nossa, civilização retardada; o contrabandista de homens está certo da impunidade”. Esse tendo total controle sobre a sua posse, nesse caso o preto escravizado.

Do ponto de vista de Hebert Klein (1987) estima que cerca de 1.981.400 negros foram importados da África para serem escravizados no Brasil. A capitania de Goiás antigo norte goiano, recebeu sua parcela de escravizados negros que de acordo com Pinto (1979), trazidos em comboio da “Bahia através do rio São Francisco onde estes eram vendidos as minas de nossa senhora da Natividade no antigo norte da comarca de Goiás”, Apolinário (2004 p.139).

Conforme Parente (2007, p.53) “o escravo negro foi utilizado em todos os serviços durante o período colonial em Goiás, (...) na agricultura, pecuária e nos trabalhos domésticos, mas, principalmente (...) na extração do ouro”. Esse fato é importante para compreender o longo período de exploração da mão de obra do negro na região que vai além do período escravista. Vale a pena lembrar que o ciclo de “(de)senvolvimento” da região norte de Goiás até 1988. Representa um longo período de exploração de mão de obra negra no território norte de Goiás.

Na opinião de Salles (1992) a região hoje Tocantins, teve, a partir de 1741 nos arraiais da região cerca de (seis) mil escravos com maior concentração em Arraiais. Porém, conforme Apolinário (2004), no ano de 1780 se tinha uma população de 13.010 habitantes sendo 3.991 livres e 9.019 escravizados. Em 1804 tivemos o primeiro censo em que se dividiu em repartição do Sul e repartição do Norte, pela primeira vez se tem uma melhor compreensão acerca da população. Está em que o povo livre é maior que o de escravizados, superando uma população de 13.996 com 5.376 de homens e mulheres escravizados (as), Karasch (2004, p.189).

De 1825 a 1832 a população da comarca do Norte era de 22.654 habitantes em 1825 passados a 26.091 em 1832, Karasch (2004). Nesse montante os negros se destacam em maioria absoluta. Nesse sentido percebemos como impossível tendo essa população negra, não se ter uma parcela em fuga, devido, fatores como maus tratos e outros, estas populações

perduraram, a fim de, fundarem comunidades (quilombos). O Quadros 10 e 11 adaptados de Karasch (2004) o Censo³² da população da Comarca do Norte entre 1825-1832.

Quadro 10 - Censo de 1825.

<i>Condição Legal</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>%Mulheres</i>	<i>Total</i>
Branços	736	619	45.7	1.355
Ingênuos de cor	7.030	7.839	52.2	14.869
Libertos	616	551	47.2	1.167
Escravos	2.791	2.172	43.8	4.963
Índios, Aldeia do Duro	149	151	50.3	300
Total	11.322	11.332	50.0	22.654

Elaborado pelo autor. Adaptado de Karasch (2004).

Quadro 11 - Censo de 1832

<i>Condição Legal</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>%Mulheres</i>	<i>Total</i>
Branços	903	857	48.7	1.760
Livres	8.998	9.723	51.9	18.721
Pardos	6.607	7.069	51.7	13.676
Crioulos	2.343	2.600	52.6	4.943
Africanos	48	54	52.9	102
Escravos	2.746	2.385	46.9	5.654
Pardos	5	3	37.5	8
Crioulos	2.409	2.203	47.8	4.612
Africanos	322	179	35.0	511
Índios	222	257	53.7	479
Total	12.869	13.222	50.7	26.091

Elaborado pelo autor. Adaptado de Karasch (2004)

As populações tanto brancas quanto escravas, na região dos arraiais do Norte, se destacam, por um crescimento significativo de 1789 a 1832 conforme o censo. Ressaltando o processo de povoamento e expansão agrícola, na região. Levando em consideração que os padres responsáveis pelo censo conforme Karasch (2004) não detinham ou apresentavam todas as informações, assim como o próprio censo não informa os dados de Boa Vista (Extremo Norte) que teve sua origem em meados de 1818. Para compreender esse pressuposto

³² Rio de Janeiro, biblioteca nacional, seção de manuscritos, 11, 4,2, estatística da província de Goyaz remetida à secretaria de estado dos negócios do império...1825; e rio de Janeiro, arquivo nacional, cod.808, v.1, Goiaz, censo da população da província de Goyaz, f.96.

podemos analisar a quantidade de mulheres da época. No quadro abaixo o censo da população feminina da comarca do Norte de Goyaz em 1832.

Quadro 12 - População feminina da comarca do Norte, 1832.

<i>Termos</i>	<i>Branças</i>	<i>Livres de cor</i>					Total
		Pardas	Crioulas	Africanas	Índias	Escravas	
São João da Palma	14	510	90	8	17	128	767
Traíras	248	1.385	962	-	.	670	3.265
Cavalcante	89	669	168	-	-	220	1.146
Flores	122	1.001	249	-	-	219	1.591
São Félix	-	320	116	-	-	112	548
Arraias	215	924	350	-	4	364	1.857
Conceição	7	413	155	14	-	66	615
Natividade	68	1.193	240	28	15	439	1.983
Porto Imperial	41	489	243	-	30	148	951
Carolina	52	80	11	3	49	17	212
Duro (Aldeia)	1	85	16	1	142	2	247
Total	857	7.069	2.600	54	257	2.385	13.222
%	6.5	53.5	19.7	0.4	1.9	18.0	

Elaborado pelo autor. Adaptado de Karasch (2004)³³.

Apesar da autora se debruçar sobre a população feminina, observa-se que a escravidão no Brasil central se deu mais pela reprodução do que pela importação de escravos. A julgar pela quantidade de pretas e mulatas nas localidades onde hoje está do Sul do Tocantins. Apesar de em sua maioria, durante o século XVIII a maioria absoluta dos escravizados eram homens. Na comarca do Norte, locais como Traíras, Cavalcante, São Félix, Arraias, Conceição, Natividade, Carmo, São João da Palma (1825), Flores, Porto Real. Tiveram uma concentração muito grande de mulheres escravizadas, além de africanas e crioulas, e uma abundância de Pardas também, estas cuja escravidão havia praticamente cessado em 1832, ou seja, as pardas não eram usadas mais como escravas e muitas regiões da colônia, Karasch (2004).

Portanto, ao observar sobre a população negra no Norte da comarca de Goyaz, assim como o processo de ocupação do território a partir da descoberta de veios auríferos no início

³³ Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, cod.808, v.1, Goyaz, Censo da população da província de Goyaz, f.96.

de 1720, através das bandeiras que adentraram ao território, para Nascimento (2011, p.11) “As entradas e as bandeiras eram expedições formadas por grande contingente de sertanistas que entravam pelo sertão em busca de índios para escravizar e de metais preciosos”.

Parente (2007) afirma que foi por volta de 1725, que Anhanguera retornou a São Vicente com ouro trazido das minas descobertas em Goiás. Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (filho do primeiro Anhanguera que esteve com o pai na região anos antes) saiu de São Paulo em julho de 1722.

6.3 Comunidades negras no Tocantins e na nova cartografia

Nesse olhar sobre as comunidades negras no que corresponde ao estado do Tocantins, passa por um histórico processo de ocupação. Percebe-se que ao ser trazido aos montes para minerar e trabalhar na lavoura e criação de gado na região, nem todos retornam ou saem para outros locais de exploração em especial nas minas do sul do Norte de Goiás, mesmo após a abolição em 13 de maio de 1888.

Aqui comunidades e negros perpetuaram, ocuparam espaços e se reinventaram na nova cultura nortista. O estado do Tocantins possuía 1.511.460 habitantes (IBGE, 2022), com uma população negra autodeclarada preta de apenas 13,2% enquanto a população parda é de 62,1%, na cidade de Ponte Alta do Bom Jesus, teve a maior proporção de população parda no estado de (82,5%), Recursolândia teve 80,3% e Centenário teve 78,7%, (IBGE, 2022). Conforme o Censo (2022) do IBGE, a cidade de Conceição do Tocantins possui a maior população preta, estando estas no sul do estado.

Observando os dados percebemos que realmente o processo de ocupação da região sul do Norte de Goiás se difere da região do Bico.

Diante dessa gama populacional negra que passou por um processo de ressignificação e denominação até mesmo na própria literatura através do tempo, com Na Opinião de Lopes (2020, p.88), “nos fazem pensar que não se trata somente de categorizá-las e nominá-las, mas sim entender o processo pelo qual os grupos de negros livres e os ex-escravizados foram se organizando antes e depois da assinatura da Lei Áurea”.

Nesse sentido, é importante observar como estão organizadas essas comunidades negras dentro que se assumiram como remanescentes no estado do Tocantins. Tendo foco não somente em uma região específica. Más, em base as suas características individuais e regionais, pois foram formadas a partir de várias realidades e origens, mesmo com objetivos comuns, o de viver livre. Lopes (2020) afirma que,

“A formação dos quilombos no Tocantins passa pela história da então Capitania e depois província de Goiás”. A continuidade desses quilombos, enquanto comunidades negras rurais e todas as outras denominações trabalhadas anteriormente mostram que, ao longo da história, as comunidades quilombolas foram se constituindo com suas histórias próprias, com características próprias, como “[...] localização, formas de economia, práticas culturais, organizações sociais, alforrias e resistência”. “(Oliveira Lopes, 2009, p. 107), demonstram que essa combinação de fatores modifica as histórias das comunidades quilombolas, não havendo uma única história para todas as comunidades”. Cada uma possui uma dinamicidade advinda tanto das experiências vividas cotidianamente quanto do conjunto de recordações e da memória social e mítica dos mais velhos, que são lembradas quando as histórias são narradas e passadas de geração a geração, formando o entrelaçamento de pertencimento à comunidade, (Lopes, 2020 p, 105).

Essas comunidades fazem parte de um processo de luta e reconhecimento, com características diferentes, uma por mérito e reconhecimento do estado e outras por luta. De acordo com Lopes (2020, p.41) “desde a promulgação da Constituição em 1988 as comunidades quilombolas conversam, entre outras questões, sobre identidade, direito e fomentar o engajamento na luta pela garantia desses direitos”.

A categoria comunidade remanescente de quilombo reúne vários casos e situações diferenciadas de identificação e de identidade de pessoas que não sabiam, ou sabiam e não queriam lembrar de um passado sofrido e triste, a escravidão de seus antepassados. Com a elaboração dessa nova categoria sociológica, antropológica, política e jurídica, novos sujeitos de direitos foram constituídos, pois muitas comunidades negras rurais já existiam distribuídas pelo país, mas não utilizavam especificamente essa categoria para se autodenominar porque antes de 1988 não existia, (Lopes, 2020, p.41).

Essa garantia de direitos trouxe um novo contexto, o de “luta por reconhecimento”, este que por sua vez representa, pois “à experiência do reconhecimento corresponde sempre uma forma positiva de autorrelacionamento (Selbsterfahrung)”,

Nesse sentido, o reconhecimento esta intrínseco às necessidades, enquanto se às reconhecem se incorporam uma perspectiva de injustiça o que significa ser uma capacidade para responsabilidade moral de uma pessoa deve ser medido no grau de universalização e também no grau de materialização do direito (Honnet, 2009)

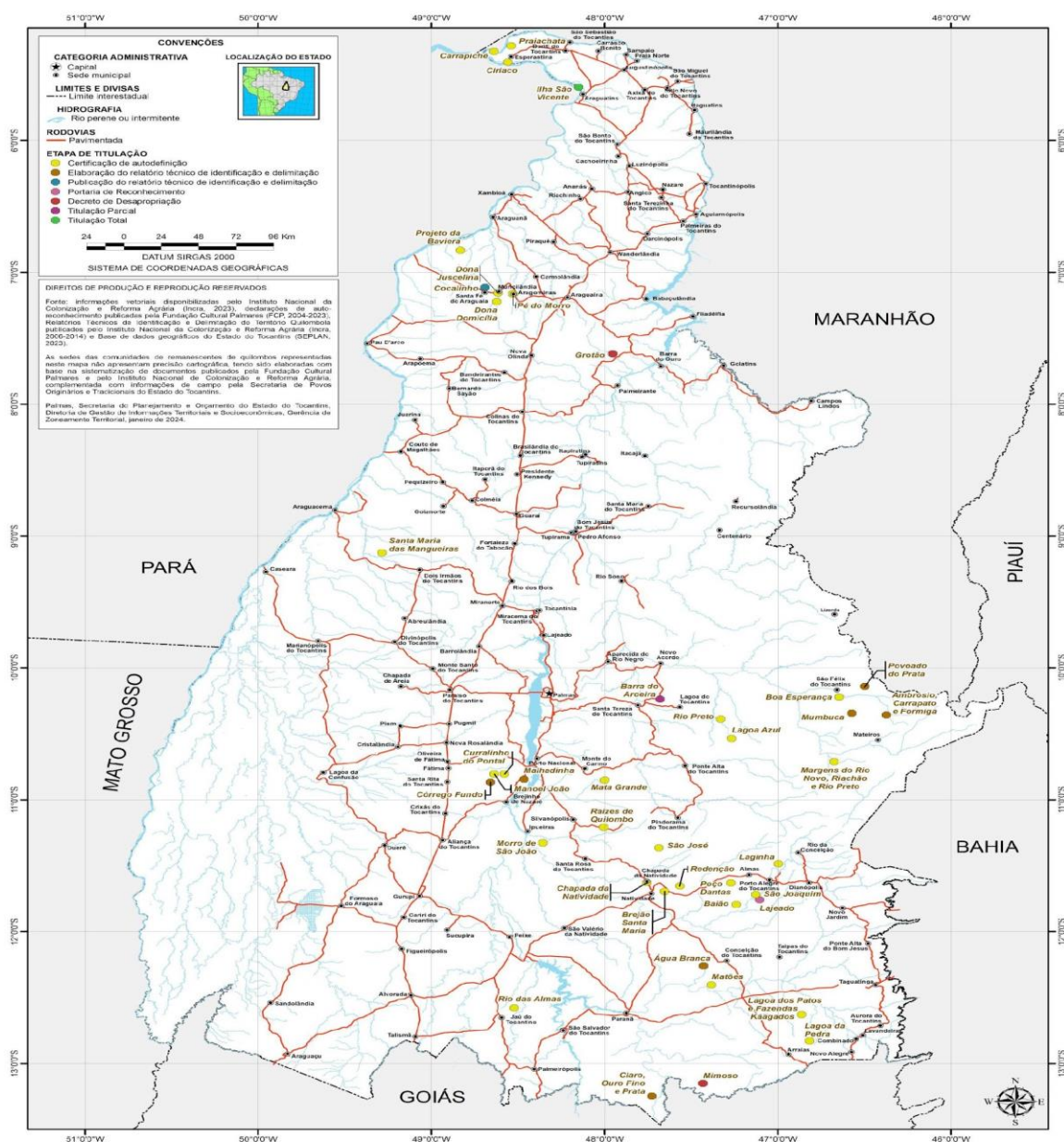
As comunidades negras remanescentes no Tocantins estão organizadas em processo de luta pelo reconhecimento posse do território. Observando “a forte herança dos migrantes que foram para o Tocantins, oriundos do Maranhão, de Goiás, do Piauí, do Pará, do Ceará, da Bahia, (Lopes 2020, p.46)” assim como a origem das comunidades “quilombolas” possui em si várias origens, “decorrente: do processo de fuga, de doação de terras, de movimentos messiânicos” (Lopes, p. 46).

Conforme o Atlas De Territórios Quilombolas do Estado do Tocantins (Projeto Nova Cartografia Social Do Tocantins, 2024), elaborado pela Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins-COEQTO.

O Estado do Tocantins possui atualmente 52 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, organizadas em 41 associações quilombolas. Destas apenas uma (01) tem seu território regularizado, 13 em diferentes etapas do processo de regularização e 25 aguardando iniciar o processo de regularização, (COEQTO, 2024).

Abaixo um mapa do estado do Tocantins contendo todas as comunidades remanescentes de quilombos, seja reconhecida ou em processo de regularização e/ou mesmo de autorreconhecimento.

Figura 14 – Mapa das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Tocantins



Fonte: SEPLAN, 2024.

O mapa acima apresenta comunidades remanescentes no estado do Tocantins, observando os dados da Fundação Palmares, em 03 de junho de 2024, estão reconhecidas oficialmente 3.752 comunidades remanescentes de quilombos, no Brasil, sendo 3.056 estão certificadas (Brasil. Fundação Cultural Palmares³⁴. Quadro Geral, 2024)³⁵. No Tocantins, de 2004 a 2024, foram reconhecidas pela Fundação Palmares 52 comunidades quilombolas distribuídas nas regiões: norte com 09 comunidades, sendo (04) delas na região do Bico do Papagaio. Para Lopes (2019, p.108) as primeiras comunidades certificadas pela Fundação Palmares foram as Comunidades: Lagoa da Pedra, em 2004, localizada no município de Arraias, e Kalunga do Mimoso, em 2005, municípios de Arraias e Paranã (ambas no sul do estado).

Além destas, foram certificadas as comunidades, Raízes de Quilombo em Silvanópolis (19/05/2022), Brejão Santa Maria em Natividade (01/07/2022), Rio Preto em Lagoa Do Tocantins (27/09/2023), e Dona Domicília em Muricilândia (31/01/2022), sendo as últimas a serem reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, segunda do (Brasil. Fundação Cultural Palmares. Quadro Geral, 2024).

Abaixo quadro adaptado de Lopes, (2020) estão apresentadas as 49 comunidades remanescentes de quilombos com informações atualizadas até 30/04/2024, certificadas pela Fundação Cultural Palmares no Tocantins.

Quadro 13 - Comunidades Remanescentes de Quilombo no Tocantins até 2024.

ANO	Nº DE ORDEM	COMUNIDADES	MUNICÍPIOS	Data de abertura do Processo na FCP	Data de Publicação da Certificação no D.O.U.
2004	01	Lagoa da Pedra	Arraias	24/06/2004	10/12/2004
2005	01	Kalunga do Mimoso	Arraias e Paranã	08/06/2005	12/09/2005
2006	01	Barra do Aroeira	Lagoa do Tocantins/Novo Acordo/Santa Tereza do TO	20/12/2005	20/01/2006
	02	Projeto da Baviera	Aragominas	30/09/2005	20/01/2006
	03	Cocalinho	Santa Fé do Araguaia	30/09/2005	20/01/2006
	04	Laginha	Porto Alegre do Tocantins	30/09/2005	20/01/2006
	05	Mumbuca	Mateiros	30/09/2005	20/01/2006
	06	Redenção	Natividade	30/09/2005	20/01/2006
	07	Povoado do Prata	São Félix do Tocantins	30/09/2005	20/01/2006

³⁴ A Fundação Cultural Palmares (FCP) é entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, fundada em 22 de agosto de 1988, voltada para a promoção e preservação da cultura afro-brasileira. Dentre suas atribuições, uma delas é a emissão de certidões que reconhecem os direitos das comunidades remanescentes de quilombo e dá acesso aos programas sociais do governo.

³⁵ INFORMAÇÕES ATUALIZADAS ATÉ 30/04/2024.

	08	São Joaquim	Porto Alegre do Tocantins	30/09/2005	20/01/2006
	09	São José	Chapada da Natividade	30/09/2005	20/01/2006
	10	Chapada da Natividade	Chapada da Natividade	30/09/2005	20/01/2006
	11	Morro de São João	Santa Rosa do Tocantins	30/09/2005	20/01/2006
	12	Córrego Fundo	Brejinho de Nazaré	30/09/2005	20/01/2006
	13	Malhadinha	Brejinho de Nazaré	30/09/2005	20/01/2006
2008	01	Grotão	Filadélfia	10/10/2008	09/12/2008
2009	01	Mata Grande	Monte do Carmo	24/11/2008	05/05/2009
	02	Santa Mª das Mangueiras	Dois Irmãos do Tocantins	24/11/2008	19/11/2009
	03	Carrapato	Mateiros	05/08/2009	19/11/2009
	04	Formiga	Mateiros	05/08/2009	19/11/2009
	05	Ambrósio	Mateiros	05/08/2009	19/11/2009
2010	01	Dona Juscelina	Muricilândia	10/09/2009	24/03/2010
	02	Rio das Almas	Jaú do Tocantins	11/09/2009	24/03/2010
	03	Curralinho do Pontal	Brejinho de Nazaré	11/09/2009	24/03/2010
	04	Lajeado	Dianópolis	03/09/2008	28/04/2010
	05	Manoel João	Brejinho de Nazaré	24/11/2008	06/07/2010
	06	Baião	Almas	30/09/2010	04/11/2010
	07	Ilha de São Vicente	Araguatins	12/11/2010	27/12/2010
	08	Pé do Morro	Aragominas	03/11/2010	27/12/2010
2014	01	Claro	Paranã	23/09/2013	18/03/2014
	02	Ouro Fino	Paranã	23/09/2013	18/03/2014
	03	Prata	Paranã	23/09/2013	18/03/2014
	04	Fazenda Káagados	Arraias	20/01/2014	03/07/2014
	05	Fazenda Lagoa dos Patos	Arraias	20/01/2014	03/07/2014
	06	Margens do Rio Novo	Mateiros	25/04/2014	31/07/2014
	07	Riachão	Mateiros	25/04/2014	31/07/2014
	08	Rio Preto	Mateiros	25/04/2014	31/07/2014
2015	01	Boa Esperança	Mateiros	10/06/2014	02/02/2015
	02	Água Branca	Conceição do Tocantins	19/12/2014	03/12/2015
	03	Matões	Conceição do Tocantins	19/12/2014	03/12/2015
	04	Carrapiché	Esperantina	03/12/2014	03/12/2015
	05	Ciríaco	Esperantina	03/12/2014	03/12/2015
	06	Prachata	Esperantina	03/12/2014	03/12/2015
2016	01	Lagoa Azul	Ponte Alta do Tocantins	22/03/2016	20/05/2016
2017	01	Poço Dantas	Almas	30/08/2017	02/10/2017
2022	01	Raízes De Quilombo	Silvanópolis	19/05/2022	17/10/2022
	02	Brejão Santa Maria	Natividade	01/07/2022	17/10/2022
	03	Dona Domicília	Muricilândia	31/01/2022	17/11/2023
2023	01	Rio Preto	Lagoa Do Tocantins	27/09/2023	25/10/2023
TOTAL			49 comunidades		

Fonte: Adaptado de Lopes (2020). E Atualizado. **Fonte:** Brasil. Fundação Cultural Palmares, 2024.

6.4 Comunidades remanescentes na região do Bico do Papagaio.

Dentre estas comunidades estão às comunidades da região norte do estado sendo estas (9) Araguaatins – **Ilha de São Vicente**; Santa Fé do Araguaia – **Cocalinho**; Muricilândia – **Dona Juscelina**; Aragominas – **Baviera e Pé do Morro**; Filadélfia – **Grotão**; Esperantina –

Carrapiché, Ciriaco e Prachata. De acordo com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e Lopes (2020). Sendo que as comunidades: Dona Juscelina, Pé do Morro, Ilha de São Vicente e Ciriaco estão localizadas às margens do rio Araguaia. E comunidades Carrapiché e Prachata estão a margem do rio Tocantins.

A região do Bico do Papagaio, muito estudada por pesquisadores de várias áreas, é conhecida pelos conflitos agrários que acontecem até hoje; mas também é conhecida pela riqueza ambiental e cultural que há na região. Segundo PNCSA, “A região do Bico do Papagaio foi muito estudada a partir dos conflitos agrários entre posseiros e fazendeiros. Mas, questiona-se qual era a identidade étnica dos posseiros. O primeiro mapeamento aponta que a grande maioria dos posseiros eram quilombolas migrantes”, (Lopes, 2020, p. 59).

Durante a pesquisa nos deparamos com três comunidades remanescentes de quilombos na cidade de Esperantina – Carrapiché, Ciriaco e Prachata. Sobre estas comunidades que veremos a frente, são comunidades que no decorrer da pesquisa pode-se identificar seu perfil e suas particularidades, nos padrões de comportamento, forma de uso de seu território, como se identificam e qual seu sentimento de autoafirmação e reconhecimento.

Nesse estudo o nosso principal foco são as políticas públicas, porém tentaremos descrever da melhor forma as principais características destas, destacando o cenário dos mesmos no contexto da região do Bico do Papagaio. Portanto, observamos que há comunidades à margem do Rio Tocantins como os Carrapiché e os Prachata.

7 COMUNIDADES REMANESCENTE DE QUILOMBOLAS CARRAPICHÉ E PRACHATA NA HISTÓRIA E O MOMENTO ATUAL.

O objetivo deste capítulo é fazer uma análise do contexto da organização social e econômica, das relações de parentesco, analisando possíveis conflitos territoriais, do contexto da história de vida das comunidades remanescentes de Quilombolas, **Carrapiché e Prachata**. Tomando como base a sua organização política, social e econômica até os dias atuais. Para isso, se faz necessário contextualizar historicamente o município de Esperantina Tocantins, de maneira a apresentar como as comunidades ocuparam o território.

Observando os territórios imateriais relacionados à memória e as vivências destas comunidades ribeirinhas tradicionais, buscando descrever sua relação entre micro familiar e o meio a sua volta. Lembrando que as comunidades são de remanescentes de escravizados que foram levados à região para exploração de sua mão de obra. O retrato da história da cidade, seu contexto sócio econômico e político, está diretamente relacionada à história destas comunidades interlocutoras desta pesquisa, observando a forma de ocupação e uso da terra (seja individual e/ou coletiva).

7.1 Processo de formação social e associativa das comunidades.

7.1.1 Carrapiché

A comunidade Carrapiché localizada à margem do rio Tocantins, no local conhecido como pedra de amolar, a cerca de 10 km da sede do município, onde por terra e água possui acesso. Abaixo o mapa da área da comunidade Carrapiché a margem do rio Tocantins, em Esperantina - TO.

Figura 15 - da comunidade Carrapiché



Fonte: Comunidade Carrapiché.

Os Carrapiché são uma comunidade familiar, residentes em um local aprazível cercado de belezas naturais. Chamado de Pedra Amolar, onde “Antônio Carrapiché permaneceu morando na Pedra de Amolar, como proprietário dos alqueires de terra que seu antigo patrão havia lhe doado” (Climaco & Larroque 2022 p. 363), estes vivem da pesca, cultivo da mandioca, feijão, milho em roça de toco método rústico de produção agrícola. Assim como da coleta de frutos.

Figura 16 - Roça de toco em Esperantina-TO.



Fonte: Acervo da pesquisa 20/12/2024.

A produção agrícola é parte integrante da sua natureza cooperativa e identitária, eles se reconhecem pela sua produção e pelo seu território, base simbólica das suas tradições “haja vista que a afirmação identitária vai além da pigmentação da pele, perpassa por um viés cultural imergido em tradições legadas por antepassados” (Climaco & Larroque 2022 p. 357).

Para desenvolverem suas ações e manter a sua luta, a comunidade organizada em associação desde 2017, tem buscado o amadurecimento associativo, assim como a aceitação da sua necessidade de constituir entidade representativa característica das comunidades remanescente, e vêm desde 2003, com este desejo, conforme observado no relato das lideranças em torno do tema.

O Vice-presidente da Associação da comunidade Carrapiché, Antônio Pereira de Jesus, conhecido como Piolho Carrapiché, relatou-nos que os diálogos sobre associação iniciou em 2003 com a orientação do senhor (Juvenal), no qual manifestou que a comunidade tivesse uma associação. [...] porque eu não criava uma associação só da família Carrapiché. Ressaltando um ponto importante que é o movimento social como instrumento de luta. Conforme Lucas (2022, p.39 apud Frantz 2012) afirma que a “cooperação em sua forma

moderna pode ser considerada um produto da organização capitalista da sociedade”, ou seja, sempre pressupõe vantagem econômica, social e de natureza política.

Portanto, de acordo com o senhor Antônio Pereira de Jesus (Piolho Carrapiché) com relação à organização política da comunidade.

[...] teve um rapaz que ele era pescador também, um senhor Juvenal ele acabou como vizinho [...] certo dia ele chegou lá em casa, aí procurou para mim, porque eu não criava uma associação só da família Carrapiché e nessa época a gente estava com todo mundo lá dentro do território ainda...tinha muita gente! ...assim, já tinha ido embora um bocado, mas continuava um pouco de gente que dava pra criar uma associação bacana, aí eu procurei pra ele, mas Juvenal, qual é o motivo que tu quer que eu crie uma associação aqui nos Carrapiché? Ele disse que fica mais fácil pra vocês se envolverem com as políticas públicas, principalmente questão de cesta Básica, porque aqui eu vejo, todas às vezes que eu vejo aqui, eu vejo com vocês que são pessoas que lutam muito pela vida, que são pessoas trabalhadoras aqui e não tem ajuda de ninguém.

Conforme a liderança comunitária foi no final do ano de 2003 que chegou à comunidade uma equipe, de acordo com ele “Cida o Paulão e uma senhora de Ana, chamaram ela até Ana Mumbuca”, que estavam realizando uma pesquisa, queriam compreender saber mais sobre a comunidade Carrapiché e sobre Antônio Carrapiché. Este, conforme o líder, havia trabalhado como seringueiro no Pará, também castanheiro, cortando castanha. E “fazendo... titola de castanha e botando embarcação e trabalhando de piloto de embarcação”.

Destaca que eles são pescadores, e que ele é aposentado pela colônia de pescadores, conforme Lucas (2022 p.38) os associados da colônia de pescadores acabam, por fim, aposentando, como associados à colônia de pescadores, além deste recebem seguro defeso, sendo que segundo ela, a colônia tem o objetivo de “defender os interesses de seus filiados (associados)”, a aposentadoria é um desses direitos. Sendo que “é importante para reconhecer a colônia como uma entidade representativa de direito privado, é reconhecer a luta dos pescadores, e também a sua natureza jurídica, enquanto organização da sociedade civil, na forma de associação”.

Do ponto de vista do entrevistado o processo de associação veio após a visita de uma Universidade do Estado do Maranhão e outra do Mato Grosso “[...] aí veio à universidade misturada, ela do estado do Maranhão eu até esqueci o nome da universidade o pessoal chegando lá em casa sobrou questão de história, veio uma do Mato Grosso também...” (Piolho Carrapiché, 2025).

A associação da comunidade remanescente de quilombolas Carrapiché pedra de amolar foi criada em assembleia, com data de fundação no dia 18 de dezembro de 2017, data de fundação (Conforme anexo A). É uma entidade representativa, de natureza jurídica, com estatuto social aprovado e diretoria executiva ativa. Em 07 de agosto de 2022 foi eleita e

empossada a nova diretoria executiva que tem como persistente (a) Maria Raquel Mende da Silva (Pescadora), como vice o senhor Antônio Pereira de Jesus (Pescador); 1º Secretária Ana Rosa Alves de Sousa (Lavradora) e Iglesia Sousa Dias (Pescadora) na 2ª Secretaria, (Ata de 07 de agosto de 2022).

O fato importante aqui seria a identificação dos mesmos, autoafirmados como comunidade remanescente de quilombos, “comunidade pedra de amolar” e, ao mesmo tempo como profissão, pescadores e lavradores. E agora organizados. Abaixo imagem da comunidade.

Figura 17 - Comunidade e a casa de dona Maria Edite Alves de Souza



Fonte: Acervo da pesquisa, 19/12/2025.

O fato de estarem, como falam, de estarem em terra firme, cria uma relação de proximidade e uma sensação de não isolamento, ao contrário de seus vizinhos, os Prachata. Com sua percepção sobre o território e suas territorialidades. Tendo em vista que o território é o espaço material e geográfico e a territorialidade é relação construída com esse espaço na geracionalidade. Ou seja, “um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos” Little, (2024, p.254).

De fato, a relação territorial com a localidade chamada pedra de amolar remonta a gerações e fortalece o desejo de autoafirmação dessa comunidade. Nas palavras de Climaco & Larroque, (2022, p.357) a definição que “eles viviam de acordo a cultura herdada de seus antepassados e a incorporação de hábitos e costumes aprendidos com outros povos nos espaços que frequentavam” cria uma característica no processo de aculturação, ressignificando valores e princípios e formas de recriar, perspectivas e adaptação.

Aqui, dessa necessidade, justifica-se o associativismo, e a ação institucional. Esses valores sociais são reforçados pela atuação dos movimentos sociais da microrregião do bico do papagaio. Nesse sentido compreende-se que “o homem se reconhece no seu espaço,

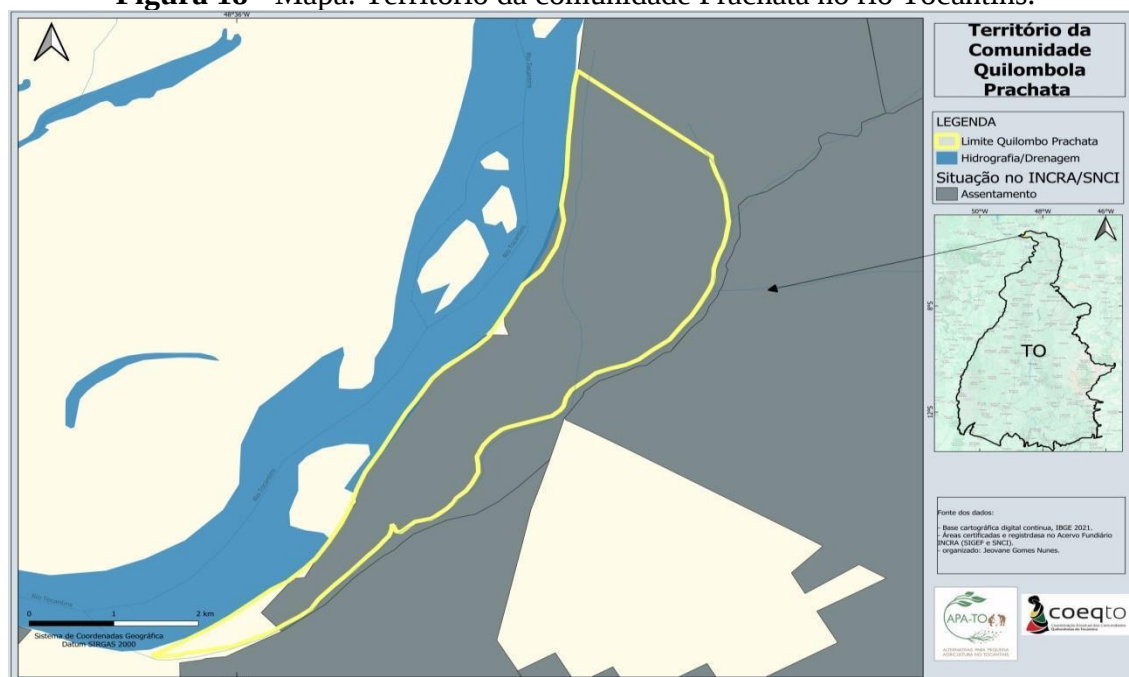
através da tomada de consciência, dos conflitos relacionados à sua denominação enquanto “posseiro” e consecutivamente à luta pelo seu reconhecimento” Silva & Lucas (2024, p.100).

Dessa forma, “o espaço é a concepção material do território” de acordo Silva & Lucas (2024, p.100) o território seria o conjunto de elementos constitutivo das relações sociais “levando em consideração a cultura, as relações sociais e as relações de poder”. Portanto, há a necessidade de organizar-se para lutar pelo que se acredita.

7.1.2 Prachata

A comunidade Prachata localiza-se às margens do rio Tocantins e as gerações estão situadas em uma ilha chamada a “Ilha do Prachatas”, território não demarcado pelo INCRA³⁶, mas em processo. Para Rita Domingues Lopes (2020), “atualmente as famílias da Comunidade Prachata moram também na sede do município de Esperantina, “[...] as mulheres ‘cozinham em casa alheia’ e os homens são pescadores artesanais” (Pereira, 2013, p. 17)”. Abaixo o mapa do território da comunidade Prachata no rio Tocantins, em Esperantina - TO.

Figura 18 - Mapa: Território da comunidade Prachata no rio Tocantins.



Fonte: COEQTO

³⁶ O INCRA é a autarquia federal responsável por regularizar os territórios quilombolas, incluindo a titulação das terras.

A comunidade familiar está organizada em associação desde 2016, onde constituiu entidade jurídica representativa e elegeram representantes para lutam em prol dos seus interesses, um deles a posse do seu território geracional, elemento constitutivo de sua territorialidade, está constituída pelo seu uso, assim a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas, (Little, 2004 p.253).

A comunidade Prachata teve seu processo de formação associativa ainda em 2016, com a criação da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombolas Prachata. Entidade Fundada em 18 de dezembro de 2016.

Em 2022 (15 de novembro conforme anexo B) esse processo foi ratificado com a aprovação do Estatuto e eleição e posse da primeira diretoria. Tendo como Presidente (a) da entidade a Senhora Cleudiane Prachata Rodrigues de Souza (lavradora), como Vice o senhor Emanuell Warley Bernardo da Silva (servidor público), 1º Secretária Nayane Rodrigues Santos (lavradora) e 2º Gabriela Pereira da Silva (lavradora), 1º Tesoureiro, Francisco Bruno Pereira de Oliveira (mecânico) e 2º Juscelia Pereira da Silva (lavradora).

Compreender a importância do associativismo e dos movimentos sociais organizados, a sua importância como instrumento formativo, não somente como organização jurídica ou representativa. Lucas (2022) traz sua abordagem sobre uma entidade que pode por através desta trazer benefícios, como a aquisição de materiais e acesso a recursos de projetos e programas através da captação de recursos. Nesse contexto compreendemos como em Lucas (2022) que,

O estudo sobre associativismo, cooperativismo e economia solidária tem a preocupação com a formação de capacidade crítica. Isto é, uma capacidade criativa e inovadora de pensamentos e conceitos que permitem desenvolver melhor as habilidades e funções profissionais, as interações e ações coletivas de atores sociais de um mundo necessitado de mudanças e transformações sociais. (Lucas, 2022 apud Frantz, 2012, p.8).

A família dos Prachata, comumente conhecida, passa por esse processo de formação da consciência, aceitação e autoafirmação constrói um novo paradigma social entre eles, que “seria a tomada de consciência acerca de sua ação no seu meio social e o reconhecimento da importância dela sobre o lugar onde se vive” (Silva & Lucas, 2024 p.102). Onde passam a aceitar e reconhecer a sua condição enquanto comunidade remanescente e buscam maneiras de se resinificar enquanto negros, remanescentes de quilombolas e moradores residentes em um município pequeno no norte do Tocantins.

A partir desse momento buscam organizar-se em associação, constituir entidade, e eleger representantes. Esse momento se caracteriza como um momento afirmativo e constitui elementos de luta em prol de direitos constitucionais.

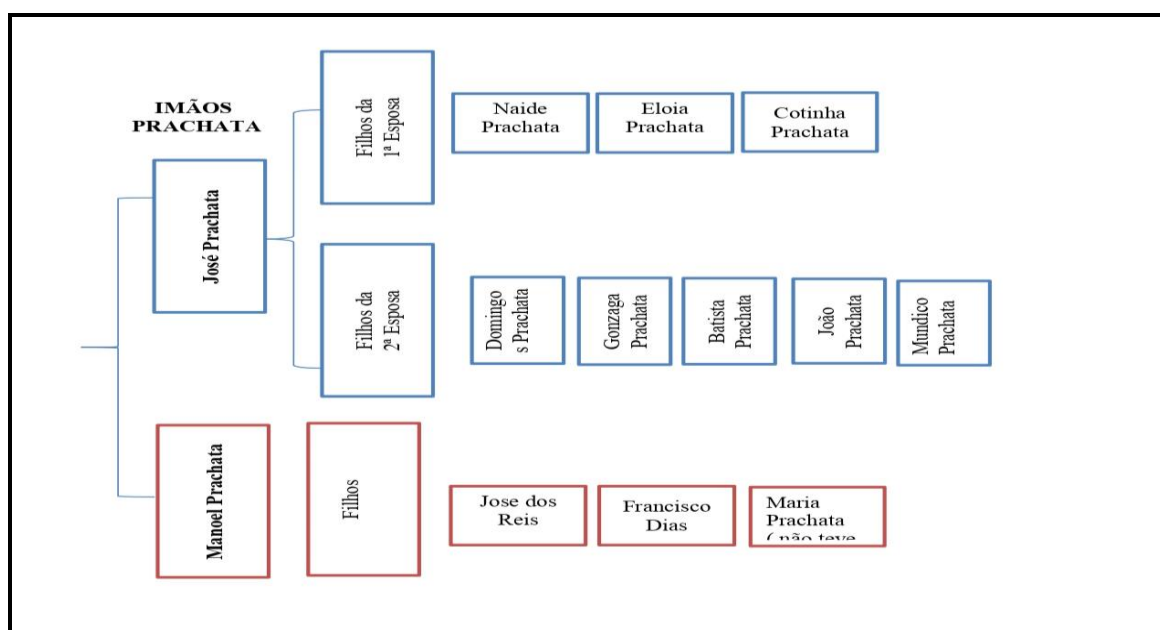
Em seguida passa pelo processo de organização social e que está intimamente ligada ao seu modo de vida e o território.

7.2 Contexto Histórico das comunidades Carrapiché e Prachata no Bico do Papagaio.

As presentes comunidades remanescentes encontram-se às margens dos rios Tocantins e Araguaia como se constata nesta pesquisa a cerca de quatro gerações, tendo como seus originários os patriarcas das comunidades Prachata e Círiaco e após Carrapiché.

No Caderno da nova cartografia social (2014)³⁷, dona Maria Prachata afirma que “Os Prachatas mesmos, são os mais antigos”. Era Prachatas no Tocantins e Círiaco no Araguaia e aí depois eles foram os Carrapichés, “eram essas três famílias, as mais velhas” (Almeida, A. & Marin, R. 2014). A família Prachata se desenvolveu as margens do rio Tocantins e está composta da seguinte forma.

Quadro 14 — Abaixo árvore genealógica da família Prachata



Elaborado pelo Autor

³⁷ No caso do território se localizar em terras públicas, esta etapa é desnecessária. Em sendo terras da União, esta será titulada pelo INCRA ou pela SPU. Em sendo terras estaduais ou municipais, a titulação cabe ao respectivo ente da federação. Por outro lado, no caso da área quilombola estar localizada em terras de domínio particular, é necessário que o Presidente da República edite um Decreto de Desapropriação por Interesse Social de todo o território.

Observando a formação das comunidades e sua orientação territorial, as comunidades remanescentes de quilombolas da região norte do Tocantins, (das nove comunidades) oito delas “tem suas histórias relacionadas aos processos migratórios [...] sete de formação no período posterior a abolição da escravidão e uma no pré-abolição” (Santos 2022 p.234). De acordo com a autora:

[...] os quilombos constituídos depois de 1888, os relatos de integrantes das comunidades Carrapiché, Ciriaco e Prachata, no município de Esperantina, na região do Bico do Papagaio, apontam para o povoamento relacionado a migrações vindas principalmente da região de Marabá – PA, que parecem estar associadas ao Ciclo da Borracha e à Frente Extrativista da Castanha, naquele estado, (Santos, 2022 p.234).

Conforme, (Almeida, A. & Marin, R. 2014). Quando aborda sobre a cartografia social aborda sobre o processo migratório na região norte e nordeste dos Brasil.

Na primeira metade do século XX, a região do médio Tocantins era o lugar de encontro e trânsito de migrantes especialmente do Maranhão, antigo norte de Goiás e baixo Tocantins. Dentre essas migrações, inclui-se uma parcela significativa de população negra (Almeida & Marin, 2014 Apud Silva, 2006).

Nesse contexto, compreende-se como fundamental localizar as comunidades remanescentes de quilombolas no município de Esperantina-Tocantins. Pois estas representam um conjunto de comunidades remanescentes em um único território, localizado na confluência Araguaia – Tocantins.

Figura 19 – Mapa das comunidades remanescentes em Esperantina - Tocantins, microrregião do Bico do Papagaio.



No que tange às comunidades, percebe-se que há uma compreensão sobre a geracionalidade³⁸ e dúvidas sobre suas origens dos primeiros familiares na região, apesar das informações fornecidas divergirem. Porém, cabe ressaltar aqui o ponto de vista exclusivo dos entrevistados. Assim, Conforme Cleudiane (Prachata).

Prachata, segundo meu tio Raimundo, conhecido por Mundico meus antepassados, meu tataravô era Lucas Rodrigues, a esposa dele Tereza, e a filha Maria vieram de Minas Gerais, lá eles eram escravos, fugiram de uma fazenda...chegaram aqui por volta de 1880...habitaram em Praia Norte, trabalharam nos batelões e na extração da castanha no Pará ... Manoel Prachata e José Prachata já nasceram na área do Jatobá... começaram a habitar a região da ilha em 1926. (Almeida & Marin, 2014 p.2)

Quando perguntado a dona Luzinete Rodrigues de Jesus (Prachata) o porquê é Prachata? Ela explica que:

Quando eu me entendi, eu tenho 58 anos,... eu faço parte da comunidade Prachata, eu tenho 32 anos, que moro lá na comunidade...sou mãe de 13 filhos, e eu já conheci, eles conheciam o apelido, né? Porque o nome do meu avô era José Prachata. Então, eu acho que esse apelido que eles botaram já é do velho, né? José Prachata. O nome da minha mãe é Naíde Prachata, ela tem 107 anos, ela fez aniversário dia 12 de dezembro. (Entrevista 01 em 18 de março de 2025)

Conforme, Almeida, A. & Marin, R. (2014), na “nova cartografia” Luzinete Rodrigues de Jesus afirma:

[...] minha mãe disse que eles moravam em Marabá quando ela nasceu... Ela chegou aqui em mil novecentos e vinte e seis (1926), eles moraram aqui na Santa Rita... meu avô era o José Prachata e João Prachata, irmão da minha mãe. Ela nasceu em vinte seis, na mesma época que ela veio para cá, casou em cinquenta e teve treze filhos. O Manoel Prachata é tio dos meninos aí, meu também, mas eu não conheci.

Quando se remete a territorialidade dos Prachatas, remonta ao espaço ocupado e o reconhecimento do território e forma histórica que remonta a chegada dos primeiros negros trazidos para a região, ainda escrava e percebe-se a natureza constitutiva destes locais onde vivem. Assim a entrevistada Prachata 01, fala sobre como e quando chegaram à região. Percebe-se que havia escravidão nessa região.

Os nossos avôs, o pai do meu avô, se chamava Lucas, ele veio de Minas Gerais, ele veio no tempo da escravidão. Aí ele veio vendido pra cá. [...] O senhor vendeu?

³⁸ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos. Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação.

Sim! Daí eles formaram essa família, né! E aí, de lá vinha pra cá, e os velhos foram morrendo, foram ficando só os mais novos, e aqui por lá morre o velho, e o novo é assim, eles trabalham. ...Quando eles vinham pra cá, eles trabalhavam no negócio mexendo com castanha, entende? [...]Eles trabalhavam num tal de como que era? Se chamava? Batelão. Era onde o avô José Prachata e a irmã dele, que comandava esses batelões. E o povo parava pra trabalhar na castanha [...]vendia! Mas ele era livre pra vender, pra ir pra cidade! [...] o meu avô, ele já não era escravo mais. O pai dele que era.(Entrevistada Prachata 01 18/12/2024).

Percebe-se que a coleta da castanha era feita assim como a do coco babaçu, pois era silvestre e eram transportadas por água, via Araguaia-Tocantins, para sua comercialização. No tocante a escravidão, os fazendeiros compravam a mão de obra escravizada para trabalhar e desbravarem a região. Nesse sentido percebe-se que “as histórias de vida são marcadas pela violência, instabilidade, pobreza e falta de laços parentais extensos.” (Costa, 2015, p.107).

Figura 20: Castanheira na Ilha do Prachata



Fonte: Acervo da pesquisa, 18/03/2024.

Para Francisco Prachata, que teve sua infância no rio, pescando e cantando castanha. Que viveu sempre nesta região às margens do rio Tocantins e Araguaia. Quando perguntado sobre as embarcações, afirma que “o batelão é um barco grande. Naquele tempo não tinha motor, né? Era só no remo. Só que era como daqui é por lá, uns 10 metros, 15 metros canoão aí [...]” (Entrevistado Senhor Chico Prachata em 18 de dezembro de 2024).

Este teve a sua infância “Catando castanha” não conheceu o pai, pois “Meu pai, eu não sei contar bem dele, não. Porque quando eu me entendi, ele já tinha morrido.” Também não teve contato com os avós, “Só minha mãe” e não sabe dizer quando sua mãe chegou na região. Eles já estavam morando aí.” Veio de uma família de Dezenove irmãos. Com quem seu pai por ter duas esposas. Era dezenove irmãos. Que era vizinho do pai dela. Lá tinha um barracãozinho, mais tempo, lá. Um barracãozinho aí, de rancão, assim. Bem na ponta da ilha, do lado de baixo. Dessa mesma ilha deles, aqui. (se referindo a esposa dona Luzinete Prachata) Mesmo... mesmo... Só o piãozinho, só o macho lá.aquele barracãozinho aí. Nesse tempo não existia isso aqui (se referindo a Cidade), não. Isso era só mata. Era só mata pura. E pronto. E só no beiradão do Tocantins e no beiradão da Araguaia. Tinha morador. (Entrevistado Prachata 02, 18 /03/2024)

No fascículo da Nova Cartografia social das comunidades quilombolas em Esperantina (Almeida, Alfredo Wagner e Marin, Rosa, 2014), a pesquisadora e o pesquisador, Rejane Almeida e Paulo Gonçalves, que realizaram a pesquisa de campo, nos apresentou por meio das entrevistas nos territórios Quilombolas que os relatos dos Prachatas apontam para o fato de que eles já ocupam essa região há várias gerações e reconhecem seu território. Portanto, nesta pesquisa compreende-se que ao se remeter a esta comunidade em “luta e apropriação, os homens se constituem a partir da busca conjuntamente com outros homens, da divisão material e subjetiva do seu espaço” (Silva & Lucas, 2024, p.102). Nesse sentido, pela oralidade percebem-se os elementos constitutivos do território, como os saberes e a territorialidade. Assim, nas palavras do entrevistado, percebe-se também a concepção diacrônica pelo simples fato de existirem ali.

[...] Quando ele saiu tinha só o velho meu pai e nós, os outros já tinha ido embora, já tinha morrido o velho meu avô e o tio também. Os outros irmãos dele mais novo tinham saído, ido embora, ficou só ele de durão, aí o pai ficou tomando de conta. Sendo dono na terra de todos e ficou tudo para ele, na responsabilidade dele. [...] Em oitenta eles já ocupavam aí (Entrevistado Prachata 02, 18 /03/2024).

Quanto aos Carrapichés a origem da família está pautada na figura de Antônio Mendes da Silva, mais conhecido como Antônio Carrapiché (1911-1991), assim como seu território e a origem da comunidade também está intimidante ligado a sua figura. Segundo a visão de Almeida, A. & Marin, R. (2014). De acordo com os relatos de José Preto³⁹ - “Ele morava aqui no Araguaia também! Só que eles são de Caxias do Maranhão. Os pais dele eram de lá de Caxias, da região mesmo do Maranhão, onde foi escravizada muita gente, muita gente lá era escravo!”.

³⁹ Segundo o FNDE/MEC - O PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar) oferece recursos financeiros para os municípios e estados, que podem ser utilizados para a compra de veículos, manutenção, combustíveis e outros custos relacionados ao transporte escolar.

Almeida, & Marin, (2014), afirma que em conformidade com a fala de Raquel Carrapiché, seu avô Antônio Medes da Silva (Carrapiché) teve duas esposas “teve a primeira que é a mãe da minha mãe e, aí depois já com muito tempo, eles se separam, aí se casou com a mãe dela.” Se referindo à dona, Edite (Maria Edite Alves de Souza, 65 anos, filha da segunda esposa de Antônio Carrapiché, Dona Felipa) ela afirma em entrevista que seu bisavô veio do Maranhão “[...] o meu bisavô veio de Caxias do Maranhão. “Meu avô teve duas esposas. Teve minha avó, que foi a primeira esposa, e teve a mãe da comadre, Edite filha da segunda esposa.” A primeira era “Virgília França de Oliveira” e segunda dona Felipa (entrevistada, Dona Raquel Carrapiché, 19 de março de 2025).

Figura 21 - Antônio Carrapiché e Virgília França de Oliveira.



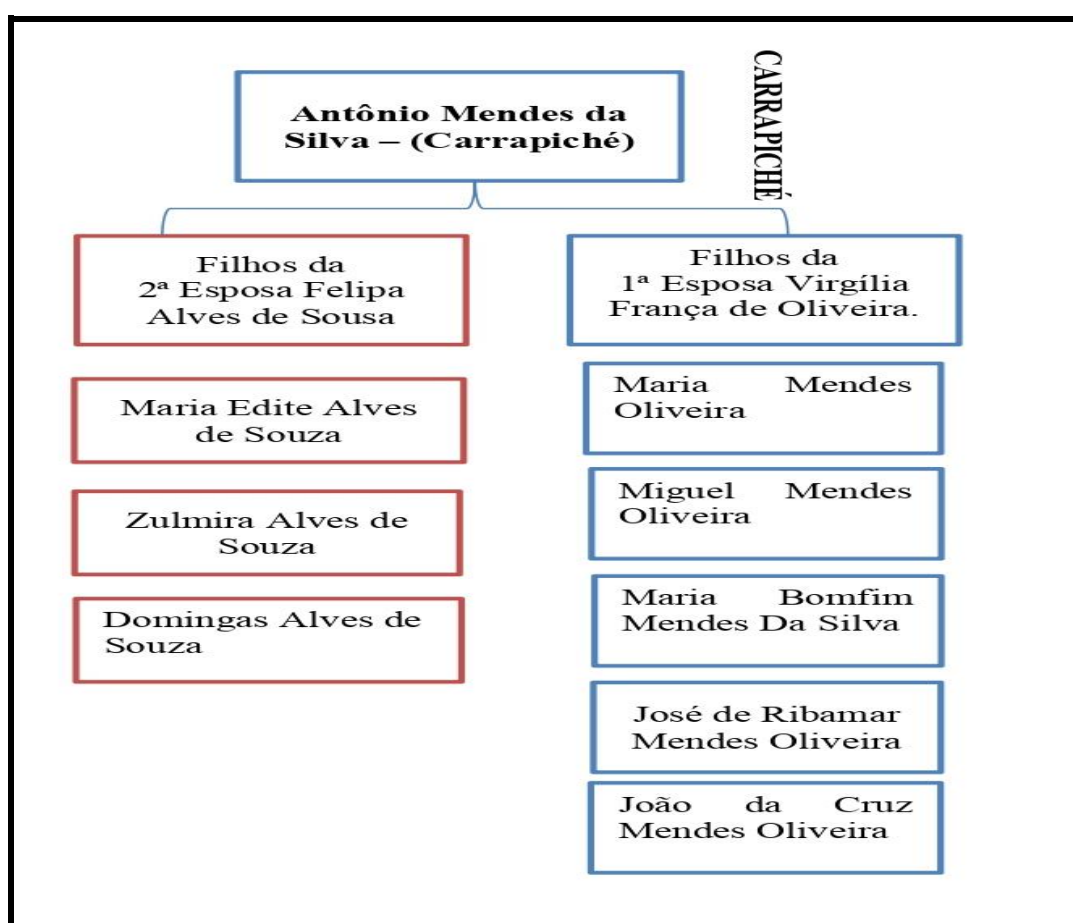
Fonte: Família Carrapiché, 2025.

Conforme relatos colhidos nesta pesquisa de campo, o senhor José Preto afirma que o senhor Antônio Carrapiché era filho de Pedro Carrapiché e herdou do pai o apelido. “Para Raquel Carraíché, os documentos de seu avô, Antônio Mendes da Silva (Carrapiché), nascido em Marabá, em 08 de julho de 1911, era piloto de embarcação chamada motor, fazendo viagens na região”. Climaco & Larroque, (2022, p. 361):

A família Carrapiché se torna conhecida por essa designação atribuída ao patriarca Antônio Carrapiché. Negro, nascido no ano de 1911, no município de Marabá-PA e falecido no Centro dos Carrapichés no ano de 1991, filho de Pedro Mendes da Silva e Josefa Severina da Costa, descendente de escravizados.

Dona Raquel Carrapiché, afirma que, “minha avó era Virgília França de Oliveira (falecida) e sua mãe Maria Bonfim Mendes da Silva (filha de Antônio Carrapiché)”. Que “São duas famílias” [...] A família da minha avó com o meu avô são cinco filhos. É uma família de sete filhos que minha avó teve. Mas teve dois, que foi no [entre], que meu avô se separou dela, né, que teve essa outra família. Portanto, Antônio Carrapiché se casou duas vezes. Dessas uniões foram gerados nove filhos (Clímaco & Larroque, 2022, p.361). Dentre as duas famílias, a segunda esposa foi dona Felipa Alves de Sousa (falecida), mãe de dona Edite Alves de Souza e mais duas irmãs.

Quadro 15 - Abaixo árvore genealógica da família Carrapiché



Elaborado pelo autor

Abaixo imagem de dona Edite Alves de Souza, filha de Antônio Mendes da Silva (Carrapiché) e Dona Felipa Felipa (falecida) Alves de Sousa, aos 65 anos, ao lado de sua filha Rosa, membro da Associação na localidade de Pedra de Amolar.

Figura 22 - Dona Edite Alves de Souza (à direita), filha de Antônio Mendes da Silva.



Fonte: Acervo da pesquisa, 19/12/2024.

Como constatado na pesquisa ele chega à região a procura de trabalho por volta da década de 1960 “em busca de trabalho nas grandes fazendas” (Clímaco & Larroque, 2022), porém observa-se que o processo de povoamento da região sul Pará, sul Maranhão e Norte Tocantins, intrinsecamente ligado ao ciclo da borracha, a sua extração e no final do século XIX de acordo com Velho (2009), findando esse ciclo, começaram a trabalhar com a extração da castanha do Pará (Marcos & Sulo 2012).

Foi nessa busca de trabalho e de sobrevivência na década de 1960, que Antônio Carrapiché chegou à microrregião Bico do Papagaio, sem-terra, fugindo da guerrilha do Araguaia e conseguiu um trabalho de agregado nas terras que posteriormente se tornariam da fazenda TOBASA, próximo ao município de Esperantina que, nessa época, era conhecido como São Sebastião do Tocantins. Na referida fazenda, trabalhou por um período de mais de dez anos, saindo somente devido à desapropriação da área para fins da reforma agrária, conforme Decreto nº 92.818 de 24 de junho de 1968. Mas, antes da ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, segundo o Genro de Carrapiché, o dono da Fazenda falou para Antônio Carrapiché “vou te dar uma canoa de motor, por que não tenho como te indenizar, então vou te dar a Pedra de Amolar do tamanho de 10 lotes de 10 alqueires cada um” Entrevista 10, Genro de Carrapiché, 08/03/2020, p.02, (Clímaco & Larroque, 2022 p. 362).

Cabe ressaltar que assim como Veríssima Dilma Nunes Clímaco e Luís Fernando da Silva Larroque (2022), esta pesquisa também não encontrou evidência documental que ateste essa afirmação, porém é veementemente afirmado pelos entrevistados. O local conhecido como “pedra de amolar” é considerado parte de seu território, um lote de 10 alqueires titulado no nome do senhor José Antônio de Sousa – Zé Preto. Observando que a política de reforma agrária e próprio órgão de Colonização e Reforma Agrária não se ateu ao processo histórico geracional das comunidades naquele território, quando houve processo de registro e regularização fundiária.

Antônio Carrapiché permaneceu morando na Pedra de Amolar, como proprietário dos alqueires de terra que seu antigo patrão havia lhe doado. Continuou sua luta, para conseguir o sustento da sua família, além de pescador, agricultor, trabalhou como piloto de barco. Nesse período o barco era o meio de transporte mais usado devido à ausência de estradas, nele ele transportava tudo o que conseguia tirar da natureza, couro de animais, castanhas, frutas para trocar nas cidades mais próximas com quem mantinha relações comerciais e adquirir alimentos e objetos não havia no seu lugar de moradia (Clímaco & Larroque, 2022 p. 363).

Nesse contexto de relatos percebemos o encontro temporal das duas comunidades em questão, onde são citadas. E nas palavras de Raquel Carrapiché,

E aí, desse tempo, eles vieram de lá, diz que corrido, né? Assim, a história, sempre que meu avô contava, saiu de lá corrido. Nesse tempo era do... Esse lote aqui era do senhor Manuel Prachata, que era da família dele aí. Entendeu? Aí deles, que foi vendido por um fazendeiro chamado doutor Salim (Baruque). Fazendeiro... Que era o dono da fábrica de coco... Doutor Salim. Pois é. E aí foi que nessa jornada aí toda, né, aí meu avô ficou trabalhando pra ele. Entendeu? Mas sorte que meu avô já teve muitos tempos aqui, quando era... Esse senhor, Manuel Prachata, que eu vi, né? Ele ia com o Manuel Prachata. Porque não tinha pra onde ir. Aí eles deram um pedacinho de terra ali pra eles ficarem enquanto eles se ajeitavam né? Aí foi um tempo que esse... O doutor Salim comprou e ele ficou. E aí foi o tempo da invasão, tudo aqui. Né? Que os posseiros entraram. E tudo aí o doutor Salim deu essa parte aqui. Foi 50 alqueires de terra. (Entrevistada 08 Carrapiché, 19/12/2024)

De acordo Clímaco & Larroque, (2022 p. 364), com o falecimento, de Antônio Carrapiché em 1991, apenas uma “filha com seu esposo e os sete filhos continuam morando no Centro dos Carrapichés” sendo que os “demais filhos e filhas foram morar em Apinagés-PA, Repartimento-PA, e Marabá-PA” deixando o local pela falta de acesso aos bens público, e a ação de grileiros da região.

Nesse contexto percebe-se o tempo histórico em questão, que retrata em muitas de suas falas a expulsão de posseiros por fazendeiros e grileiros, e a ação truculenta na região de confluência, Sul do Pará e do Maranhão e Norte do Tocantins. Que proporciona uma reforma agrária ao contrário, onde os posseiros menos favorecidos foram expulsos de suas terras para dar lugar aos grandes latifúndios em áreas do Estado.

De acordo com o Decreto n.º 4.887/2003, as comunidades quilombolas, Carrapiché e Prachata, são povos camponeses, étnico-raciais, com culturas específicas, que se autorreconhecem como remanescentes quilombolas, e, portanto, têm o direito constitucional à propriedade definitiva e acesso às respectivas políticas públicas (Souza & Desidério, 2020).

7.3 O território imaterial das comunidades Carrapiché e Prachata: processo de reconhecimento.

As comunidades tiveram seu reconhecimento pela fundação Palmares e fazem parte das nove (9) comunidades reconhecidas na região norte do estado, sendo quatro delas, “Ilha

de São Vicente (município de Araguatins); Carrapiché, Ciríaco e Prachata (município de Esperantina)” (Lopes, 2017), localizadas na microrregião do Bico do Papagaio. Sendo por suas características e singularidades, atraiu pesquisadores e entidades que puderam atestar esta como uma comunidade que assemelhava remanescente de quilombolas.

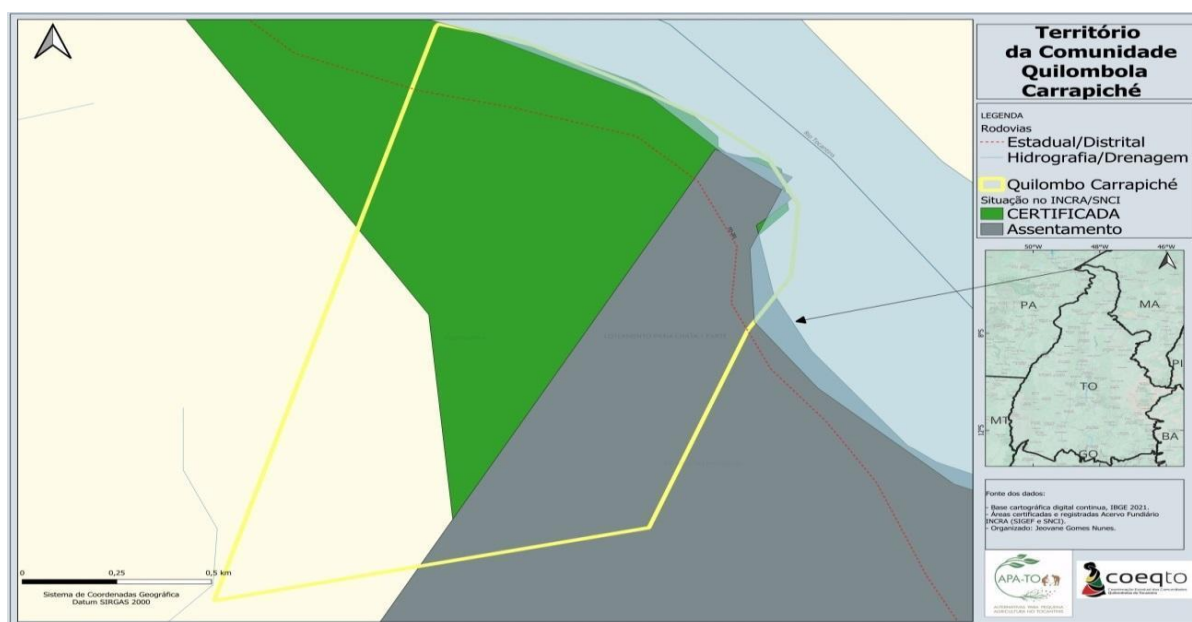
7.3.1 Comunidade Carrapiché

A comunidade Carrapiché é uma dessas comunidades que foi durante muito tempo privada dos seus direitos de acesso aos bens públicos, bem como o seu direito à terra que segundo dona Raquel Carrapiché, teriam sido oferecidos pelo fazendeiro. Salim Baruque, com quem tinha trabalhado Antônio Carrapiché. Por muito tempo se aguardou a regularização onde sofreram com situações de exclusão social e de direitos fundamentais como acesso à saúde, educação e estrada de acesso ao município.

Diante disso, foi realizada uma visita ao local, agora um assentamento do INCRA, a fim de certificarem-se da realidade; constataram se tratar de um lugar habitado somente por membros de uma mesma família todos os negros, ribeirinhos que viviam da agricultura para autoconsumo e pesca artesanal e com traços culturais fortemente relacionados com a cultura quilombola. Após essa constatação, receberam por meio da Fundação Cultural Palmares, a certidão de autodefinição como Comunidade Remanescente de Quilombos Carrapiché no ano de 2015, que a partir de então os definiu como quilombolas. (Climaco & Larroque, 2022, p. 364).

Em 1992, por meio da ação do INCRA que transformaria a área em assentamento rural deu posse a apenas uma pessoa, fragilizando as relações sociais, econômicas e culturais dessa comunidade. Abaixo o mapa da área do território da comunidade Carrapiché no município de Esperantina, Tocantins.

Figura 23 - Mapa do território da comunidade Carrapiché



Fonte: COEQTTO.

Em 2015, veio à certificação e reconhecimento da comunidade (conforme anexo C), isso alterou o modo de vida e de pesar da comunidade que viu a possibilidade de rever o território outrora invadido por posseiros e fazendeiros. Pois, “[...] a identidade de remanescente de quilombo emerge, assim, em um contexto de luta em que resiste às medidas administrativas e às ações econômicas através de uma mobilização política pelo reconhecimento do direito às suas terras” O’Dwyer (2002, p. 272)

Após esse processo de autodefinição e reconhecimento da comunidade, que teve a participação especial das universidades através de pesquisas e debates que trouxeram à luz as suas realidades, da mesma forma o da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins - COEQTO. Dando início ao processo de busca por melhorias de acesso aos bens públicos. De programas de apoio como o citado em entrevista “quintal produtivo”. Assim como outro mencionado na última entrevista, no dia 24 de março de 2025.

[...]ganhamos R\$ 10.000 pra fazer um galpão de reuniões dentro da nossa comunidade, nós ganhamos né esses R\$ 10.000 [...] está construindo devagarzinho porque a chuva, a chuva não está deixando a gente construir, mas lá pro mês de maio, por aí assim, já está no ponto de entrar. (Entrevista 18, em 24/03/2025)

Percebe-se aqui que através do acesso a recursos públicos, a comunidade melhorar suas condições de vida, fortalece os vínculos sociais, comunitários, além de estimular a permanência destes no seu território.

7.3.2 Comunidade Prachata

Os Prachatas apresentam uma estreita relação com seu território. A Ilha, que tanto os instiga a lutar, fica a 15 km da sede do município. E o pouco acesso que tem foi construído pelos mesmos. Essa dificuldade os trouxe para a cidade para poderem acessar os bens públicos. Nesse sentido emerge a necessidade de lutar para garantir que essa situação seja mantida.

O processo de autodefinição e reconhecimento da comunidade veio em 18 de novembro de 2015 (Conforme Anexo D). Trazendo consigo a esperança de dias melhores, dando um passo importante para a comunidade requerer a regularização de seu território no que concerne ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal; que reconhece o direito de propriedade das comunidades quilombolas aos seus territórios. E o uso dos dispositivos legais para isso, conforme (Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003) que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento,

delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Nesse caso, cabe observar que a comunidade reside em parte na cidade, em uma das ruas possuem casas e moram quase todos na mesma rua, a Rua São Luiz, Bairro Nova Esperantina, (Esperantina-Tocantins) por falta de acesso e ação de grileiros e fazendeiros detentores do poder econômico. Para tratar sobre o tema, Oliveira (2001, p.190), afirma que o “território capitalista, no Brasil, tem sido produto da conquista e destruição dos territórios indígenas”, e, também, ressaltamos, dos povos quilombolas.

A comunidade se classifica como comunidade étnica rural de ribeirinhos, além de pescadores (as) e lavradores (as). Eles buscam através de sua entidade captar recursos e participar de programas que os ajudem a melhorar a qualidade de produção e de vida destes, preservando a relação com seu território geracional. Como afirma a entrevistada,

Mas não é fácil para nós lá, não. A gente vai porque é lá onde o pão da gente, é lá, né? A gente pesca, a gente planta melancia, abóbora, feijão, milho. Agora nós estamos plantando a rocinha, né! Que é roça comunitária, é de nós todos, da comunidade (Entrevisto. 01. 18 /12/2024).

Observa-se que como o reconhecimento está ligado ao território, à ilha tem sido sua principal bandeira de luta, que está acompanhando o processo de estudo, necessário para a demarcação de terras quilombolas, que envolve a elaboração de um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), além da autodefinição da comunidade. Está sendo acompanhado de perto pela associação e a liderança da comunidade. Conforme informações nos informada nas conversas durante a pesquisa de campo, esse processo de demarcação remonta ao tempo dos seus avós, conforme entrevista concedida pelos familiares. “Já é muito tempo. É que era dos veios. É porque essa área de terra era do nosso povo” (Entrevistado. 04, D.C, 18/03/2025).

Compreende-se que devido essa perspectiva territorial e geracional em que “as relações sociais e políticas constroem em um território subjetivo e/ou ideal, que contribui para a formação do imaginário das pessoas” (Silva & Lucas, 2024, p.102). Sendo esse imaginário responsável por uma construção de um mundo ideário que permeia o imaginário coletivo. Esse imaginário constitui-se pelas lutas, vontades, ideias, e uma relação muito forte com o seu espaço territorial.

É importante reconhecer-se, porém, ser conhecido é a grande questão aqui. Ser visto, notado e compreendido, atendido em suas necessidades, primeiro direito expresso na Seção II do Capítulo III da CF/1988 - Art. 215 e 216, que garante os direitos culturais sobre os bens

materiais e imateriais. Dessa maneira, Segundo Silva & Lucas, (2024) apud Silva, (2015) afirma que,

O reconhecimento (intersubjetivo) torna-se fundamental, enquanto a modernidade é introjetada no cotidiano das pessoas, trazendo com si um individualismo social coletivo e uma constante busca por uma equidade que só vem ou não, através de um reconhecimento da sociedade. Todos o buscam, porém, poucos alcançam esse objetivo, e mesmo apesar de muitos aspirarem o igual reconhecimento por parte da sociedade e do Estado, poucos são vistos. O indivíduo se constrói intersubjetivamente dentro do seu espaço de convívio, seja da casa, da feira, das ruas, dos encontros sociais, e o contato com outros homens, isso delimita subjetivamente um espaço, (Silva & Lucas, 2024, p.102).

O reconhecimento vem de outros, porém o autorreconhecimento é o primeiro passo para ser notado. A certificação acima é fruto de uma política pública que garante os direitos culturais sobre os bens materiais e imateriais (Art. 215/216 da CF/1988) e representa um ganho as comunidade e sociedade de modo geral, pois preserva o patrimônio imaterial dos povos tradicionais e os espaços de debate e pesquisas acadêmicas com esta em questão, que visa apresentar as dificuldades enfrentadas ao tentar acessar os bens públicos essenciais a sua sobrevivência e a preservação das suas tradições e modo de viver e a relação com o meio ambiente a sua volta.

7.4 A Comunidade Quilombola Carrapiché e Prachata na Atualidade.

Nesta seção apresentamos as duas comunidades que participam da pesquisa e os caminhos que levam a estas descrições pelo olhar dos interlocutores/as das comunidades. A comunidade Carrapiché conforme descrito nas seções anteriores inclui sua localização, a 12 km da sede do município seguindo por estrada vicinal (TO 201) até a comunidade.

Conforme Clímaco & Larroque (2022) a Comunidade Quilombola Carrapiché iniciou sua organização territorial na microrregião do Bico do Papagaio, na década de 1970. Chama a atenção por ser a menor comunidade no que tange ao território, onde habitam nove famílias que totalizam um quantitativo de quarenta pessoas, entre crianças, jovens e adultos.

7.4.1 Os Carrapiché

Hoje a comunidade conta com um núcleo localizado no local conhecido como pedra de amolar. Conta com casas rústicas, cobertas de palha e cercada de tábua e outros como retratado pela presidente da associação e líder da comunidade, dona Raquel Carrapiché em entrevista concedida em 20 de março de 2025. No qual uma de suas principais necessidades

são unidades habitacionais, dignas. Pois segundo relatos das entrevistas, afirma isso, principalmente no que diz respeito às casas, “nossa comunidade é pobre [...] nossas casinhas cobertas de telha Brasilit, tampada de tábua, de palmeira”.

Muitos deixaram a comunidade em busca de uma vida melhor em outras localidades, como: Pacajá – Pará, outros em Repartimento no Pará, pois não havia na época professores, acesso para o município. As pessoas que permanecem são nove famílias, dona Fátima tem terra anexa, que foi comprada por ela mesma.

Figura 24 - Casa rustica coberta de palha e paredes de barro na comunidade.



Fonte: Acervo da pesquisa, 19/12/2024.

Figura 25 – Casa rustica coberta de palha e paredes de tábua na comunidade



Fonte: Acervo da pesquisa, 19/12/2024.

Quanto à educação, as mesmas não estudam na comunidade, pois a escola local não atende as necessidades das comunidades. Devido os horários e o período da tarde. “Muitos alunos ficavam largados por conta que a aula terminava mais cedo” (Raquel Carrapiché 2025), por conta dos horários dos ônibus e devido ao movimento de bares na localidade, sendo que não havia pessoas para cuidar das crianças, até os pais chegarem para esperar o ônibus escolar passar.

No que tange às manifestações culturais, as festividades, o espaço e o território, nos debruçamos sobre o valor dado a estas expressões, o valor que estes dão às suas tradições e localidade, por mais simples que sejam suas moradias e seu modesto local, é grande. Estes significados são demonstrados nas tradições e vivências e valores que são transmitidos, geracionalmente, identifica-se aqui uma ação geracional de transferência cultural para os mais jovens. Uma dessas manifestações está materializada e registrada para além desta por, Clímaco & Larroque, (2022), em seu olhar percebe-se que:

Além da relação com a terra e o rio, destaca-se, na comunidade dos Carrapichés, a festa do Divino Espírito Santo que, conforme já referido, trata-se de um legado cultural deixado pelo patriarca da comunidade. Ela acontece no último domingo do mês de julho e há uma calendarização das datas dessa festa nessa microrregião Bico do Papagaio, para que cada comunidade tenha seu período fixo de realização. O primeiro festejo deve ser realizado no dia de “Pentecostes” e as demais localidades e povoados que realizam essa festa se organizam nesse período de 31 de maio até a última semana do mês de julho. Nessa calendarização, o ciclo dessa festa se encerra com o festejo em Carrapiché e essa data se tornou bem providencial, pois assim os participantes das outras comunidades, que já estão seguindo as festas, vêm para Carrapiché e, com sua presença, faz a tradição não esvaecer, (Clímaco & Larroque, 2022, p. 373)

Sobre essa fala, uma das netas de na Edite, explora bastante e eloquentemente retratando como é essa manifestação que atrai tantos olhares sobre a cultura Carrapiché, em uma mistura de catolicismo e religião africana, um misto de significados, que remonta a construção do projeto de nação, bordado por autores clássicos nacionalistas que buscavam pavimentar um olhar sobre a cultura brasileira, na construção de uma identidade nacional, na percepção de Gilberto Freyre (1933), e associado a concepções de tropicalidade, a abordagem cultural e a herança do catolicismo, além da compreensão sobre o sagrado e profano de Mircea Eliade (1907;1986; 1992).

Por essas concepções que nos ajudam a compreender esse fato social, e a religião no contexto das comunidades remanescentes de quilombolas, e a Carrapiché. Dona Edite, destaca que:

[...] faço meu festejo todo ano. Todo ano eu faço. Festa grande, vem gente do São João, Apinajés, aí de Araguatins, até aqui dessa região daqui dos Prachatas, é dali do Bacurizinho”. Esse pessoal daí, prainha, todo vem pra cá. Zé preto: Em oitenta e um foi tirado (Entrevistada 18/12/2024).

De acordo a entrevistada, (04 S.A.S), neta de dona edite que retrata como é a festa, quando questionamos: Como vocês olham a tradição? Como é essa tradição para vocês, jovem? Como vocês pretendem continuar com isso? O que representa para vocês? Como vocês reconhecem isso? E eles ressaltam que sim. Nas palavras dela, percebemos o desejo de continuar a tradição, aprender e repassar esse saber. Observando que há um processo de repasse dos saberes tradicionais aos mais jovens na comunidade, assim como uma oportunidade, um processo de ressignificação destes por parte dos mais jovens.

Sou neta da chefona, né? Ela que faz o festejo. Eu estou no meio, né? Querendo aprender, aprendi já. Estou querendo aprender mais e mais para, na frente, dar continuidade. Até porque é uma cultura, já que vem dos nossos antepassados. E é muito divertido. É um momento que a gente reencontra vários familiares também. Momento para descontrair, se divertir, formar novas amizades. E é isso aí.

Bom, o festejo é do Divino Espírito Santo. É o quê? Três dias, né, vó? Dois. É, mas é três. Começa no sábado, aí o domingo e encerra na segunda-feira. Aí, no sábado, temos a levantação do mastro. Aí entra para dentro da igreja com a salva. Eu acho que às sete horas da noite tem a reza. Aí tem os cânticos também. Tem o leilão. E depois tem a sussa. No sábado, a gente leva até às três, quatro horas da manhã, porque também não pode prolongar muito, porque no domingo temos que estar enchendo o batente na cozinha para dar alimento para o pessoal.

Aí, no domingo, continuamos tudo de novo. E aí, quando é na segunda-feira [...]. No domingo, a gente amanhece até o dia na sussa, né? E quando é na segunda-feira, vem a despedida, que é a derrubação do mastro, a troca de faixa entre o pessoal, para quem quer ser o capitão, quem quer ser a Ofélia da Bandeira, que são os juizes, que são parte do membro lá do altar, né? E aí tem a despedida. E aí, quando dá, umas onze horas, já terminou, onze, doze horas, aí todo mundo vai embora para casa de novo. Aí, quando dá uns sete dias, a gente vai desmanchar o altar. (Entrevistado, 04, entrevistada em 19/12/2024.)

Nesse contexto percebe-se a mística em torno da festa e o simbolismo. Quando abordada sobre a proposta de carregar essa tradição e representar essa cultura há uma resposta de imediato: “você tem a intenção de carregar essa cultura para a sua vida?” (Entrevistada 14) “Bom, assim, no meu pensamento, no meu pensar, eu quero, sim, continuar, quero dar continuidade, quero estar aprendendo para mais na frente, estar ensinando para os mais jovens e para ver se continua até não deixar a nossa cultura morrer” (entrevistada, 04 S.A.S 19/03/2024). Com relação à festa, abaixo imagens do local da festa e do mastro.

Figura 26 – Imagem do Mastro usado nos festejos



Fonte: acervo da pesquisa 19/12/2024.

Abaixo imagem do Local da Festa, ao fundo da igreja local, sem caracterização de seguimento religioso.

Figura 27 - Local da Festa, ao fundo da igreja local.



Fonte: Acervo da pesquisa 19/12/2024.

O'Dwyer (2002, p. 171) salienta que: “[...] as manifestações culturais têm grande importância no processo de reelaboração da identidade étnica. Servem como valores de auto afirmação, como meio de demarcar sua identidade em relação aos de fora e de implementar a organização política na defesa de seus direitos comunitários”. Nesse sentido a festa em questão possui uma importância no processo de afirmação e identidade desta comunidade, saber que esses valores estão sendo transmitidos às futuras gerações traz consigo a sensação de que a cultura vive apesar das fortes influências de religiões cristãs (protestante/ortodoxas) na comunidade.

7.4.2 Comunidade Prachata

A comunidade Prachata é a que apresenta características mais urbanas, pois moram em uma única rua, bairros dispersos no município, distante do seu território geracional. A ilha fica a 15 km da sede do município, seguindo inicialmente pela (TO 201) que não é pavimentada. Seguindo por uma vicinal e por um corte na mata entre as árvores até a beira de um braço do rio Tocantins que eles chamam de lago. Nesse local o transporte é por água no remo e canoa. Abaixo a imagem da travessia para a Ilha Prachata.

Figura 28 - Travessia de Canoa – Ilha Prachata.



Fonte: Acervo da pesquisa 18/12/2024.

Após atravessar, uma caminhada de 20 minutos aproximadamente até a sede da comunidade onde se encontra o velho galpão, uma casa de morada fechada de tábuas e um curral para o gato. Foi relatado que há invasores na ilha e que a criação de animais (gado para leite e corte). Como ressaltado pela comunidade: Prachatas – são os quilombolas mais antigos da microrregião Bico do Papagaio⁴⁰, que também estão em processo de reconhecimento (Comunidades-NCS, 2014).

Figura 29 - Caminhada através da mata, Ilha dos Prachata.



Fonte: Acervo da pesquisa

Como pescadores, observamos o seu material de pesca, presença e forno para fazer a farinha de mandioca, ao lado, uma roça de toco tradicional retrata a vida de quem mora ali, distante da cidade, sem meios de transporte adequados, e sem estradas e/ou acesso adequado.

⁴⁰ A microrregião do Bico do Papagaio no Tocantins é uma região por onde passam duas importantes rodovias federais: a BR-153 (Belém-Brasília) e a BR-230 (Transamazônica), que ligam o Tocantins ao Maranhão e ao Pará. Há rodovias estaduais que dão acesso à região, como a TO-134 (conhecida na região como Transbico, que dá acesso à Transamazônica) e a TO-201, que passa por vários municípios mais ao norte, estendendo-se do rio Tocantins ao rio Araguaia (Carvalho; Costa; Palmeira, 2006; Silva, 2015).

Figura 30 - Barracão com materiais de pesca e casa de farinha.



Fonte: acervo da pesquisa

Residentes no percurso diário entre a ilha e a cidade. Onde se reúnem, junto a sua entidade representativa e sua representante para lutar por direitos. Os jovens sonham com o dia em que tudo isso mudará, e com uma comunidade unida e forte em seu território. Este é seu maior desejo, está expresso nas palavras do jovem John Prachata, “O que nós mais esperamos é o acesso” (Entrevista em 20 de março de 2025). Portanto, há uma concepção de pertencimento à ilha, onde trabalham na lavoura e exercem a pesca nos lagos e no rio, criam gado e se sentem felizes.

Lá na comunidade, é um lugar onde a gente se sente mais confortável. É um lugar que nós vivenciamos há muito tempo. Aí fica chato, porque nós não temos acesso. Como não temos acesso, nós ficamos distantes da comunidade. A distância de ir, não tem. A gente não tem esse acesso. E assim a gente vai se afastando, porque não tem acesso. E fica dificultoso. O transporte é bom. Não tem transporte. Aí tem a questão que hoje a gente tem que ter o trabalho. Agora, hoje em dia, se não trabalhar, fica... Aí fica meio ruim. (Entrevista. 03 J.K Prachata, 18/03/2025)

Abaixo a imagem dos seus instrumentos de pesca”. Galpão de farinha e curral localizado na Ilha. Felicidade para eles está atrelado a Ilha, ao território.

Figura 31 - Abaixo a imagem do Barracão da comunidade na Ilha Prachata vista de longe.



Fonte: Acervo da pesquisa, 18/12/2024.

Figura 32 - Abaixo Imagem do Barracão da comunidade na Ilha Prachata vista de dentro



Fonte. Acervo da pesquisa, 18/12/2024.

Ressalta-se, que a comunidade Prachata reside em parte no perímetro urbano, pois residem em parte na Rua São Luiz, Setor “Nova Esperantina” uma peculiaridade que assim como outras comunidades remanescentes enfrentam a falta de aporte do poder público para que possam manter-se em seu território geracional. Nesse sentido, poderíamos caracterizá-lo

como uma comunidade tradicional que foi empurrada para a área urbana, pois ainda não se tem a posse definitiva do território.

Figura 33 - Rua São Luiz



Fonte: Acervo da pesquisa, 2025.

Acima, as imagens da Rua São Luiz, onde residem membros da presente comunidade, e onde fomos recebidos por dona Luzinete Rodrigues de Jesus e Senhor Francisco Dias dos Santos, e família. Tirada pelo autor durante a pesquisa de campo realizada em 2025.

Figura 34 - Imagem com a Família Prachata



Fonte: Acervo da pesquisa, 18/12/2024.

O próximo capítulo trará uma análise sobre as políticas públicas e as comunidades remanescentes de quilombolas Carrapiché e Prachata, como objetivos desta presente pesquisa. Cujo cerne seria compreender se estas comunidades possuem acesso às políticas públicas básicas, como saúde, educação, assistência social, transporte, moradia, acessibilidade aos meios de comunicação, telefonia, financiamento, e principalmente, o reconhecimento do poder público.

8 COMUNIDADES REMANESCENTE DE QUILOMBO - CARRAPICHÉ E PRACHATA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

“Dizer que a prefeitura dá assistência sem nada aqui, não dá não” (Entrevistado, 03).

Neste capítulo trataremos uma análise das comunidades remanescentes de quilombolas Carrapiché e Prachata no Município de Esperantina, Tocantins à luz das políticas públicas, observando sua acessibilidade no contexto de suas necessidades mais básicas. Assim como as de maior importância. De acordo com os objetivos desta pesquisa que busca compreender e apresentar de forma crítica e reflexiva a realidade social destas comunidades, no que tange ao acesso às políticas públicas básicas, assistência à saúde, educação, assistência social, transporte, moradia e acessibilidade aos meios de comunicação, como: telefonia, Internet, além de financiamentos, e principalmente o reconhecimento do poder público.

8.1. As Comunidades Carrapiché e Prachata no âmbito das políticas Públicas.

Observando as comunidades remanescentes de quilombolas Carrapiché e Prachata no Município de Esperantina, Tocantins. E após pesquisa de campo e análise de dados colhidos em sites, revistas acadêmicas, e outras fontes, visita principalmente de capô com entrevistas semiestruturadas em loco e dos efeitos às causas via tele móvel (fermentas digitais como meet e WhatsApp), chega a conclusão que há uma certa “negação” histórica dessas comunidades remanescentes de quilombolas na microrregião do Bico do Papagaio. Pois até mesmo no processo de fundação do município não reconhece as comunidades em seu percurso histórico, que é atribuído a pessoas vindas de outra região, os “Srs. Felipe da Silva Ribeiro e Vitoriano da Silva Ribeiro” em 1974, sendo que estas comunidades não são citadas.

8.1.1. Comunidade Prachata

Conforme informações das comunidades estas registram a sua existência na região bem antes de exploradores acamparem por estas terras, mesmo assim não entram como parte da comunidade fundadora no território, mesmo ocupando o referido espaço. Conforme informado por Almeida & Marin (2014) a comunidade Prachata estaria como a mais antiga família a ocupar o território, assim conforme relatos de entrevistada.

Segundo meu tio Raimundo, conhecido por Mundico, meus antepassados, meu tataravô era Lucas Rodrigues, a esposa dele Tereza, e a filha Maria vieram de Minas Gerais, lá eles eram escravos, fugiram de uma fazenda...chegaram aqui por volta de 1880...habitaram em Praia Norte, trabalharam nos batelões e na extração da castanha no Pará ... Manoel Prachata e José Prachata já nasceram na área do Jatobá... começaram a habitar a região da ilha em 1926 (Almeida & Marin, 2014, p.2).

No entanto, compreende-se que estes ao ocuparem as margens dos rios Tocantins e Araguaia, eram identificados como uma comunidade negra rural, e muito pressionados pela ação dos que detinham o poder político e econômico local, esquiavam-se desse ambiente mais populoso, sendo, portanto, deixado às margens da história. Estes não entraram nos anais da história regional até recentemente, muitos têm negado a visibilidade, seja pela literatura, governos locais ou pelo próprio Estado. Do ponto de vista de Lopes (2022) quando se remete a estes estudos afirma que.

A maioria desses trabalhos são estudos detalhados de determinadas comunidades, de sua história e situação atual, mas apenas uma minoria problematiza assuntos que vão além de uma boa etnografia ou etnohistória local, ou seja, frequentemente fiquei com a impressão de uma “volta à década de 1950” com seus “estudos de comunidade”. As causas dessa tendência são evidentes, porque, afinal de contas, os estudos sobre comunidades negras, sejam elas rurais, urbanas ou periurbanas, não são e nem poderiam ser realizados num vácuo político. Seria uma grande ilusão imaginar a produção desses trabalhos sem relacioná-los, de alguma maneira, com políticas públicas voltadas para as questões territoriais, econômicas, culturais e identitárias das comunidades quilombolas. E é claro que o campo temático ficou influenciado pelas atividades da militância em defesa dos direitos constitucionalmente garantidos de minorias étnicas.

Possivelmente o acesso destas comunidades aos bens públicos básicos, foi-lhes negado da mesma forma, assim como a sua própria existência como quilombolas. É o que percebe-se nas falas dos entrevistados, quando remetidos a diálogos com lideranças locais. Portanto, a falta de acessibilidade histórica dessas comunidades que mantidas em isolamento, as fizeram migrar para cidade em um todo ou em partes em dado momento.

Nesse contexto, percebe-se aqui a ineficácia do sistema público devido à falta de interesse, quanto à manutenção dessa comunidade no seu território, no qual garantiria sua preservação e principalmente do seu modo de vida. Em se tratando de políticas públicas, compreende-se aqui, assim como Teixeira (2002) que “Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público”, garantidos estes por lei em específico pela constituição Federal de (1988) que garante que todos possam ter acesso aos bens públicos.

Nesse sentido, como destaca Silva (2015) é uma ação exclusiva do poder público, aquele que detém os instrumentos necessários à sua aplicação. E cabe a política pública compreender-se como “um conjunto de intervenções e ações do Estado orientadas para a

geração de impactos nas relações sociais, sendo as mais conhecidas às políticas de educação, saúde, assistência social, transporte e habitação, entre outros.” (Silva, 2015 p. 27 apud Santos 2008 p.03). É nesse sentido de ação e/ou intervenção do poder público que se caracteriza como política pública.

Como a ação e/ou intervenção do aparelho técnico, jurídico e estrutural da administração pública, seja, o estadual, o municipal e ou de órgãos ligados a estes, de forma técnica e ordenada, levando em consideração as demandas locais ou regionais, adicionados ao planejamento, alocação de recursos para a execução de obras públicas em um determinado espaço/território, seja ela física ou não. A simples ação de limpeza ou desobstrução de uma via pública rural ou urbana, ou um mutirão de limpeza, ou encascalhamento e/ou movimentação, etc em via rural, é resultado da necessidade de um determinado público, portanto compreende que são “[...] essas ações conjugadas [...] ações estatais dignas, no formato de política pública voltada ao atendimento e respeito a todos os povos, e territórios (Silva, 2015 p.26)”. Dessa maneira percebe-se como fundamental a ação política do estado, onde,

[..] a política é à base de construção das sociedades, e as sociedades precisam de ações políticas que beneficie o todo, de modo a suprir a necessidade da população. Podemos supor que essas ações são consideradas políticas públicas. Rua (2009, p.20) afirma que “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”. (Lima, 2012, p. 50). Nesse sentido, observamos que mesmo que um conjunto de ações que emane do estado e sejam direcionadas a um determinado território seja efetivamente uma política pública de fato (Silva, 2015 p.26).

Portanto, compreender que a aplicação de um recurso seja na abertura de novas estradas e/ou pavimentação de uma estrada rural, pode ser caracterizada como uma ação assertiva e tem sua importância na vida das pessoas, e para tanto é fundamental no contexto macro da política pública. É a ação que garante a acessibilidade das pessoas de uma determinada região e aos bens públicos. Ação que contribui para o escoamento da produção agrícola e outros, garantindo o acesso deste público, no caso das comunidades rurais, e/ou tradicionais de facilidade no acesso aos aparelhos públicos e sistemas de saúde, educação e benefícios sociais, além de permitir ao próprio poder público mapear e gerir melhor o seu território. Ou seja, um benefício mútuo, onde “as políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político” (Teixeira, 2002, p.02).

Porém, a vontade política por si só não deve prevalecer, a ponto de interferir diretamente no resultado desta, pois sem essa (a política pública) não chega ou não é executada com eficiência, a sua inação obstrui as artérias que permitem o bom fluxo

administrativo, que garante à execução de obras públicas e o acesso dessas comunidades aos bens públicos.

Nesse sentido, o que a comunidade precisa não é assistida em virtude da falta de vontade dos agentes públicos. Conforme a liderança e representante da comunidade. Sobre o acesso à margem do lago para a travessia feita de canoa, fizemos a seguinte pergunta: O que falta pra conseguir abrir essa estrada?

A primeira coisa é o interesse do poder público. Entendeu? Porque quando a gente vai lá solicitar aquela mesma do Lago Grande, solicitar uma melhoria, uma raspagem. Ah, não! Não tem interesse em fazer aquela área não. Amanhã, daqui a um ano, o carro vai. Não, mês que vem, já vamos agendar aqui, o carro vai lá. E nunca, só teve um prefeito que prometeu e fez. Um prefeito! Só um. Chama-se Bina. É Albino Cardoso (em 2010). (Entrevistado N.05, Comunidade Prachata, 20/03/2025)

Os líderes das comunidades relatam sobre as suas realidades onde (cada território há uma realidade) na ilha eles se sentem felizes e livres, a cidade seguros por seu espaço, suas casas, seus parentes, mas sempre infelizes por conta do distanciamento do seu território, tanto que, quando perguntados sobre o acesso aos que lhes é garantido por lei, simplesmente respondem que não houve quase em nada uma ação ou motivação para ajudá-los. Assim, se sentem amparados pelo poder público? Informaram que, não! Que no ano de 2023 receberam apoio apenas de uma entidade externa, que os ajudou a partir de um projeto a “COEQTO⁴¹, garantindo um recurso material para a comunidade, segundo eles, “nós recebemos um moto bomba”, umas caixas, uns cano. Cada um deu uns 50 metros de cano... “(Entrevistados, Comunidade Prachata, 18/03/2025)”.

A comunidade informa, que a cerca de 5 (cinco) anos a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO) captou um recurso para as comunidades, segundo eles, o que foi recebido foi de suma importância, para a produção de farinha e atividades de economia familiar.

[...] nós ganhamos a casa de farinha, aí veio o forno, veio a prensa de ferro, veio as coxas. ...Sempre quando eles conseguem um projeto, eles botam nós no meio, entende? Está incluindo nós.

[...] Aí nós ganhamos também tela grossa para criação de porco, cada um ganhou três. Veio o projeto de criação de galinha, nós já ganhamos também. Só que o nosso não deu continuidade, porque foi poucas pessoas que ganhou, parece que uns 4, 5, teve uns que adoeceu ainda”(Entrevistado N.03, Comunidade Prachata, 18/12/2024)”.

⁴¹ Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins.

Destaca-se aqui, a perspectiva da comunidade, onde estes citam as suas principais dificuldades, uma delas é o acesso ao próprio poder público, assim como a falta de atendimento deste para com a comunidade. E é esse olhar de dentro dessa comunidade em específico, que é fundamental para mensurar a importância da ação do estado ou a sua ausência. Portanto, não cabe aqui apresentar uma realidade social que seja distorcida da realidade geracional dessa comunidade, pois se tivessem os investimentos públicos necessários chegados a esta, esse olhar seria diferente.

Com relação à primeira das três questões norteadoras desta pesquisa, cabe ressaltar que a memória é base explorada para esta análise, pois se compreende um olhar do ponto de vista de dentro da própria comunidade que reflete o sentimento real que um indivíduo se encontra. Desta forma Le Goff (1990) assevera que o processo da memória funciona como fonte da própria história, visto que instiga a pessoa a intervir na ordenação dos vestígios, além de abrir caminhos para fazer novas leituras e interpretações de toda a trajetória que ficou no passado, (França *et al.* 2025, p. 19538), nesse sentido esse registro de memória, é transmitida pela tradição oral.

Respeitando essa perspectiva da tradição oral como fonte e fazendo jus aos elementos constitutivos desta pesquisa pautados na História Oral (HO), ao buscar imprimir a realidade social da comunidade Prachata, questionamos: Como é o viver na comunidade? Você se sente amparado pelo poder Público, prefeito, vereador, secretário, líder comunitário? Abaixo a fala dos entrevistados em entrevista colhida com os membros da Comunidade Prachata, em 18/12/2024. Sobre o viver na comunidade, e o que isso representa em dificuldade.

[...] não é fácil para nós lá, não. A gente vai porque é lá onde o pão da gente é lá, né? A gente pesca a gente planta melancia, abóbora, feijão, milho. Agora nós estamos plantando a rocinha, né? Que é roça comunitária, é de nós, todos, da comunidade. Esse ano passado, e atrasado nós plantando, nós tiramos uns 30 sacos de farinha. Aí, dessa farinha, nós dividimos para a comunidade toda. (Entrevistado N. 01, Comunidade Prachata, 18/012/2024).

E com relação ao viver na comunidade, começam sempre se expressando sobre a necessidade do espaço, a saudade do território, à distância e o desejo por tê-lo de fato. E retratam a sua relação com este, pois ocupavam esse espaço a tanto tempo que se tornaram parte dele. Como abaixo expressado nas palavras de um membro da comunidade Prachata, entrevistadas.

A dificuldade para nós é porque nós não temos estrada, nós não temos energia, e hoje a gente precisa da energia, precisa da estrada. É muito difícil, a gente plantar as coisas, melancia, feijão, quando é para a gente tirar é muito dificultoso. A gente tem que pagar transporte, porque nem sempre a prefeitura não estende a mão para nós.

Assim, a dificuldade que a gente enfrenta, enfrentamos, né, na verdade, antigamente, que hoje a gente já não tem mais, e que a gente teve que sair. Nós tivemos que deixar a comunidade, né, a minha mãe, as minhas tias, para vir para a cidade para poder colocar os filhos na escola, porque não tínhamos acesso. Não tinha estrada, não tinha transporte escolar. (Entrevistada N. 01. 18/12/2024)

Então, assim, teve muito isso, né, de deixar a comunidade para vir para a cidade para poder ter acesso, para os filhos terem educação, que eles não tiveram, né, antigamente. E hoje permanece a mesma coisa. Eu tive que sair da comunidade, né, não retornei como eu queria para a comunidade para poder colocar os filhos na escola, (Entrevistada N. 05. Comunidade. Prachata. em 30 de Abril de 2025).

Nesse contexto como ressaltado acima pela comunidade e na fala anterior da liderança, levando em consideração o caráter histórico da comunidade e o processo político local, além das relações de poder, compreende-se que haveria a necessidade de um olhar mais profundo para que se compreendam os pormenores dessa exclusão ou não assistência desta comunidade em sua necessidade mais básica. Contudo, no destaque desta questão os mesmos não se mostram de fato amparados. Cabe ressaltar que eles acreditam e apostam muito na próxima gestão (2025-2028), quando questionados - E nessa gestão que vai entrar, você acredita que pode ter acesso a essa prefeitura, a solicitação dela sobre um trator pra fazer essa estrada?

Acreditamos que sim. Devido à gente já ter uma vivência, uma experiência com eles, não como politicamente, dentro de prefeitura, mas como pessoas que nunca nos deixou desamparados. Sempre que a gente precisou, eles estão ali nos ajudando, dando a mão no que eles podem (Entrevistados N. 03 Comunidade Prachata, 18/12/2024).

Aqui se observa que há uma prospecção positiva em relação a possíveis mudanças de direção, pela troca de comando da gestão municipal. Pois, como apresentado pelos mesmos, a presente comunidade vivia em meio a um completo isolamento e há esperança de dias melhores. Pois como observado aqui, a legislação brasileira atual reconhece os direitos das comunidades quilombolas aos seus territórios, garantindo a estas comunidades acessibilidades aos bens públicos, às políticas públicas, estas específicas as suas manifestações culturais.

Compreende-se aqui a importância da memória para resgatar a perspectiva de comunidades esquecidas ou isoladas que necessitam de assistência do poder público. De acordo com Thompson, E. (1998, p.337), “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhe dar um passado, ajuda também a caminhar para o futuro construído por elas mesmas”. Nesse sentido, Almeida & Milhomem (2021, p.18) esta é uma forma de possibilitar que grupos sociais produzam sua própria história, relatando suas práticas culturais, lutas e tradições, além de refletir sobre os caminhos da diáspora.

Quando se trata de dificuldades de acesso - notam-se peculiaridades, pois a comunidade possui como seu território geracional, uma ilha, nesse sentido, quando se questiona - **Quais as dificuldades de acesso aos bens públicos, como escola, posto de saúde, transporte para cidade, moradia?** A primeira resposta é o acesso. Que já fora explicitado em outro momento. Porém, cabe aqui esse destaque, assim como outros pontos e opiniões da mesma comunidade. Assim, retratam abaixo a sua realidade cotidiana, afirmando que:

Hoje a gente já consegue ter um ônibus mais perto da comunidade, né, que fica a dois quilômetros da comunidade. Porém, a dificuldade maior é porque, no caso, a criança que estuda à tarde teria que sair de dentro da comunidade, nove horas da manhã, caminhar dois quilômetros, pegar uma canoa, atravessar o lago, e chegar no ponto de espécie do ônibus, né, e vir para a cidade, que o ônibus passa lá em volta de onze, doze horas, vir para a cidade, né, e retornar, chegaria na comunidade sete horas da noite. Sobre a questão da saúde, é o mesmo, (Entrevistada N. 05 C.P. em 30 de abril de 2025).

A entrevistada se remete aqui ao momento atual, lembrando que a mesma teve que abandonar a comunidade a fim de garantir acesso a estes meios para seus filhos e isso a mantém até hoje no perímetro urbano do município, como relatado anteriormente.

No que diz respeito à saúde,

Até que a gente não tem tanta dificuldade em acessar um posto de saúde, né, a gente enfrenta a dificuldade que todas as comunidades da cidade enfrentam, que é a espera por exame, é um tipo de exame que não tem por conta do SUS, mas assim, a gente tem acesso, no dia que a gente quiser fazer uma consulta, a gente consegue agendar aquela consulta, não tem todos os especialistas nas áreas que a gente precisa, porque no município não tem essa demanda, né. Então, assim, geralmente, a gente vai para a consulta fora. Transporte, só o da gente mesma, a bicicletazinha, né, não tem esse transporte público que vá para a comunidade, e a gente não tem. E é só mesmo o da gente, a moto, é o carro, algum vizinho que vai de carro leva. Isso também é uma dificuldade que a comunidade tem, (Entrevistada N. 05 Comunidade. Prachata em 30 de abril de 2025).

Com relação às dificuldades de acesso, para a Entrevistada (01) a constante peregrinação desde a cidade até a localidade.

Quantas viagens nós vamos dar? Nós não temos barco grande. As canoas todas são pequenas, então a dificuldade para nós é muito grande. Vejo as outras comunidades, né? Tudo é uma sorte.

Lá no Ciriaco, a estrada chega até lá, né? Lá nos Carrapiché, nós também temos uma demanda grande, que é o lago, né? A gente vai de moto aqui, aí deixa a moto, atravessa com uma canoa, aí deixa a canoa, aí vai caminhar até que chega na beira do rio, para nós ir para a nossa terra, nós pegamos a canoa de novo, sobe mais ou menos uma hora e meia para depois nós chegar lá (Entrevistada N. 01, D.C, Comunidade Prachata, 18/03/2025).

Fica evidente essa perspectiva do acesso como principal demanda. Da mesma forma, a sua relação de identificação com o território, criando uma relação muito forte com este

espaço onde se compreende que “a ocupação do território é geradora de raízes e de identidade” (Oliveira *et all*, 2019, p.05). Já em relação à moradia, ao questionar sobre: **como são essas casas** na comunidade. Eles respondem - Lá na comunidade, segundo entrevistado Prachata N. (01) *“nós não estamos tendo. Porque as casas caem tudo... Ficou só a velha mesmo. Aí mudou aqui pra rua... Aí a gente ficou aqui na rua... Aí a casa grande caiu. Aí tem lá só uma casa, a casa de farinhada”*.

No que diz respeito à moradia,

[...] esse ano, que vem, o ano que vem, a gente tá pensando em fazer as nossas casinhas lá. Cada qual fazer a sua pra tornar, levantar de novo a comunidade. E mais quando vem reunião, a gente faz aqui na rua. Porque todo mundo tá lá na rua porque todo mundo já tem filho e ele tem que colocar o filho na escola. Aí pra lá não tem o transporte pra carregar o menino. (Entrevistado Prachata N. 01 18/12/2024).

Conforme a entrevistada N. 05 Comunidade Prachata. De 30 de abril de 2025.

[...] Moradia também. Não temos as casas na comunidade para dizer assim, ah, essa aqui foi uma casa doada pelo governo do estado ou pelo governo federal, ou municipal. Não temos. E hoje, a grande dificuldade que a gente tem é fazer uma moradia na comunidade, é devido ao deslizamento da ribanceira, que está caindo muito, está levando a comunidade quase toda. Então, a gente meio que optou por não fazer moradias, enquanto não parar essa queda, que a gente não sabe até quando vai cair, o rio vai levando as coisas, então... Essas são as nossas dificuldades dentro da comunidade, quilombola Prachata, (Entrevistada N. 05 C.P. em 30 de abril de 2025).

Lembrando que geograficamente, a presente comunidade pertence a uma região rica em vegetação, e águas, com acesso e direito a tudo que a natureza pode proporcionar, sendo esta localizada em um ponto secular via acesso, pelo grande centro viário do Rio Tocantins, que interligava de sul ao norte o antigo Goiás. No que diz respeito ao acesso, no que tange a comunidade é muito precário, e carece de atenção do poder público, pois os mesmos não possuem a estrutura necessária para melhorar este acesso.

Nós temos uma estradinha agora que foi raspada porque veio o menino pra turma do rapaz, né? A gente não tem. E aí é só lá. Ela precisa de uma estrada boa porque o carro tem que pegar os alunos até na beira do lago (Entrevistado N. 03, D.C, Comunidade Prachata, 18/12/2024).

Atualmente, na comunidade Prachata, vivem 46 pessoas, sendo 30 adultos e 16 crianças, vivendo hoje em Esperantina, fora desses estão uma grande parte da família que não estão presentes, por falta de oportunidades, carência de assistência, foram buscar fora uma melhor condição de vida, e há aqueles que não se reconhece como quilombola. O processo de construção de sua territorialidade se deu através de lutas pela ocupação e permanência no território. Na concepção de Pinto (2010, p. 14), para “compreender a trajetória e a convivência dessa região é preciso buscar nas suas memórias os seus relatos pessoais e ouvi-

los”. Ou seja, a metodologia empregada aqui permite ouvir e sentir o território imaterial e material através dos relatos dos interlocutores.

Nesse sentido percebe-se que entre as principais necessidades da comunidade estão: o acesso (Estrada) até a beira do Lago, as Casas, apoio para plantação (Insumos) meio de transporte, escoamento da produção, energia elétrica na comunidade, água tratada, poço artesiano, e acesso a financiamento.

A principal é a demarcação de sua área. Sua abertura de processo no INCRA⁴² É o próximo passo após a portaria de **reconhecimento do território**, não é um processo simples, porém é necessário para se fazer justiça social, uma política pública regulamentada. Lembrando que o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) é um relatório técnico produzido por uma equipe multidisciplinar do INCRA, criada por ordem de serviço, cuja finalidade é identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelas comunidades remanescentes em questão.

Das comunidades remanescentes recebem seu título após a publicação de um Decreto de Desapropriação Por Interesse Social⁴³. Com relação à comunidade há processo em aberto, na Superintendência Regional do Tocantins, sob o número: 54000.089341/2024-21. No que tange a expectativas de futuro, a comunidade se mostra bastante otimista em relação à conquista do seu território, e a garantia de acesso via terrestre, e outros meios que garantam a sua permanência na sua ilha.

Assim, ao serem questionados – quanto à expectativa futura da comunidade, o que você espera que melhore aqui? Percebe-se a influência geracional nas falas dos mesmos como uma recordação de momentos quando se remete a comunidade, o vislumbrar de um futuro no seu espaço é almejado por todos.

⁴²Trata-se da abertura do processo administrativo no âmbito do INCRA, devidamente autuado, protocolado e numerado. O processo poderá ser iniciado de ofício pelo INCRA ou a requerimento de qualquer interessado, das entidades ou Associações representativas de quilombolas. Pode ser feito pela simples manifestação da vontade da parte, apresentada por escrito ou verbalmente, caso em que será reduzida a termo por representante do INCRA.

⁴³No caso do território se localizar em terras públicas, esta etapa é desnecessária. Em sendo terras da União, esta será titulada pelo INCRA ou pela SPU. Em sendo terras estaduais ou municipais, a titulação cabe ao respectivo ente da federação. Por outro lado, no caso da área quilombola estar localizada em terras de domínio particular é necessário que o Presidente da República edite um Decreto de Desapropriação por Interesse Social de todo o território.

De acordo o entrevistado (N.03) membro da comunidade Prachata, afirma que, o que nós mais esperamos é o acesso! Lá na comunidade, é um lugar onde a gente se sente mais confortável. É um lugar que nós vivenciamos há muito tempo. Aí fica chato, porque nós não temos acesso (Comunidade Prachata, entrevistado N. 03 em 18/12/2024).

Conforme a entrevistada (N.05) Comunidade Prachata, de 30 de abril de 2025.

A perspectiva é que a gente consiga acessar as políticas públicas, né? Que as políticas públicas cheguem não só à nossa comunidade, mas em todas as comunidades quilombolas do Brasil. Que a gente consiga o nosso território regularizado, que a gente recupere o nosso território que está ocupado. Que a gente consiga o nosso território que meu bisavô, meu avô foi expulso. E que a gente tenha uma estrada digna para poder chegar na comunidade, acesso bom, que a gente consiga casas para o pessoal da comunidade. Um transporte dos moradores da comunidade, (Entrevistada N. 05 C.P. em 30 de abril de 2025).

Nesse ponto, percebe-se claramente o maior desejo dessa comunidade, onde a partir deste ponto começa a abrir esse leque de discussões, e observando percebe-se que sobre seu futuro há muita perspectiva positiva, mesmo em meio a tantos anos de negação e esquecimento. Quanto ao resgate das tradições? Explanado por uma das entrevistadas cujo é uma das mais antigas da comunidade, falou que existem tradições que precisam ser resgatadas, para que se garanta a unidade desta comunidade. Pois se espera que, são estes que vão carregar as tradições das suas ancestralidades.

Assim o jovem líder da comunidade afirma que – “*A gente espera que, futuramente, que continue a tradição, que continue essas coisas do passado, que a gente mais usa. A gente espera que sim*” (Entrevistado Prachata N. (03) em 18/12/2024).

Abaixo abordaremos sobre as falas da segunda comunidade analisada nesta pesquisa, a Carrapiché.

8.1.2. Comunidade Carrapiché

A comunidade Carrapiché apresenta uma característica rural, seu território possui acesso por terra e água, através da TO-201. Uma estrada de terra (Anexo E) que liga a comunidade ao município. Estes por sua vez, relatam sobre as suas dificuldades de acessar os **bens públicos, como escola, posto de saúde, transporte para cidade, moradia** e mesmo com o acesso viário, muitas garantias e direitos não conseguem chegar com efetividade. Quanto ao acesso, a estrada:

Precisa melhorar né, porque, na verdade, vai ficar bom mesmo quando o asfalto passar aqui, né, aí vai ficar bom. Mas precisa melhorar aí muito, porque na época mesmo de inverno, misericórdia, pra gente chegar na cidade, só Jesus. Porque o lamaçal é pesado (Entrevistada Carrapiché N. (02)).

Trata-se de uma comunidade rural cujo precursor chega ao território na década de 1970 e constitui ali sua morada e sua família. Antônio Mendes da Silva (Antônio Carrapiché) é o grande representante dessa comunidade. Que reside em uma área onde estes garantem que o mesmo fora doado pelo patrão de Antônio Carrapiché (Salim Baruque) que seria para este e sua família. No entanto, devido à evasão dos membros da família e invasão por conta de fazendeiros e outros, suas terras geracionais diminuíram, e perpetuou o sonho por sua conquista territorial. Como abaixo exposto na imagem aérea da comunidade.

Figura 35 – Foto aérea da Comunidade Carrapiché.



Fonte: Comunidade Carrapiché, 2025. Comunidade ao centro, TO-201 ao lado.

Analisando o acesso desta comunidade aos bens públicos, acesso como saúde, educação, assistência e mobilidade. Identificou-se que há carência de moradias dignas e de uma abertura de um processo de revisão de área para nova regularização frente ao INCRA. De acordo o entrevistado Carrapiché (9) “[...] *na questão nossa, do nosso território, a gente ainda não está legalizado e a gente também ainda não tá beneficiado sobre legalização*”. Ou seja, dependendo do processo de revisão da sua área. Para tanto, há a necessidade de maior apoio do poder público municipal e do reconhecimento por parte da classe política enquanto comunidade remanescente de quilombolas.

Pois os filhos e netos de Antônio Mendes da Silva (O Carrapiché) ocupam esta área até os dias atuais e estando estes reafirmados e reconhecidos pela sua atuação na pesca, na sua cultura, manifestações e modo de vida. Residem em casas simples de palha e tábua, sem água potável, e acesso de determinados bens públicos, como apresentados pela presente

comunidade e identificados na pesquisa. Uma destas são as casas. Como apresentado na fala do entrevistado (02).

Eu queria que viesse pra cá. Era o projeto da minha casa minha vida, era o que eu queria mesmo. Que viesse pra cá. Pra quê, Pra gente ganhar uma casa. Pra gente ter uma moradia melhor. Uma casa melhor. Vim do cheque, moradia já era de boa coisa. (Entrevistado Carrapiché (N.02) 19/12/2024).

Nesse sentido, como percebido nos relatos dos entrevistados, a presente comunidade carece de moradia, acesso pavimentado, água potável, unidade de saúde próximo, entre outros, como explicitado abaixo com uma das principais necessidades desta comunidade. Outra demanda são as casas como reafirmadas pelos interlocutores, onde estes falam sobre suas moradas, tendo estas como tábua e palha.

Da mesma forma,

Se a gente tivesse uma pessoa que ajudasse a gente dentro da comunidade, para a gente ter nossas casas dignas, como você andou lá na nossa comunidade, você sabe que nossa comunidade é pobre. Nossas casinhas cobertas de telha Brasilit, tampada de tauba, de palmeira. Se nós tivéssemos uma pessoa que andasse de ombro a ombro com nós lá, para construir umas casas para nós, vai ficar muito grato para a gente ter uma vida mais digna (Entrevistado Carrapiché (N. 08) 24/03/2025).

Quando questionamos: **Como é o viver na comunidade? Você se sente amparado pelo poder Público, prefeito, vereador, secretário, líder comunitário?** Sobre o viver na comunidade, os membros afirmam que, é bom e necessário, se sentem bem, não pretendem deixar o local, e sim lutar pelo seu território original. Já com relação ao acesso ao poder público, é um pouco diferente, como ressalta os entrevistados.

Assim, no que tange ao acesso ao poder público e seus gestores e vereadores, fica nítido que estes não se apresentam enquanto assistidos em sua necessidade, no relato de um dos membros antigos da comunidade relata como teria sido tratado (a) em sua demanda junto a um órgão da prefeitura municipal, onde como seria esse atendimento ao público da comunidade:

Aqui é cada um por si e Deus por todos, entendeu? Eu já fui na prefeitura uma vez. Depois que eu moro aqui, eu fui lá uma vez. O neguinho botou pra mim lá. Ele disse que era pra mim lá onde o seu de (A....). Que era pra vir puxar as lâmpadas que não tinha lâmpada nesse tempo. Aí eu fui lá, falei com ele. Ele disse assim, quando tiver passando uns três dias, você vai vir aqui. Para o festejo, né? Aí eu fui lá. Liguei, o celular dele chamou. Chamou, ele não atendeu. Tornei ligar, o celular chamou. Chamou, ele não atendeu. Aí outro cara atendeu, mandou ir na prefeitura. Aí eu fui lá. Fui até na sala do homem. Ele estava lá. Falei com ele. Ele disse assim...(destratou) Mas na prefeitura eu não pisei mais. Atrás de nada e de ninguém, (Entrevistado Carrapiché (N.02) 19/12/2024).

Como relatado acima, percebe-se que não houve uma boa interação entre a comunidade e os membros do poder público, sem o diálogo necessário para que a comunidade

pudesse ser ouvida, em suas necessidades, isso identifica falta de planejamento. No caso a comunidade parece isolada, não pelo fato do acesso físico (estrada) e sim pelo não acesso às pessoas que administram a máquina pública, portanto não se sentem amparados. Outro entrevistado argumenta veementemente que estes aparecem de sobremaneira durante o processo eleitoral e depois seu acesso fica difícil. Só no tempo das políticas (Entrevistado Carrapiché (N. 07) 19/12/2024).

A comunidade ressalta que possui dificuldades de acesso aos gestores públicos e se sentem excluídos de benfeitorias básicas para a sua comunidade. Esse não é o papel da gestão pública no que tange a garantir aos munícipes o acesso aos servidores e serviços públicos, bem como, prestação de contas dos gastos públicos. A câmara municipal também é responsável pela fiscalização e indicação de aplicação de recursos nas áreas e comunidades rurais de suas respectivas municipalidades. Ou seja, o município pode, ainda, regular matérias conforme peculiaridades locais, ou, em caso de omissão de outra esfera, não sendo competência exclusiva, preencher a lacuna (Teixeira, 2002, p.7).

De acordo com a comunidade o acesso aos membros do poder público até aquele momento era limitado, assim como a assistência, ao que já se ofertava antes, apenas o básico. Quando se questiona sobre - **Quais as dificuldades de acesso aos bens públicos, como escola, posto de saúde, transporte para cidade, moradia?** Há uma afirmação de assistência apenas no que diz respeito ao que é pactuado, ou seja, o que já é obrigação da máquina administrativa, porém não em sua integralidade. Com ver-se a seguir.

Quanto à produção agrícola, vocês são assistidos aqui? Tem um trator para gradear, para plantar? Entrega insumos? Dá certo? Vocês recebem isso? Entrevistado Carrapiché (N. 03) em 19 de dezembro de 2025: “*Não recebe nada da prefeitura, não, moço*”.

Aqui a gente tem tanto acesso a essas coisas que quando a gente vai... na prefeitura para precisar de um carro, para fazer qualquer serviço para a gente, é uma humilhação (Entrevistado Carrapiché (02) 19/12/2024).

A prefeitura só serve aqui. A gente depende assim, porque tem o transporte [...] Quando os meninos vão para a escola, a gente tem o ônibus. E também, quando eles mandam o pessoal da saúde para vir fazer a vacinação, atender a comunidade. Mas, tudo super tranquilo. Tudo às nossas custas mesmo. (Entrevistado Carrapiché (03) 19/12/2024)

Salienta-se que a assistência está apenas em campanhas, que falta transporte adequado para os alunos e que o transporte escolar é precário, com ônibus de má qualidade, a falta de Ambulâncias para atendê-los, pois esta também está precária, há a necessidade de

melhorar as estradas, seria importante a necessidade de asfalto. Mas também de outros como, uma estrutura em saúde que atenda melhor a comunidade.

[...] se a gente tivesse um posto de saúde dentro da nossa comunidade para a gente receber um médico na comunidade, era ótimo. Porque tem muitas vezes que a gente vem aqui na rua agora, marca a consulta, tem muitas vezes que o médico aparece, tem muitas vezes que não. E a gente tendo um posto de saúde dentro da comunidade para a gente correr atrás de um médico duas vezes por semana, dentro da comunidade, é bom demais (Entrevistado Carrapiché (N.08) 24/03/2025).

Há a necessidade da melhoria do atendimento à saúde com médicos atendendo na comunidade, com uma equipe multidisciplinar. Há a necessidade de políticas públicas para os jovens que finalizaram o ensino médio para incluí-los em cursos de formação superior, assim como primeiro emprego. Pois estes necessitam de uma melhor qualidade de vida, estes prospectam da mesma forma poder contribuir com a sua comunidade. Para a jovem entrevistada Carrapiché (N. 06) – *“A gente pensa em estudar, fazer uma faculdade, e trazer melhorias para a comunidade de todas as formas”*.

Com relação ao atendimento do poder público para com a comunidade, nota-se que apenas as ações relacionadas à assistência básica, como saúde, e assistência social, além de educação, estes reiteram que somente o básico lhes é atendido. Como relatado abaixo pelos membros da comunidade.

[...] eu não sei nem dizer nada, porque eu nunca, eu só vi uma pessoa de assistência social aqui um tempo. Só uma pessoa, mais do que isso, eu ainda não vi. Aí eu não sei nem dizer. Doutor andou aqui no tempo das políticas que vi. Daí pra cá, nunca mais eu vi, nem pra trás (Entrevistado Carrapiché (N. 02) 19/12/2024).

É que eles vêm em campanha, no caso da vacina, né, que eles vêm, porque o colégio ali em cima, né, sempre eles vêm pra lá, como aqui a gente não tem transporte pra ir, aí eles vêm, né, vacinar as crianças aqui. Aí agora, né, que eles vieram, o médico veio, que eu não lembro qual foi o mês, foi... Foi por aí assim, né, que eles vieram também fazendo preventivo, né, o médico consultando, as enfermeiras fazendo o preventivo, né (Entrevistado Carrapiché (N. 02) 19/12/2024).

Agora a gente não sabe, né, se vai continuar, né, mas só que eles já vieram. Mas não é sempre que a gente tem, né, não é sempre que o médico vem também, só essa vez que vem, né, e sobre a vacina, que eles vêm sempre, né, eles vêm vacinar aqui (Entrevistado Carrapiché (N. 07) 19/12/2024).

No que se refere à educação, pode-se compreender que as comunidades aqui apresentadas, muitos se evadiram do seu território, por conta da falta de acessibilidade, ou seja, estradas e vias de acesso, assim como o transporte, infraestrutura básica para sua continuidade na localidade. Para que seus filhos e filhas pudessem estudar, cumprindo assim

uma prerrogativa constitucional brasileira (CF/1988) nos artigos 205, 206(I) 208(I, III, IV) e 213(I) ⁴⁴.

Há uma unidade educacional que os atendem. Para os membros da comunidade é inadequada, por estarem em uma localidade próxima, porém contam com o transporte público que segundo a comunidade encontra-se deficitário. Além dos horários dos mesmos não serem compatíveis com os horários de aula, ficando assim os alunos “largados” em frente à escola, correndo riscos por conta da unidade não possuir um espaço para que as crianças fiquem e aguardem os pais, nesse caso há omissão do coordenador ou monitor da unidade educacional responsável para conduzir a entrega dos alunos aos pais, após a liberação da aula. Abaixo imagem da Unidade educacional Pedra de Amolar, unidade mais próxima da comunidade.

Figura 36 - Unidade educacional Pedra de Amolar



Fonte: Antônio Carrapiché, 2025.

Além disso, conta com um grave problema na prestação dos serviços públicos, o transporte escolar, pois estes não atendem as normativas do transporte escolar municipal conforme estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e são regulamentadas por leis federais e resoluções específicas, como a Lei n.º 9.394/96 (LDB) e a Resolução CD/FNDE n.º 18/2021. Nesse sentido compreende-se que as presentes instruções normativas, visam garantir em primeiro plano a segurança e a qualidade do transporte escolar nos municípios, e em especial os alunos de áreas rurais. Com relação à utilização de veículos adequados, com a

⁴⁴ Ver em LAVINAS, L., COBO, B., & VEIGA, A. (2012). Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero.

presença de monitores, e a capacitação exigida dos condutores, além da utilização dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) ⁴⁵.

A comunidade relata que:

Rapaz, tem o ônibus que leva os alunos pra escola, mas é caindo aos pedaços. Vou te falar a real, é caindo aos pedaços. Tem vezes que meus filhos passam de dois dias aqui sem ir pra escola porque o ônibus tá quebrado. E a ambulância sempre, é raro, né, mas quando a gente precisa vem. Quando tá inteiro, intacto, quando não tá quebrado, fica pra lá. (Entrevistado Carrapiché (N. 03) 19/12/2024).

Os entrevistados relatam que não são assistidos de forma integral e apenas no que se refere ao que é mais básico, como ônibus escolar (cuja qualidade é questionável), esta é acessada nas campanhas de vacinação e outras relacionadas à saúde. Além de utilizar o sistema de assistência social apenas para acessarem ao recurso da Bolsa Família, é considerado com efeitos como uma política de transferência de renda mais importante do governo brasileiro, além de caracterizar um recurso que garante sobremaneira a autonomia feminina⁴⁶. É segundo eles um dos momentos que buscam a estrutura do município. “E aí, a gente depende da prefeitura mensal para fazer o cadastro do Bolsa Família, mesmo simplesmente. Nada mais. (Entrevistado Carrapiché (N. 07) 19/12/2024).

Assim, esse universo incorpora as famílias beneficiárias da Bolsa Família (que recebem o benefício monetário) e as não beneficiárias, porém cadastradas como público-alvo potencial de políticas sociais no CadÚnico, (Lavinias, 2012, p. p35). Ou seja, são atendidas pelo órgão municipal, apenas em cumprimento às normativas pactuadas entre os entes, lembrando as características dos programas.

Nesse sentido percebe-se a carência desta comunidade no que tange a saúde e a educação, melhoria nas estradas, para estes conforme a entrevistada Carrapiché (N.04) “a nossa

⁴⁵Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação.

⁴⁶ O Plano de Saúde é um documento de intenção política, de diagnóstico, de estratégias, de prioridades e de metas vistos sob uma ótica analítica. Trata-se de um instrumento referencial básico que reflete as diferentes realidades de saúde de uma população para propor estratégias de enfrentamento dos problemas evidenciados (PLANEJASUS).

comunidade é ótima pra morar. Mas falta saneamento básico... Faltam melhorias. Falta mais oportunidade para as pessoas daqui de dentro". Nesse sentido, de acordo a ao seu ponto de vista, muitos dos jovens evadem da comunidade por falta de perspectiva de futuro, e para ela *"isso para nossa juventude é ruim. É muito ruim. Porque vai ser o nosso... Vai ser a nossa história se repetindo"*. Caracterizando uma ideia de fracasso.

A gente tem duas opções. Porque nós jovens não é continuar morando aqui sem ter uma qualidade de vida boa ou é sair daqui de dentro e procurar algo melhor. Então, tipo, se tivesse oportunidade pra trazer pra dentro da comunidade, pra que a gente não precisasse sair pra buscar melhorias, seria mais eficiente. A maioria dos jovens hoje sai tudo pra fora, pra trabalhar fora, porque é a questão de serviço mesmo que não tem. A gente também não tem lá essas condições de bancar eles lá fora, também. Para por aqui mesmo (Entrevistado Carrapiché (N.04) 19/12/2024).

Portanto, cabe ressaltar que a felicidade não está só na ocupação do seu território, mas também no acesso. Nesse sentido, ao serem questionados – **quanto à expectativa de futuro da comunidade, o que você espera que melhore aqui?**

Assim o desejo da comunidade que,

[...] que os políticos olham pra... comunidade como a nossa, Prachata e dos Ciríaco, né! Porque nós só. Somo enxergado quando é no tempo da política, aí no tempo da política nós somo enxergado, os político não sai da nossa porta né! e a gente quer ser enxergada, não é no tempo da política... é pra eles olhar ... olhar de compaixão, olhar de muitas coisas, de amor por essa comunidade... é isso aí que a gente espera dos políticos, que nos ajude né! não é só nossos voto não! que a gente tem nossos votos né! pra eleger, por eles no poder, mas, ele não tem, assim, não tem olhar né! Quando termina as políticas ele não tem um olhar, ... vou ajudar aquela comunidade porque ele sabe o que é.... quanto tempo né! que nós mora ali, e eles sabem, cada político sabe a necessidade né! que a gente tem dentro da comunidade mas eles não olha pra isso né! E a gente espera que um dia eles enxerga né! (entrevistado Carrapiché, (N. 08)– (24-03-2025).

É desejo desta comunidade acesso, às políticas públicas, aos gestores públicos como ressaltado por estes a expectativa positiva na nova gestão (2025-2028) que proporcione melhores condições para esta comunidade. Como nas palavras da entrevistada Carrapiché, (N. 08) (24-03-2025), *espera "que ela esteja toda organizada, que seja realizado nossos sonhos de casa construída né! De colégio dentro da nossa comunidade, também! porque tem professores Quilombolas"*.

Essa expectativa de futuro retrata a concepção do que é lutar pelo que se acredita. Até o momento, como retratada pela fala de interlocutores da comunidade, esta conseguiu através de projeto de captação de recursos frente às instituições parceiras como a COEQTO e APATO, recursos para investimentos na comunidade.

Ganhamos R\$10.000 pra fazer um galpão de reuniões dentro da nossa comunidade, nós ganhamos né esses R\$10.000. Está construindo devagarzinho porque a chuva, a

chuva, não está deixando a gente construir, mas lá pro mês de maio, por aí assim, já está no ponto de entrar pra dentro (entrevistado Carrapichê, (N.08) – (24-03-2025).

E para o futuro, tem mais uma proposta de captação de recursos, demonstrando a sua capacidade de articulação e resiliência, além do fato de nunca deixar de lutar por dias melhores,

[...] eu tava até falando né, pro Antônio, eu estou vendo um projeto agora parece que ele eu não sei se é de 80.000... Mandaram aqui pra nós ver se nós consegue e aí a gente vai batalhar em cima desse projeto pra ver se a gente ganha esse dinheiro e construir, né! Alguma coisa devagarzinho dentro da comunidade. Fazer assim uma pracinha bem ajeitada dentro da comunidade, né! Assim, uma coisa que a gente chega lá é ver as coisas tudo organizada.

Portanto, a comunidade segue articulando, buscando melhorias e resistindo ao processo de invisibilização sofrido durante muito tempo, inclusive o próprio processo de negação destes, que insistem como nas palavras da entrevistada jovem, S Carrapichê que afirma: *“não podemos deixar a nossa cultura morrer”*.

8.2 Identidade e reconhecimento das comunidades Carrapichê e Prachata no contexto da educação.

A educação é vista aqui como espaço de interação e construção da realidade social em curso. Não cabe aqui mensurar e sim analisar a realidade dos educandos quilombolas nas unidades educacionais, em uma esfera em que o chegam com uma carga cultural maior, assim como um grau mais elevado sobre as concepções relacionadas à cultura e a autoafirmação. É importante salientar que as percepções aqui estão voltadas a analisar as concepções relacionadas à consciência dos educadores sobre o ser quilombola e as políticas afirmativas. Além da compreensão da educação e da estrutura social do município.

Nesse contexto percebe-se que a comunidade anseia por uma maior proximidade com os representantes do poder público, tem plena consciência das suas necessidades, haja vista o tempo em que estes resistem ao processo e ocupação indevida do seu espaço, além da ação política contrária às suas raízes históricas. Essa negação social relatada pelos educadores entrevistados, da rede estadual de ensino, também são filhos da região.

Estes por sua vez foram abordados com relação ao tema, comunidades e identidades quilombolas em Esperantina, cujo objetivo foi compreender como esses educandos se percebem e são percebidos na perspectiva dos profissionais da educação e da escola.

Assim relatam, sobre como os educandos são retratados na unidade e como estes percebem as políticas educacionais e de ação afirmativa como, exemplo, temas como racismo, o papel do negro na sociedade, como isso é abordado em momentos como a semana da consciência negra. Estes por sua vez se caracterizam como uma escola que busca acolher e compreender melhor essas comunidades, trazendo o debate para dentro da escola.

No que tange o olhar sobre a tradição, estes informam que a religião está prejudicando as tradições dos remanescentes quilombolas Carrapiché, por exemplo, aonde as igrejas evangélicas vêm prejudicando as manifestações de sua cultura: O entrevistado (N. 01) Professor (20/12/2024) *“é porque eu não sou contra a religião, mas eu sou a favor de todas, inclusive, o candomblé”*.

Quando tem uma missa na Praça Pública, as pessoas passam e reverenciam. Faz o sinal da Cruz. Quando tem um culto de matriz africana, as pessoas apedrejam. Com a nossa diferença, é porque eu não sou contra a religião, mas eu sou a favor de todas. Então, é isso, nós temos que levar para as comunidades. ...uma vez, tinha um membro da comunidade Círiaco tinha o nome Quilombola, e ele colocou uma faixa branca em cima do nome Quilombola porque, na verdade, é feio. É. É anticristão.

Essa concepção, esse olhar caracteriza uma perspectiva social construída pela própria doutrina da Igreja no recorrer dos séculos, fortalecida pela ideologia após a abolição da escravidão. Caracteriza certa identidade, criando uma carreira de exclusão social. Onde para encontrar Deus tem que ir à igreja, está dentro dos padrões aceitáveis pela sociedade, o mundo profano é transcendido. Em decorrência da “aceleração da descatalização e ao crescimento de religiões como as afro-brasileiras e as pentecostais e neopentecostais” (Motta, 2011). E da mesma forma contribui para as rupturas sociais e construção de pontos de distúrbios onde os indivíduos se afastam por perspectivas contrárias, assim os interlocutores afirmam que a cultura está morrendo por conta da interferência da religião.

Ninguém quer ser rejeitado. Então, a sociedade, ela precisa aceitar os membros da comunidade. Conhecer para aceitar.
O preconceito é uma parte dessa ideia de não conhecer a realidade.
A beleza da cultura. Então, tem que levar a comunidade, conhecer a comunidade de Quilombola e respeitar, sim. Nós sentamos, inclusive, lá na roda de conversa, em cadeiras da igreja [...], por exemplo, porque ela está dentro da comunidade.
Ela está dentro da comunidade. Então, hoje, não existe mais a sussa lá, não existe mais o lindô, não existe mais nada disso (Entrevistado (N. 02) Professor (20/12/2024)).

Nesse sentido, para os interlocutores *“é assim, que eles se vêm [...] para tu estar inserido no meio, tu tem que fazer parte. E aí? Se tu não fizeres parte daquilo como verdade, tu és rejeitado”*. Como Durkheim (1893) afirma, o indivíduo nasce da sociedade, e não a sociedade nasce do indivíduo. E essas concepções advinda da sociedade que criam barreiras

de aceitação social em especial no que condiz ao paradigma da religião. Esta que, conforme Durkheim (1983) como um fenômeno social fundamental na sociedade, um sistema de crenças e práticas que unifica indivíduos, lhes conferindo um senso de comunidade e pertencimento.

É necessário compreender esse pertencimento. Reconhecer suas concepções para reconhecer-se, como confirma os Carrapiché e os Prachata, como algo comum no seu cotidiano, uma luta constante pela autoafirmação e reconhecimento de outros a sua volta. Conforme o entrevistado Carrapiché (N. 09).

E, assim, a gente não teve, não tinha esse privilégio de ser visitado pelo colégio, aqui do nosso Estado, aqui de Esperantina, mas, assim, agora a gente teve uns professores novos que chegou no colégio ali da Vila Tocantins, né? Então, eles foram lá me convidar pra bater uma palestra com os alunos sobre a questão da consciência negra. Agora, pelo mês passado, a gente esteve lá, né? Porque em dezembro, no começo de dezembro, aliás, ainda não terminou, e eu fui lá sobre a questão do preconceito e lá eu vi muita atitude boa sobre a questão negra, né? Em defesa dos negros, eu vi lá no colégio.

O reconhecimento é parte importante no processo de luta e resiliência das comunidades remanescentes. Lembrando que os fatores que levaram a essa construção ideológica, surge no atrito das divergentes concepções formadas no espaço de convivência, no local que cria uma resistência à cultura tradicional de povos remanescentes de comunidades tradicionais.

Portanto, no que tange a identidade, destes vou questionado - Como vocês são tratados pelos colegas de vocês, se eles reconhecem vocês realmente como comunidade remanescente, como um Carrapiché, como eles tratam vocês? Como a escola o vê? A resposta dos interlocutores é que estes são reconhecidos, sim, como remanescentes. E que “não tem esse negócio, não. Não tem nenhum privilégio, não. Nem na escola, nem em lugar nenhum” (entrevistado Carrapiché (N.05) – 24-03-2025). E conforme a entrevistada (N. 04) [...] *muitas vezes na escola, por fazer parte da comunidade, tem gente que ainda fica com preconceito, com racismo*”.

Esse racismo estrutural aparece confirmado nas falas dos interlocutores na escola. Onde estes já depararam com uma situação de violência contra um membro da comunidade Carrapiché. E assim narram,

[...] me colocou até que, para nós lá, que tem uma sobrinha, a dona Raquel, que estava estudando numa escola que não era aqui. E lá a menina estava sem querer ir mais para a escola, porque estava sendo... Tinha bullying com ela, o motivo por ela ser quilombola. E ela nunca tinha falado lá na comunidade que estava acontecendo isso na escola que ela estava estudando. E não queria ir, não queria ir, mas não dizia. Aí uma certa vez houve uma reunião, questão da educação, e foram falar do fortalecimento, do quanto eles devem lutar, que eles não podem baixar a cabeça. Aí a moça teve coragem de abrir o jogo e dizer que na escola que ela estava para entrar estava sofrendo muito. Aí foi que eles foram tomar providência.

Talvez até inconscientemente essa informação viesse nesta pesquisa, pelo fato de sermos nós a trazê-la aqui de forma literal – pela voz de um interlocutor, que teve a coragem de encarar e externar um fato marcante da luta cotidiana de jovens estudantes destas comunidades. Para um dos interlocutores, não é comum essas pessoas se caracterizam em muito como quilombolas, assim como não são tratados como tal. Para tanto se demonstram preocupados com o cultura quilombola local, e afirma possuir um laço forte com as comunidades, nesse sentido percebem que:

[...] para ser Quilombola, a primeira coisa tem que ser autodeclarar. Isso. Segundo, ele tem que ter a cultura dele. Até falei para você, nós estamos perdendo a nossa. Nós estamos perdendo a nossa cultura. Então, se nós perdermos a nossa cultura, o que vai restar da comunidade? Pesquisado (N. 02) (Escola) - Se eu perco a minha cultura e automaticamente não me reconheço... Pesquisado (N.01) (Escola) - Eu não sei de onde vim, não sei onde estou e para onde quero ir, acabou, não tem sentido a comunidade mais. Então, nós temos que realmente fazer um trabalho de resgate. Entrevistado (N. 01) Professor (Escola) - O que a gente percebeu, principalmente com o Carrapiché, é que a esposa e o Piolho, que é o rapaz... Os líderes. É, os líderes. Se aí os dois falharem ou morrerem, eu tenho a impressão que é a comunidade que vai fazer o final.

Portanto, percebe-se aqui que há discussões sobre o ‘negro’ na escola, como atividades que levam em conta o que preconiza a lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e incluir no currículo escolar oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" como obrigatória nas escolas. É sabido que o debate é esclarecedor e quebra barreiras, rompe a estrutura, assim como afirma Mészáros 2008, só se pode romper uma estrutura social pela educação. Portanto, esta é importante, assim como a sua compreensão sobre a leitura, que esta preconiza, sobre a produção dos símbolos sociais.

Quando salientamos a importância da escola nessa produção e leitura de símbolos sociais, questionamos aos interlocutores sobre – como os locais aqui percebem os remanescentes, como é que vocês percebem? E como é que vocês percebem a sociedade? De forma geral, com relação a eles? Os quilombolas!

Entrevistado (N.01) Prof. escola: É que eu falo assim, na verdade, os quilombolas estão se inserindo em um meio comum, comum. Porque até antes, o quilombola era o diferente, era o preto, era o cabelo ruim. Então para ele se inserir nesse meio, para se inserir nesse meio, eles tiveram que se adaptar ao local.

Entrevistado (N. 01) [...] eu, sinceramente, sempre percebo, não sei se você consegue ver diferente, hoje eu não vejo diferença. Entre tratamento de quilombola e tratamento dos estudantes comuns. Eles se tratam normalmente, como se fosse algo do mesmo grupo, porque são do mesmo grupo social também, de certa forma, né? Do mesmo grupo econômico, talvez. Então os estudantes, pelo menos, eu não vejo um tratamento diferenciado e trata quem é quilombola e trata o quilombola que é quilombola.

Entrevistado (N. 02) [...] Eu acredito até, pelo fato de não haver essa questão, dessa separação, da importância dela. Não é a questão de separar para segregar, mas uma separação no sentido de saber que a comunidade quilombola tem sua importância, qual é a visibilidade.

Acima os interlocutores, apresentam uma concepção dos estudantes destas comunidades como inseridos em um meio comum, em uma concepção de que os mesmos estariam em uma mesma lógica social. Fato este que os homogeneiza, para torná-los iguais e invisíveis em sua característica. Coisa que se percebe anteriormente que não é bem assim. Porém, percebe-se uma relação de apoio e, ao mesmo tempo, de negação da luta por reconhecimento. Aqui está a afirmação que demonstra que o imaginário social ainda esconde de fato o velado preconceito estrutural. Pois em fala anterior se afirma a existência de conflitos de resistência étnica.

Mesmo assim, os interlocutores, defensores de uma educação libertadora, reafirmam o seu compromisso com a educação afro e com as concepções relacionadas às comunidades, como o trazer o debate para a escola na perspectiva de dar visibilidade ao tema do território, da cultura e das características relacionadas ao ser quilombola.

O meu maior objetivo, o nosso, é dar essa visibilidade para essa comunidade. Não são iguais a nós, eles são melhores, no sentido de ter isso, tem uma herança cultural, social, e da gente que não é quilombola, na verdade, nós somos todos descendentes, né? Nós não fazemos parte dessa comunidade, mas essa comunidade tem importância. Quantas vidas foram perdidas, quantas vidas foram escondidas, e são 524 anos de país, são 524 anos de luta (Entrevistado (N. 02) Professor 20/12/2024).

O levar a escola para as comunidades está relacionado ao debate sobre a semana da consciência negra, abordou-se o tema com os interlocutores, e estes afirmaram levar os alunos em visita a uma das comunidades para verem e ouvirem os membros da comunidade e acreditam que estes tenham mudado as suas concepções ou pelo menos causou reflexão acerca do negro e das comunidades quilombolas. Segundo eles os resultados foram positivos, assim como o aflorar do debate, quando se questiona sobre a importância do tema na escola, o interlocutor responde, que.

Essa discussão dos estudantes aqui. Hoje, a gente não pode brincar assim. Porque eu sou negro? Então, é o que nós queremos. Como quilombola também, se auto aceitar. Por quê? Porque eu sou negro? Os caras até me arripiam falando isso aqui. Eu gosto dessa luta.

Nesse sentido observa-se e compreende-se que há barreiras sociais, e política no que tange às questões relacionadas às comunidades, a conquista do território é uma conquista política, assim como a visibilidade. A educação é a base para essa bandeira, pois como em Durkheim a educação é a influência das gerações adultas sobre as gerações futuras, portanto a

base para a tomada de consciência para a ruptura no sistema dominante. A região é composta por grandes latifundiários, pessoas de interesse e uma classe social interessada em manter sua situação. Portanto, no que se refere às observações relacionadas à educação, percebe-se que esta está em processo de entendimento devido às visões e concepções externas.

8.3 Uma análise da estrutura em saúde no município de Esperantina – Tocantins sobre a ótica das políticas públicas.

Com relação à saúde do município, conta com um orçamento de R\$8.200.769,34 para o Fundo Municipal de Saúde para 2025. Espera-se que a aplicação das políticas públicas preconizadas pelas normativas do sistema único de saúde e do ministério da saúde. Levando em consideração as ações contidas no Plano Municipal de Saúde - PMS⁴⁷ aprovado para o Quadriênio 2022 a 2025, aprovado pelo conselho municipal de saúde em 2021. De acordo ao plano, o município possuía naquele momento uma Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS.

Conforme a equipe gestora da secretaria municipal de saúde (gestão 2021-2024) as Ações de atenção em saúde, possuem 100% das metas em saúde e imunização. Com um comprimento total da meta vacinal. Atendendo a Zona rural que é extensa, possui como polo de referência o município de Augustinópolis - TO destacado a distância da referência cerca de 80 km.

Atendem da mesma forma a comunidade do estado do Pará pela distância em relação à Marabá, e população ribeirinha do estado do Maranhão. Destaca-se, que os Programas da atenção básica – Primeira infância são atendidos e da mesma forma há uma redução da Taxa de Mortalidade Infantil – conforme dados para própria secretaria.

Tem os grupos, né, tem os grupos de gestante e tudo. É uma coisa que é muito difícil porque elas não participam. O agente de saúde vai, a enfermeira faz o convite, né, bonitinho, coloca o nome da paciente e [...] O agente de saúde vai lá, (Entrevistado.(N. 02 Secretaria da.Saúde, 2024).

Da mesma forma, enfatizou o alto índice de mães adolescentes grávidas e por isso a existência de taxa de mortalidade. Pois estão grávidas aos 12 e 13 anos, e muitas das vezes não procuram a unidade básica de saúde/UBS para em tempo adequado iniciarem o

acompanhamento. Destaca a resistência das mulheres em procurarem o serviço público de saúde para os partos, pois ainda há a existência de parteiras no município.

A gente tem aqui 13, 12, 13, é criança. [...] a cultura dela.... É, porque assim, o pré-natal tem que ser iniciado antes das 12 semanas, né, para estar dentro ali, para a gente até ter um indicador de saúde. Mas elas não comparecem, elas escondem até o que dá mesmo.. E aí, quando vem, já... Aí, muitas vezes a gente descobre, já está aí com uma sífilis já está com a toxoplasma. Muitas vezes a gente pode até, né, parece uma perda, né! (Entrevistado (N. 02) Secretaria de Saúde, 2024).

Quando forem mesmo aplicar todas essas, né, essas leis, né eu acho que principalmente aqui nessa região tem muitas mães adolescentes, né, que já são grávidas cedo, às vezes inexperientes, a questão de fazer o pré-natal bem cedo. Às vezes, elas também não têm conhecimento, às vezes, quando está grávida, não quer falar, para a família, né, descobrem e aí ficam guardando. Esse é um ponto inicial (Entrevistado (N. 01) Secretaria de Saúde, 2024).

Se observarmos na literatura, a criança acompanhada desde a gestação, a taxa de sucesso dela, no crescimento, é maior do que aquela criança que não é acompanhada por nenhum programa. Assim, compactuamos com o pensamento de Piccinini, et al (2008 p.64)

O processo de constituição da maternidade inicia-se muito antes da concepção, a partir das primeiras relações e identificações da mulher, passando pela atividade lúdica infantil, a adolescência, o desejo de ter um filho e a gravidez propriamente dita. Contribuem também para este processo aspectos transgeracionais e culturais, associados ao que se espera de uma menina e de uma mulher, tanto dentro da família como numa determinada sociedade (Aragão, 2006; Brazelton & Cramer, 1992; Klaus & Kennel, 1992; Missonnier & Solis-Ponton, 2004; Szejer & Stewart, 1997; Stern, 1997).

Com relação às demandas, a maior delas é a de ambulâncias onde somente duas (2) estão funcionando, destaca a existência de uma “Unidade mista” de saúde (UBS) que é uma unidade básica de saúde (UBS) que oferece atendimento integral, incluindo internação, urgência e emergência.

De acordo com a secretaria municipal de saúde, não há médico residente no município, geralmente vem ao município, atende e retorna. Afirma ser um dos principais problemas de saúde, mesmo tendo uma equipe multidisciplinar. E que o município conta com 5(cinco) equipes de Programa Saúde da Família (PSF). E três Unidades e um anexo no povoado São Francisco – 7 km da sede do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Competências são responsabilidades e encargos atribuídos a cada esfera governamental para realizar sua gestão. São definidas na Constituição Federal e, no caso dos municípios, detalhadas nas Leis Orgânicas. Há competências privativas de cada esfera governamental e as comuns e concorrentes. O município tem ampla autonomia para definir suas políticas e aplicar seus recursos, no caso das competências privativas ou exclusivas, (Teixeira, 2002 p.7).,

Neste trabalho cabe ressaltar que as questões foram contempladas no todo ou em parte. No que tange a competência do poder público e as ações relacionadas à comunidade. Nesse sentido cabe aqui elucidar que as políticas públicas direcionadas às comunidades estão subdivididas em assistência social no que compete ao de mais básico na esfera pública de um município pequeno. Assim como, a prestação dos serviços de saúde e educação levando em consideração o que preconiza a legislação e os princípios da administração pública.

O papel da assistência social é assistir de forma integral a todos os munícipes e em especial as comunidades tradicionais. Observando que os principais recursos da assistência social do município são: PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família – Programa de acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade, há Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo que está relacionada ao atendimento aos idosos, crianças e adolescentes, e o Bolsa Família, Cad Único estão ligados ao Centro de Referência da Assistência Social, estes são pactuados.

Nesse sentido, as comunidades tradicionais, tanto os Carrapiché, quanto os Prachata, ressoados por suas vozes, retratam suas características de acesso apenas ao que é pactuado, ou seja, ao que se tem uma obrigatoriedade e recursos direcionados de outras esferas.

Portanto, há o atendimento para famílias em situação de vulnerabilidade social a famílias assistidas pela assistência social que não sejam exclusivos com recursos próprios do município, onde as despesas estão no plano municipal de assistência social. Lembrando que a assistência social dos municípios tem como finalidade, assistir à comunidade no quesito, das políticas Públicas direcionadas a assisti-las em suas peculiaridades, nas comunidades mais carentes.

Vale ressaltar que dentro os aparelhos públicos da assistência social, os municípios pequenos não possuem Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que é um serviço público da Política Nacional de Assistência Social (Pnas) cuja finalidade é o atendimento de indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, como violação de direitos ou contingências.

Nesse sentido, percebe-se que o não cumprimento do amplo atendimento destas comunidades haja vista que apenas um programa os alcança integralmente, que neste caso é o programa Bolsa Família. Os demais programas e ações com recursos próprios, ou ações de capacitações etc. estes não os assistem. Lembrando o que preconiza a política de assistência social no âmbito municipal, parte integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013.

Após a compreensão dessa política pública de assistência social, a de assistência à saúde não é necessária, pois cabe ao sistema unidade de saúde representar uma ação interligada, com princípios bem definidos, como a Universalização, equidade, integralização. Com uma ação solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os municípios. E com um sistema em cadeia que vai desde a atenção primária às Unidades Básicas de saúde – UBS, a Média e alta complexidade. As ações estão gestadas em suas esferas desde Ministério da Saúde, das Secretarias Estaduais e Municipais de saúde, além de seus conselhos, cada ente com sua corresponsabilidade.

Cabe aqui ressaltar que o município possui capacidade técnica e gerencial para o amplo atendimento das comunidades, garantindo o seu pleno acesso a uma saúde de qualidade, observando o número de equipes e os recursos repassados ao fundo municipal de saúde. Nesse sentido corroboro com Teixeira, (2002 p.8) em que,

O SUS vivei hoje sérios impasses. Não tem uma coordenação que garanta equidade no atendimento a municípios tão heterogêneos. Na prática, prevalece a lógica privada: os setores privados recebem recursos para atender setores sociais não carentes e, além disso, o sistema de remuneração dos serviços à base de fatura permite a corrupção e o descaso com custo e qualidade de serviços. A política de redução dos gastos leva à deterioração cada vez maior do atendimento à população carente.

Há deterioração do sistema local que não permite o atendimento de qualidade às famílias das comunidades Carrapiché e Prachata.

Quanto à educação, esta por sua vez é o alicerce que garante ao indivíduo as ferramentas necessárias ao seu crescimento pessoal, profissional e busca por direito à dignidade. Assim, percebe-se que, como Teixeira (2002, p.8), a indefinição de competências entre os poderes tem levado os municípios a atuar-nos vários níveis, embora a permanência da centralização de recursos contribua para a oferta de ensino inadequado ou de baixa qualidade.

Aqui fica evidente a falta de logística e qualidade na oferta de transporte escolar e na oferta de atendimento adequado às crianças e adolescentes da comunidade. Da mesma forma, não há um projeto voltado ao incentivo de jovens ao ingresso em universidades, tão pouco

ações relacionadas a uma formação cultural crítica e reflexiva quanto às comunidades tradicionais em sua municipalidade.

Identificam-se culturas voltadas a uma política de negação étnica relacionados aos cultos afro e a religião afro-brasileira.

No quesito habitação, como Teixeira (2020), compreende-se aqui que “a esfera federal permanece alheia à habitação e questão urbana” e o município não corresponde às necessidades da população.

Compreender política pública é entender o processo de formação social, de ocupação dos espaços rurais e urbanos de forma ordenada, respeitando os princípios constitucionais que garante acesso a todos de igual forma.

Compreende-se nesta pesquisa que há necessidade de uma atenção às comunidades por parte do poder público, a fim de assisti-las em suas necessidades, de acesso ao território, aos aparelhos públicos de saúde e educação com qualidade e respeito às tradições, a produção cultural e a memória destas pessoas.

De a mesma forma garantir o acesso viário, a recursos e meios para melhorar sua produção e escoamento, garantindo a comercialização de seus produtos. Há a necessidade de inserção de projetos agrícolas. Fica como sugestão a inclusão destes em programas de aquisição de alimentos por parte do município, incentivando estes a utilização técnica do seu território.

A estes cabe um maior acesso aos aparelhos e aos serviços públicos, que estes possam serem incluídos em rodas de debate sobre políticas públicas, pois essa ação é uma política, como destaca Hanna Arendt (2008) é um espaço fundamental para a vida humana, onde a liberdade e a ação se manifestam, permitindo assim a criação do novo e a defesa da dignidade humana. Pois como a autora aborda, a política se baseia no fato da pluralidade humana. (Arendt, 2008, p. 144). Esta é sinônimo de liberdade (Arendt, 1990), pois exigem uma condição plural para tal, o agir.

REFERÊNCIAS

ALDIGHERI, Mário. **Josimo: A terra e a vida**, Loyola, 1993.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: uso comum e conflito. In: GODOI, Emília P.; MENEZES, Marilda A.; MARIN, Rosa A. (Orgs.) *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução Social – v.2.* São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 39-66.

ALMEIDA, A. & MARIN, R. 2014. Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – N. 8 (set. 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JUNIOR, Emmanuel. A. (Org.). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. 1. ed. Manaus: UEA Edições, 2013. 176p

ALMEIDA. Rejane Cleide Medeiros de, **MILHOMEM**. Jannete da Silva, Mulheres E Produções De Saberes Nos Quintais Produtivos Do Quilombo Dona Juscelina: (Muricilândia - TO). **Revista Temporis[ação]** (ISSN 2317-5516), [S. l.], v. 20, n. 02, p. 18, 2021. Disponível em: www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/11088. Acesso em: 27 abr. 2025.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **O Direito Étnico a Terra**. In: Boletim Orçamento & Política Socioambiental. Ano IV, nº 13, junho de 2005.

ANDRADE, R. P.. **A Amazônia no pós-guerra e a construção da Rodovia Belém-Brasília**. MUIRAQUITÃ (UFAC), v. 3, p. 161-178, 2016.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Vivências escravistas no norte de Goiás do século XVIII**. In: Odair Giralдин. (Org.). *A (Trans)Formação Histórica do Tocantins*. 2ªed. Goiânia: UFG, 2004, v. 1, p. 1-444.

APA-TO. Os Territórios Quilombolas no Tocantins. Tocantins: APA-TO (Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins), 2012. 34p.

AQUINO. Napoleão Araújo de. **A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins**. In: GIRALDIN, O. (Org.). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. 2ª. Ed. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2004, p. 317-350.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ARENDT, Hannah. O Que é Política? Trad. Reinaldo Guarany. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2006.

ARON, Raymond. Etapas do Pensamento Sociológico. SP: Martins Fontes, 2002.

ANTUNES DE MEDEIROS, e. **A narrativa jornalística de João Parsondas de carvalho: memória da violência na região dos vales dos rios Araguaia e Tocantins**. Fênix (ufu. Online), v. 10, p. 01-22, 2013.

Atlas dos quilombolas do estado do Tocantins: Projeto Nova Cartografia Social do Tocantins / Paulo Rogerio Gonçalves (et al.). Palmas, TO: Alternativas para pequena agricultura no Tocantins – APATO, 2024.

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

BRASIL. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** /organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília: Ipea, 2013.

BARROS, Otávio. **Breve História do Tocantins**, 1º edição, FIETO, Araguaína, 1996.

BARROS, Otávio. **Tocantins, Conhecendo e Fazendo História**, 1º edição, SECOM, Palmas, 1998.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins: O Movimento Separatista do Norte de Goiás, 1821-1988** - São Paulo: A Garibaldi, Editora da UCG, 1999.

CAVALCANTE, Maria do Espirito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações**. In: GIRALDIN, O. (Org.). A (trans) formação histórica do Tocantins. 2ª. Ed. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2004, p. 49-88.

CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão**. Imperatriz: Ética, 2007. p. 367.

CIGOLINI, Adilar Antônio. **Ocupação do Território e a Criação de Municípios no Período Imperial Brasileiro**. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 1, p.7-19, jan./abr. 2015.

CORREIA, Aldenora Alves. **Boa Vista de Padre João**. Tocantinópolis-Goiás, 1977.

CONCEIÇÃO SILVA, L. D.; SOCIO, L. discursos, narrativas e poemas quilombolas do Tocantins. **Revista Extensão**, v. 5, n. 1, p. 40-46, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/5182>. Acesso em: 1 abr. 2025.

COSTA, C. E. C. DA .. Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940). Topoi (Rio de Janeiro), v. 16, n. 30, p. 101–126, jan. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/topoi/a/jkQ7K3v9WhjBKKdMmvs4kkz/?lang=pt>. Acessado em 31de jul. 2025.

CLÍMACO, Veríssima Dilma Nunes; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. A identidade carrapiché no processo de ressignificação de quilombo na Microrregião Bico do Papagaio/Tocantins, Brasil. **Antíteses**, [S. l.], v. 15, n. 30, p. 352–380, 2022. DOI:

10.5433/1984-3356.2022v15n30p352-380. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/46189>. Acesso em: 2 abr. 2025.

CLÍMACO, Veríssima Dilma Nunes. **Comunidade remanescente de quilombos Carrapiché, microrregião Bico do Papagaio-Tocantins: história, território e aspectos socioambientais**. 2022. Tese (Doutorado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 30 jun. 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/3443>.

DOMINGUES-LOPES, Rita de Cássia; SILVA, Helena Mendes. **Memória e Parentesco: caminhos percorridos pela comunidade remanescente de quilombo Grotão – Tocantins**. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia – SBS, 2009, Rio de Janeiro. ANAIS... Rio de Janeiro: UFRJ, jul./2009.

DURKHEIM, E. Sociologia. In: RODRIGUES, J. A (org.). Durkheim: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. [tradução Eduardo Brandão]. 2o ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, E. O suicídio. SP: Martins Fontes, 2000.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Ed. Martin Claret, 2002.

DURKHEIM, E. “**As formas elementares da vida religiosa**”. IN: Os pensadores. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. SP; Melhoramentos, 1952.

DURKHEIM, E. **Moral Education**. New York: The Free Press, 1971.

FARIAS, E. A. de; BARBOSA, A. C. F.; PACHECO, C. S. G. R. Povo de quilombo na constituição brasileira de 1988: um retrospecto da luta por justiça social numa análise discursiva. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. e5575, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N8-169. Disponível em:
<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/5575>. Acesso em: 2 abr. 2025.

FRANÇA, Gabriel Neves; PINTO, Benedita Celeste de Moraes; MOREIRA, Cristian Caio Silva. HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE QUILOMBOLA ENTRE OS HABITANTES DE SÃO JOSÉ DE ICATU, MUNICÍPIO DE MOCAJUBA/PA, NORTE DA AMAZÔNIA. **ARACÊ**, [S. l.], v. 4, pág. 19537–19558, 2025. DOI: 10.56238/arev7n4-226. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4591>. Acesso em: 26 abr. 2025.

FERNANDES. Bernardo Mançano, MARQUES. Marta Inez Medeiros, SUZUKI. Júlio Cesar, Geografia Agrária: teoria e poder. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384 p. vários autores/ Conceitos e Políticas de Desenvolvimento: teorias e ideologias. Richard Peet.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. PAULILO, Maria

Ignez. **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas E Conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo** – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FERREIRA, Rebeca Campos. O artigo 68 do ADCT/CF-88: identidade e reconhecimento, ação afirmativa ou direito étnico? **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.5-22, jul. 2010. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 03/11. 2024.

GIRALDIN, Odair. **Povos Indígenas e Não-Índigenas: Uma Introdução à História das relações Interétnicas no Tocantins**. In: GIRALDIN, O. (Org.). A (trans) formação histórica do Tocantins. 2ª. Ed. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2004, p. 109-135.

GIRALDIN, Odair. **A (trans) formação histórica do Tocantins**/Odair Giraladin (org). 2ª. Ed. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2004. 446.p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

KARASCH, M. C.. “As mulheres do norte da capitania de Goiás: 1789-1832”. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JAMESON, David McCreery Jr. A economia de Goiás no século XIX. In: GIRALDIN, O. (org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. 2ª. ed., Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002, p.203-233.

FERREIRA DE LIMA, Jandir. **Economia Territorial: Teoria e Indicadores**. Campo Grande: DUEPB, 2022. 158 p.

JBA Silva. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, sobre a escravidão. **JBA Silva - 1840** - digital.bbm.usp.br - acessado em 15 de fevereiro de 2025.

LAVINAS, L., COBO, B., & VEIGA, A. (2012). Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. *Revista Latinoamericana De Población*, 6(10), 31–56.
<https://doi.org/10.31406/relap2012.v6.i1.n10.2>

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UNB, 2002. (Série Antropologia; 322)

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LOPES, Rita de Cássia Domingues. **Identidade e Territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente – Tocantins**. /Rita de Cássia Domingues Lopes – Palmas: EDUFT, 2020. 148 p.

Lopes, Rita de Cássia Domingues. **Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente na região do Bico do Papagaio – Tocantins** / Rita de Cássia Domingues Lopes. – 2019. 301 f. il. ; 30 cm.

LOPES, Rita de Cássia Domingues. Na luta pelos seus direitos: memória e identidade de uma comunidade remanescente de quilombo no norte do Tocantins. **Revista Escritas**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 42–60, 2017. DOI: 10.20873/vol9n1pp42-60. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/3712>. Acesso em: 1 abr. 2025.

LOPES, Nei. **História e Cultura Africana e Afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

Lucas, Wagna Lindemberg Costa. **Os pescadores e a colônia de pescadores Z-7 de Tocantinópolis: a prática da pesca e os “saberes” populares**. 67 f. 2022. Monografia (Graduação) Universidade Federal Do Norte do Tocantins (UFNT), Curso De Pedagogia, Campus De Tocantinópolis-TO.

MARQUES DE OLIVEIRA, Nilton. Transição do Norte de Goiás ao território do Estado do Tocantins. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 7, n. 12, p. 53-82, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/4890>. Acesso em 15 dez 2023.

MAESTRI, Mário. Terra e Liberdade: as comunidades autônomas de trabalhadores escravizados no Brasil. In: AMARO, L. C.; MAESTRI, M.(org.). **Afrobrasileiros: História e Realidade**. Porto Alegre: EST Edições, 2005. p. 85-113.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos antivos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. 2ª ed. São Paulo: AbrilCultural, 1978.

MANDELLI, Mariana Carolina; SOARES, Michel de Paula; FAVERO, Raphael Piva Favalli. “O método genealógico na pesquisa antropológica”. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2017. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/obra/o-metodo-genealogico-na-pesquisa-antropologica>. Acesso em 06 maio de 2025

MIRANDA. Gilcifran Andrade, SANTOS. Moacir José dos, CARMELLO. Monica Franchi, **Bico Do Papagaio: Território E Desenvolvimento Regional (1930-1990)**. PEC, ISSN: 1679-415X, Toledo, v. 27, n.2, p.182-201-268, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/30861/22174>

MARINHO, Suzana. CORMINEIRO, O. M. M. . Entre as Fé e as Armas: Trabalhadores no contexto das Revoltas de Boa Vista Norte de Goiás (1870-1930). In: IX Seminário de Iniciação Científica da UFT, 2013, Palmas - Tocantins. Entre as Fé e as Armas: **Trabalhadores no contexto das Revoltas de Boa Vista Norte de Goiás (1870-1930)**, 2013. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364747665_ARQUIVO_ComunicacaoCoordenada-Graduando-SuzanaMarinhodosSantos.pdf.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008. 128 p.

RIBEIRO NETO, Olegário B.; LIRA, Elizeu Ribeiro. O TERRITÓRIO E A IDENTIDADE QUILOMBOLA: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo – TO. **PRODUÇÃO ACADÊMICA**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 36–56, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/3121>. Acesso em: 04 maio. 2025.

SANTOS, Milton. 1926-2001. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Org. Milton Santos, María Laura Silveira. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MOTTA, Roberto. As ciências sociais e a administração da religião afro-brasileira. **Cadernos de Estudos Sociais**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2011. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1275>. Acesso em: 11 maio. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Construção da identidade negra: diversidade de contextos e problemas ideológicos. **Religião, Política, Identidade. Tradução**. São Paulo: Educ, 1988. Disponível: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_ConstrucaoDaIdentidadeNegraDiversidadeDeContextosEProblemasIdeologicos.pdf. Acesso em: 01 abr. 2025.

MULHERES E PRODUÇÕES DE SABERES NOS QUINTAIS PRODUTIVOS DO QUILOMBO DONA JUSCELINA: (MURICILÂNDIA - TO). **Revista Temporis[ação] (ISSN 2317-5516)**, [S. l.], v. 20, n. 02, p. 18, 2021. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/11088>. Acesso em: 27 abr. 2025.

SALLES, Gilka. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SANTOS, Cláudia Borges dos. História dos movimentos quilombolas no Tocantins: a migração como forma de resistência nos períodos pré e pós-abolição da escravidão. **REVISTA ANTHROPOLOGICAS**, v. 33, p. 223, 2023.

SAQUET. Marcos Aurélio, SILVA. Sueli Santos, **MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território** - ISSN 1981-9021 - Geo UERJ, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42 www.geouerj.uerj.br/ojs

SAQUET, Marcos Aurélio. A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DE TERRITÓRIO E DE TERRITORIALIDADE NA OBRA DE JEAN GOTTMANN. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 5, n. 05, p. 135–145, 2017. DOI: 10.5418/RA2009.0505.0011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6595>. Acesso em: 20 março . 2025.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE: UM PATRIMÔNIO NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 3–16, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437>. Acesso em: 20 março. 2025.

SILVA, R. C. **Padre Luís Palacin e a ciência da História em Goiás**. Rev. Hist. UEG - Porangatu, v.2, n.1, p.223-235, jan./jul. 2013

SILVA, Francisco Ayres da. **Caminhos de Ouhãra** - 2º ED. Porto Nacional: Prefeitura Municipal, 1999.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua gente**: uma luta secular. Araguaína: FIETO; Brasília, DF: Solo, 1996.

SILVA, Moises P. da. Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins. 2011. 175f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SILVA, R. P.; LUCAS, W. L. C. Território E Relações De Poder: Um Olhar Sobre Os Movimentos Sociais No Bico Do Papagaio. **Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 99–109, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rbedrpp/article/view/12386>.. Acesso em: 9 nov. 2024.

SILVA, Roberson Pereira da. **Poder Público e sociedade Civil: políticas públicas de desenvolvimento regional no Bico do Papagaio - embates e debates**. 2015. 58 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, UFT, Tocantinópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2670>

SILVA, Ignacio Xavier da. O Crime do Cel. Leitão: sedição na Comarca de Boa Vista do Tocantins, do Estado de Goiaz – 1892 – 1895. Goiaz. Capital: Oficinas Graficas Popular, 1935. p.93 – 94.

SOBOTTKA, Emil Albert; SAAVEDRA, Giovani Agostini. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 9–18, 2008. DOI: 10.15448/1984-7289.2008.1.4319. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/4319>. Acesso em: 5 mar. 2025.

SOUSA, Francisco Pereira de. **A magnitude do estado na socioeconomia do Tocantins entre 1990 e 2020**. 2024. 177f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2024.

DEFENSORIA PÚBLICA AGRÁRIA. **Quilombolas do Tocantins: palavras e olhares**. Palmas, 2016. Disponível em <http://www.defensoria.to.def.br/noticia/20570> Acesso: 20 de maio de 2025.

SOUZA, Juno Brasil Custódio. DESIDÉRIO, Plábio Marcos Martins. Territorialidades e (des)territorializações: comunidades quilombolas carrapiché e prachata do bico do papagaio. **Revista Temporis[ação]** (ISSN 2317-5516), [S. l.], v. 20, n. 02, p. 19, 2020. Disponível em: [//www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/11094](http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/11094). Acesso em: 1 abr. 2025.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100003>. Acesso em: 19 ago. 2024.

OLIVEIRA, Rosy de. A “invenção” do Tocantins. . In: GIRALDIN, O.(Org.). A (trans) formação histórica do Tocantins. 2ª. ed. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002, p. 13-47.

OLIVEIRA, Izarete da Silva de. **Território e Territorialidade nos limites do rural e urbano na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO**. 2018. 183f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. **Os Posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio 1964-1985: Modernização e Tradição**. 2010. 172f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Introdução: Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane C. (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 13-42.

OLIVEIRA, Edgard Leite. Opção política como referencial teórico: uma reflexão sobre a história dos trabalhadores de Contagem. Minas Gerais em 1968. **HEERA**, v. 9, p. 126-149, 2013. Disponível em <file:///D:/26302-Texto%20do%20artigo-104810-1-10-20190527.pdf> acessado em 20 de maio de 2025.

PALACIN, Luís, MORAES, Maria Augusta Sant'anna. **História de Goiás (1722-1972)** 5º ed. Goiânia: Ed. Da UCG, 1989.

PALACIN, L. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822**. Estrutura e conjuntura numa capitania de minas. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PALACÍN, Luis. G. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Loyola, 1990.

PARENTE, Temis Gomes. **Históricos do Estado do Tocantins Colonial**. Goiânia: Ed. Da UFG 2007.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: ED. da UFG, 1999.

PEREIRA, Ana Lúcia. **Relatório sobre Visita Técnica e início do diagnóstico da realidade do município de Esperantina – Tocantins**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2013.

MARIA ZANEZI PERES, S. MAURICE HALBWACHS E A MEMÓRIA COLETIVA E INDIVIDUAL. **Revista Missioneira**, v. 23, n. 2, p. 71-78, 26 dez. 2021.

Piccinini, C. A., Lopes, R. S., Gomes, A. G., & De Nardi, T.. (2008). **Gestação e a constituição da maternidade**. **Psicologia Em Estudo**, 13(1), 63–72. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000100008>

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

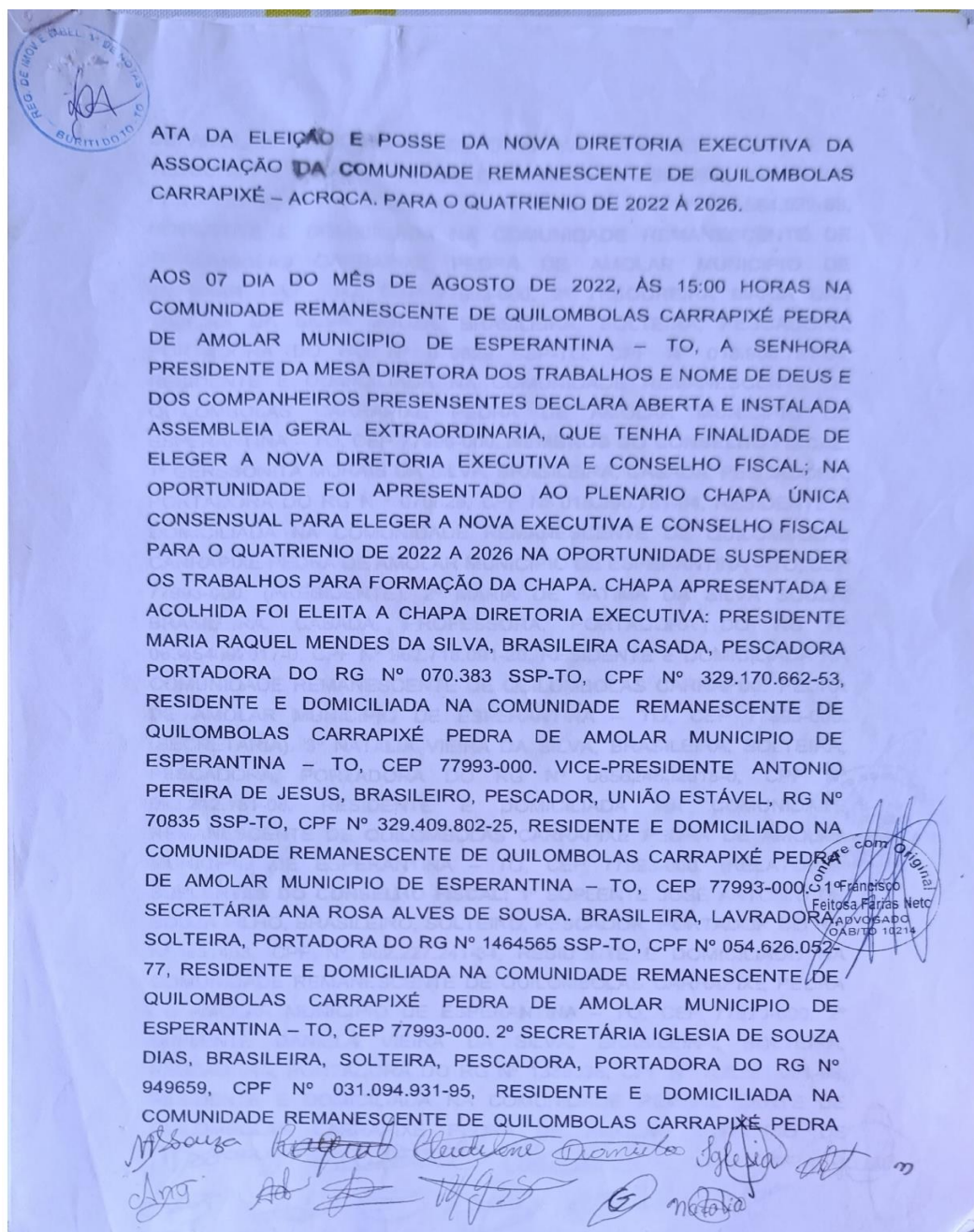
RODRIGUES. Fernanda Silva, **A territorialização dos sujeitos de Boa Vista do Tocantins em Goiás: uma abordagem a partir da cultura de religiosidade**. / Fernanda Silva Rodrigues. – Araguaína, TO, 2020. Dissertação (Mestrado Acadêmico) UFT – Campus de Araguaína. Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2020.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002 - AATR-BA. Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 5 mar. 2025.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN). Superintendência de Planejamento Governamental (SPL). Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas (DGITS). Gerência de Informações Socioeconômicas (GEFINS). Estado do Tocantins - **Perfil Socioeconômico Municipal**. Palmas: SEPLAN/SPL/DGITS/GEFINS, dezembro/2024.74pg. Organizado por Geizianne Pereira da Cunha e Gleidson Bezerra.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998.

(imagem carta do Estado de Goyaz – 1902 - por: Francisco Ferreira dos Santos Azevedo). https://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/02_AN-1.png. Acessado em 08 de fevereiro de 2024.

ANEXOS⁴⁸**ANEXO A – ATA DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOLAS CARRAPÍCHÉ.**

Fonte: Comunidade Carrapiché, 2025.

⁴⁸ Documentação colhida Junto a Comunidade conforme termo assinado. Uso para fins de pesquisa.

ANEXO B – ATA DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOLAS PRACHATA.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



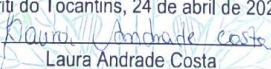
CARTÓRIO BERNARDO AMORIM
 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS,
 DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO DE NOTAS DO 1º OFÍCIO
 DE BURITI DO TOCANTINS – TO.
 CNPJ nº: 25.064.239/0001-56
RESSU MARIA CARVALHO – OFICIAL
LAURA ANDRADE COSTA – SUB-OFICIAL
 Rua Central, s/nº, Centro, Buriti do Tocantins – TO.
 Fone: (63) 3459-1364 – E-mail: cartorioimoveisburiti@gmail.com

CERTIDÃO DE REGISTRO

Eu, **LAURA ANDRADE COSTA**, Tabeliã Substituta, do Cartório de Registro de Títulos, Documentos, desta cidade de Buriti do Tocantins, Estado do Tocantins, República Federativa do Brasil: **CERTIFICO**, para os fins devidos e a requerimento verbal da pessoa interessada e, pela faculdade que me é conferida por Lei, que, encontra-se registrada a **ATA DE FUNDAÇÃO, ELEIÇÃO, POSSE E APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOLAS PRACHATA - ACREQPRA**. Registrado Sob. nº 1727, Livro “B”, Ficha 1 a 5, Protocolo nº 1730, lavrada em 24 de abril de 2023, no Cartório de Títulos e Documentos da cidade de Buriti do Tocantins - TO. Valida por 30 Dias. Dou fé e assino a presente Certidão.

Todo o referido é verdade e dou fé.

Buriti do Tocantins, 24 de abril de 2023.


 Laura Andrade Costa
 Tabeliã Substituta

15 de Novembro
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
de 1889



Nº do Selo: 127555AAA102508-HDF
 Confirme Autenticidade em: <https://gise.tjto.jus.br/Gise/gr?c=127555AAA102508&v=HDF>
 Emol.: R\$ 25,07, Taxa Judiciária: R\$ 10,42, Taxa Funcivil: R\$ 13,52, FSE: R\$ 2,46, ISSQN: R\$ 1,25, Total: R\$ 52,72

Página 1/1

Fonte: Comunidade Carrapiché, 2025.

**ANEXO C – CERTIFICADO DE AUTODEFINIÇÃO E ECONHECIMENTO
COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOLAS.**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 0.1420.015960/2014-08 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE CARRAPICHÉ**, localizada no município de Esperantina/TO, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 017, Registro nº 2.237, fl.057, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Igor Correia dos Prazeres**, (Ass.),....., Diretor Substituto de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **18 de Novembro de 2015.**

O referido é verdade e dou fé.

Maria Aparecida da Silva Abreu
Presidente
Fundação Cultural Palmares - FCP

SGAN Qd. 601 Norte – Lote L – Ed. ATP – Brasília/DF
CEP: 70830-010 Fone: (61) 3424 0101 site: www.palmare.gov.br

documentos para fim de pesquisa

Fonte: Comunidade Carrapiché, 2025.

**ANEXO D – CERTIFICADO DE AUTODEFINIÇÃO E RECONHECIMENTO
COMUNIDADE REMANESCENTE DE**

QUILOMBOLAS.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 0.1420.015961/2014-44 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE PRACHATA**, localizada no município de Esperantina/TO, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 017, Registro nº 2.239, fl.059, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Igor Correia dos Prazeres**, (Ass.), , Diretor Substituto de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **18 de Novembro de 2015.**

O referido é verdade e dou fé.

Maria Aparecida da Silva Abreu
Presidente
Fundação Cultural Palmares - FCP

SGAN Qd. 601 Norte – Lote L – Ed. ATP – Brasília/DF
 CEP: 70830-010 Fone: (61) 3424 0101 site: www.palmares.gov.br

Documento para fim de Pesquisa

Fonte: Comunidade Carrapiché, 2025.

ANEXO E – TO – 201 – ESPERANTINA – TOCANTINS.

Fonte: Comunidade Carrapiché, 2025.

ANEXO F – FOTOS DA COMUNIDADE CARRAPICHÉ

Comunidade Carrapiché, FAMILIA CARRAÍCHÉ, 19/12/2024.



Dona Raquel Carrapiché



Dona Rosa filha dona Edite Carrapiché

ANEXO G – COMUIDADE PRACHATA

Comunidade Carrapiché, FAMÍLIA PRACHATA, 19/12/2024.